



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – Licenciatura

INTERFACES NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Uma experiência sociológica no Centro de Referência Especializado para População
em Situação de Rua – Centro Pop/ Santa Rita-PB

GEZIANE DO NASCIMENTO OLIVEIRA

Orientador: Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros

João Pessoa/PB.
Novembro de 2018.

GEZIANE DO NASCIMENTO OLIVEIRA

INTERFACES NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Uma experiência sociológica no Centro de Referência Especializado para População
em Situação de Rua – Centro Pop/ Santa Rita-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como pré-requisito para a
obtenção do título de Licenciada em
Ciências Sociais pela Universidade Federal
da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Rogério de Souza
Medeiros

**João Pessoa/PB.
Novembro de 2018.**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

O48i Oliveira, Geziane do Nascimento.

Interfaces no âmbito da Assistência Social: Uma experiência sociológica no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop/Santa Rita-PB / Geziane do Nascimento Oliveira. - João Pessoa, 2018.

102 f.

Orientação: Rogério de Souza Medeiros.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCHLA.

1. Sociologia, Centro Pop, Assistência Social. I. Medeiros, Rogério de Souza. II. Título.

UFPB/CCHLA

GEZIANE DO NASCIMENTO OLIVEIRA


INTERFACES NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Uma experiência sociológica no Centro de Referência Especializado para
População em Situação de Rua – Centro Pop/ Santa Rita-PB**

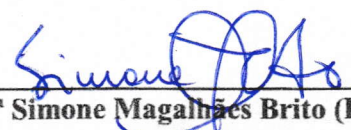
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como pré-requisito para a
obtenção do título de Licenciada em
Ciências Sociais pela Universidade
Federal da Paraíba.

Aprovada em 05 / 11 / 2018.

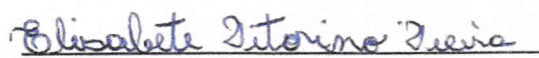
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros
(Orientador – PPGS/UFPB)



Prof. Dr. Simone Magalhães Brito (PPGS/UFPB)



Elisabete Vitorino Vieira (SEDH/PB)
Assistente Social

João Pessoa/PB.
Novembro/2018.

*Dedico este trabalho aos usuários do
Serviço Centro Pop/ Santa Rita-PB
que me ensinaram a ter um novo
olhar para pessoa em situação de rua*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma forma de bendizer as coisas boas que acontecem todos os dias. Quanto mais agradecemos, mais coisas boas acontecem. E no momento de encerramento de ciclos é gratificante poder agradecer a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para que chegássemos ao seu resultado final.

Agradeço à Luz e Energia criadora de todas as coisas, a Espiritualidade amiga e benfeitora, as Energias da natureza, do céu e da terra que nos trazem paz, equilíbrio e sabedoria.

Agradeço a minha mãe, Sueli Maria, mulher forte, corajosa e de grande sabedoria que é meu porto seguro e minha alegria. Agradeço pela compreensão e paciência em todos os momentos e por toda sua dedicação e confiança depositadas em mim, pelo seu incentivo que me impulsiona a sempre seguir em frente. Muito Obrigada!

Agradeço amorosamente ao meu namorado, João Batista, meu companheiro de lutas e de jornadas. Que me incentiva a trilhar novos caminhos, que me convida a partilhar de sua alegria e que me inspira sentimentos nobres de empatia e solidariedade. A você, meu bem, agradeço por toda paciência, companheirismo, incentivo e força em todos os momentos. A vida segue e contigo ao meu lado o caminho é mais florido. Te amo!

Agradeço aos amigos e amigas de luta e resistência que me inspiraram e me inspiram a lutar por um mundo melhor e que muito contribuíram para minha formação humana e cidadã, agradeço por todo aprendizado de luta e respeito a toda diversidade de povos e culturas.

Agradeço pela oportunidade do curso de Ciências Sociais e por todo aprimoramento nesta área, que me direciona na minha atuação profissional de forma apaixonada, com muita garra e entusiasmo.

Agradeço aos professores aos quais tive o prazer e a honra de estabelecer alguma proximidade, por afinidade e admiração ou realizando alguns trabalhos pontuais, enfim, aos professores que contribuíram direta ou indiretamente a minha formação, meus agradecimentos. Agradeço da mesma forma, as meninas da secretaria da Coordenação de Ciências Sociais, sempre muito atenciosas e prestativas.

Agradeço imensamente ao professor, amigo e muitas vezes orientador (Rs!) Rogério Medeiros pela oportunidade de parceria em projetos e pesquisas, por ter aceitado me orientar, por sempre acreditar na minha capacidade e potencialidade, por toda

paciência, apoio e pelo muito incentivo à conclusão deste e de outros trabalhos. Sem sua generosa ajuda este trabalho não teria se realizado. Carinhosamente, Muito Obrigada!

Às convidadas a esta banca avaliadora, a Professora Simone Brito e a Assistente Social Elisabete Vieira, tenho certeza que suas contribuições serão muito importantes ao aprimoramento deste estudo. Muito Obrigada!

Agradeço ao desafio que foi atuar como Socióloga no Centro Pop (Centro de Referência Especializado a População em Situação de Rua) por todos os percalços e aprendizados que foi essa rica oportunidade de experiência em minha vida, sendo este trabalho fruto dessa experiência. Agradeço aos usuários do serviço que me possibilitaram enxergar o mundo através de suas experiências, vivências e desafios. Muito Obrigada!

Por fim, agradeço a minha querida e linda felina Lisbela por sua preciosa companhia nas madrugadas de escrita solitária, a me dar seu afago e sua silenciosa presença. Enfim, agradeço a vida, a natureza e ao universo por celebrar o fechamento de mais um ciclo acadêmico e que outros caminhos me leve a novos aprendizados.

Não somos lixo.
Não somos lixo e nem bicho.
Somos humanos.
Se na rua estamos é porque nos desencontramos.
Não somos bicho e nem lixo.
Nós somos anjos, não somos o mal.
Nós somos arcanjos no juízo final.
Nós pensamos e agimos, calamos e gritamos.
Ouvimos o silêncio cortante dos que afirmam serem santos.
Não somos lixo.
Será que temos alegria? Às vezes sim...
Temos com certeza o pranto, a embriaguez,
A lucidez dos sonhos da filosofia.
Não somos profanos, somos humanos.
Somos filósofos que escrevem
Suas memórias nos universos diversos urbanos.
A selva capitalista joga seus chacais sobre nós.
Não somos bicho nem lixo, temos voz.
Por dentro da caótica selva, somos vistos como fantasmas.
Existem aqueles que se assustam.
Não somos mortos, estamos vivos.
Andamos em labirintos.
Depende de nossos instintos.
Somos humanos nas ruas, não somos lixo.

Carlos Eduardo (Cadu)
Morador de rua em Salvador

In: Ministério da Saúde. **Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

RESUMO

Este estudo consiste em analisar a atuação da Sociologia no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua da cidade de Santa Rita/PB buscando perceber como a Sociologia se apresenta num fazer profissional fora dos espaços acadêmicos. Este trabalho tem como objetivo analisar e problematizar a atuação profissional da pesquisadora como Socióloga frente às demandas e desafios que se apresentam no Serviço Centro Pop/ Santa Rita; ainda analisar as atuações dos outros saberes frente aos sujeitos que se encontram em situação de rua. O estudo apresenta uma reflexão acerca da profissão de Sociólogo em contraponto com a atividade acadêmica de docente e pesquisador, enfocando a importância de inserção deste profissional em diferentes espaços de atuação, especialmente na política Nacional de Assistência Social, sobretudo, junto à população em situação de rua atendidas no Serviço Centro Pop. Destaca os marcos legais, históricos e sociais da Política Nacional da Assistência Social no âmbito da Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua; enfatiza uma caracterização desta população como aspectos importantes a compor o quadro de atuação da Sociologia no âmbito do Centro Pop. A metodologia contou com um levantamento bibliográfico sobre a questão da sociologia como profissão em contraponto com a Assistência Social; sobre estes aspectos ainda contou com uma análise dos principais documentos institucionais (relatórios, leis e decretos) relacionados. Realizaram-se entrevistas semi-estruturadas com os usuários do Serviço, para viabilização da técnica de estudos de casos. A pesquisa se desenhou no município de Santa Rita, cidade da região metropolitana de João Pessoa/PB. O período da pesquisa foi durante o ano de 2017, até os dias atuais do ano de 2018, correspondente ao tempo em que estive no Serviço Centro Pop executando atividades como Socióloga. Assim, o estudo se debruça sobre um debate da inserção da sociologia no âmbito da assistência social, a partir de minha experiência pessoal como Socióloga no Serviço Especializado para População em Situação de Rua.

Palavras-Chave: Sociologia, Centro Pop, Política Nacional de Assistência Social.

ABSTRACT

This study consists of analyzing the performance of Sociology in the Center of Specialized Reference for Population in Street Situation of the city of Santa Rita / PB, seeking to understand how Sociology presents itself in a professional doing outside the academic spaces. This work aims to analyze and problematize the professional performance of the researcher as a sociologist in the face of the demands and challenges that are presented at the Centro Pop / Santa Rita Service; still analyze the actions of other knowledge in front of the subjects who are in the street situation. The study presents a reflection about the profession of Sociologist in counterpoint to the academic activity of teacher and researcher, focusing on the importance of insertion of this professional in different spaces of action, especially in the National Policy of Social Assistance, especially, with the population in situation of street services in the Pop Center Service. It highlights the legal, historical and social milestones of the National Social Assistance Policy within the framework of the National Policy for Inclusion of Population in Street Situation; emphasizes a characterization of this population as important aspects to compose the framework of action of Sociology within the scope of the Pop Center. The methodology had a bibliographical survey on the question of sociology as a profession in counterpoint with Social Assistance; an analysis of the main institutional documents (reports, laws and decrees) related. Semi-structured interviews were conducted with the users of the Service, to enable the technique of case studies. The research was designed in the municipality of Santa Rita, city of the metropolitan region of João Pessoa / PB. The research period was during the year 2017, until the current days of 2018, corresponding to the time I spent in the Pop Center Service performing activities as a Sociologist. Thus, the study focuses on a debate about the insertion of sociology in the social assistance area, from my personal experience as a Sociologist in the Specialized Service for Population in Street Situation.

Key words: Sociology, Pop Center, National Social Assistance Policy.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AUDIT – Teste de Identificação de Distúrbio de Uso do Álcool (Alcohol Use Disorder Identification Test)

CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial

CBO – Catálogo Brasileiro de Ocupações

CCI – Centro de Convivência do Idoso

Centro Pop – Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CIT – Comissão Intergestora Tripartite

CNAS – Conselho Nacional da Assistência Social

CNBB – Comissão Nacional dos Bispos do Brasil

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

CONGEMAS - Conselho Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializada da Assistência Social

DPSE – Departamento de Proteção Social Especial

FEBEM – Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor

FNS – Federação Nacional dos Sociólogos

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

HIV/AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (acquired immunodeficiency syndrome)

IST's – Infecções Sexualmente Transmissíveis

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MNCMR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MTE – Ministério do Trabalho

NOB – Norma Operacional Básica

NOBRH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

ONG's – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIF – Programa de Atenção Integral à Família

PEMSMA – Programa de Execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAB – Política Nacional da Atenção Básica

PNAS – Política Nacional da Assistência Social

PNPSR – Política Nacional para População em Situação de Rua

SAE – Serviço de Atendimento Especializado

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SENARC – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SMAS – Secretaria Municipal da Assistência Social

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UFMG – Universidade Federal da Paraíba

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultural

LISTA DE GRÁFICOS

1. Percentual de mulheres e homens por grupos etários	46
2. População em situação de rua segundo local onde costuma dormir	48
3. População em situação de rua segundo internações em instituições	50
4. População em situação de rua segundo impedimento de entrar em locais e realizar atividades	52

LISTA DE TABELAS

1. Distribuição do número de cidades Pesquisadas nas regiões do país	43
2. Pesquisas realizadas sobre a População em situação de rua	45
3. População em situação de rua segundo a escolaridade	47
4. População em situação de rua segundo motivos de estar na rua	48
5. População em situação de rua segundo o tempo e quem dorme na rua	48
6. População em situação de rua segundo posse de documentos de identificação	51
7. Equipe de Referência do Centro Pop	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A Sociologia e suas implicações no campo da Assistência Social	19
1.1 A Sociologia como Profissão	21
1.2 A Sociologia no SUAS	23
2. Delineamento da População em Situação de Rua no Brasil	31
2.1 O contexto sociopolítico de construção da Política Nacional para População em Situação de Rua	31
2.2 Aspectos relevantes da População em Situação de Rua no Brasil	40
2.2.1 Quem é e onde está a população em situação de rua?	40
2.2.2 Caracterização da População em Situação de Rua	45
2.3 A PNPSR e suas imbricações com a intersetorialidade	54
3. As especificidades do Centro Pop	59
3.1 Conhecendo o Centro Pop/Santa Rita-PB	63
3.1.1 Espaço e rotina do Centro Pop/Santa Rita-PB	67
3.2 A funcionalidade técnica do Centro Pop/Santa Rita-PB	72
3.2.1 Os estudos de casos e os temas abordados	81
3.3 As implicações sociológicas no Serviço Centro Pop/Santa Rita-PB	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

O presente estudo consiste em analisar a atuação da Sociologia no Serviço do Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua da cidade de Santa Rita/PB buscando perceber como a Sociologia se apresenta num fazer profissional fora dos espaços acadêmicos. O Serviço Centro Pop é norteado pela Política Nacional de Assistência Social e integra a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Este serviço faz parte da Proteção Social Especial de Média Complexidade direcionada a pessoas que se encontram em risco pessoal e social em situações que ocorrem violações de direitos e cujos vínculos familiares se encontram fragilizados e não foram totalmente rompidos.

O interesse pela pesquisa na temática veio desse processo da minha experiência como Socióloga no Serviço Centro Pop durante quase dois anos. A experiência de atuação no serviço Centro Pop veio de um convite da Coordenadora do Departamento de Proteção Social da Secretaria Municipal de Assistência da cidade de Santa Rita. Em outras configurações de equipes do Centro Pop, não haviam convidado nenhum profissional na área de sociologia para atuar no serviço. Quando a equipe foi formada para atuar no Serviço Centro Pop houve um momento de estudo e reunião para identificar as ações e atividades dos profissionais. E a atuação da Sociologia, no âmbito da Assistência Social, se apresentava como uma novidade e um desafio que tinha o intuito de fomentar saberes e conhecimentos num diálogo entre as áreas profissionais.

Diante deste desafio me inquietou a forma de atuação da Sociologia nesse espaço, uma vez que se percebe pouca atuação de profissional Sociólogo fora do campo da academia. Além da Sociologia, outros profissionais com saberes diversificados formaram uma equipe multidisciplinar de atendimento no Serviço Centro Pop, a proposta visava possibilitar um leque de conhecimentos e atuações junto à população em situação de rua. Porém, em certas ocasiões houve atritos entre os saberes, dificultando uma atuação mais compactuada com as demandas que o serviço implica, sendo estas as principais implicações dessa pesquisa e de minha inserção como socióloga neste serviço.

No Brasil, o formato da política de Assistência Social se assemelha muito ao modelo Ibérico, do início do século XX, sendo pautada na responsabilização dos indivíduos e das famílias, com forte influência das ações caritativas da Igreja Católica. Um pouco mais adiante, na metade do século, há uma ampliação do debate sobre as pessoas que vivem em situação de rua, sendo compreendido como um fenômeno mundial que

sofreu muitas transformações ao longo dos séculos, contudo, suas principais características se assentam também nas ações de caridade da igreja (OLIVEIRA, 2016). Apesar dessa configuração de política já ter passado por uma transformação no país após a promulgação da Constituição de 1988 (SPOSATI, 2009), essas características “assistencialistas” estão muitas vezes presentes em determinados setores que trabalham com a Assistência Social no país.

Algumas dessas características se destacam também na rotina de atendimento do Serviço Centro Pop que, apesar dos princípios da política direcionar a ações que seja facilitadora no processo de protagonismo dessas pessoas, no sentido de contribuir na construção de novos projetos de vida, o Serviço Centro Pop, apresenta aspectos que nos remete a ações de caridade que se restringem a oferta de refeições e de realização de higiene pessoal, mesmo assim sem dispor de muitos materiais. Soma-se a isso o fato de que a instituição disponibiliza espaços para lavar roupas, guarda de pertences, emissão de declarações e Cartões do SUS e local para descansar durante o dia, configurando, dessa forma, um serviço que realiza ações de caráter pontual e emergencial. Apesar destas percepções não ser o foco de análise principal, mas o trabalho apresenta um panorama geral do Serviço em seus termos normativos e como se apresenta no cotidiano de atendimento a atuação dos profissionais do serviço.

Destacando o foco deste trabalho que discute e problematiza o trabalho do Sociólogo no Serviço Centro Pop e diante do quadro de atendimentos do serviço nos questionamos: Como se apresenta o trabalho da Sociologia no Serviço Centro Pop? Quais as técnicas utilizadas e como este saber científico-profissional contribui para as ações da Assistência Social junto à População em Situação de Rua?

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar e problematizar a atuação profissional do Sociólogo frente às demandas e desafios que se apresentam no Serviço Centro Pop/ Santa Rita; ainda analisar as atuações dos outros saberes e o trabalho do Centro Pop/ Santa Rita frente aos sujeitos que se encontram em situação de rua.

A metodologia do trabalho iniciou com um levantamento bibliográfico, que buscou identificar aspectos importantes e centrais dos principais elementos da pesquisa, que tratam sobre a questão da sociologia como profissão e suas nuances com a área da assistência social. Além disso, ainda apresentamos análises dos marcos legais a partir de documentos institucionais, tais como relatórios, regimentos, leis e decretos tanto no que concerne a questão da sociologia como profissão quanto ao nos referirmos à Política Nacional de

Assistência Social no âmbito da Política Nacional para Inclusão da Pessoa em Situação de Rua.

Ainda destacamos a realização de entrevistas semi-estruturadas com os usuários do Serviço Centro Pop, como destaque da técnica de estudos de casos. Apresentamos dois estudos de casos, como indicação do trabalho que realizei no Serviço na atividade de Socióloga. Esses estudos de casos serviram para termos um esboço de como a sociologia contribui para compreendermos o social

A pesquisa se desenhou no espaço geográfico do município de Santa Rita, cidade da região metropolitana da capital João Pessoa, estado da Paraíba. O período de observação e realização da pesquisa foi durante o ano de 2017 e vai até os dias atuais do ano de 2018, este período corresponde ao tempo em estive no Serviço Centro Pop executando atividades como Socióloga. Assim, o estudo se debruça sobre um debate da inserção da sociologia no âmbito da assistência social, a partir de minha experiência pessoal como Socióloga neste serviço acima citado. E é nesta perspectiva que a literatura se debruça numa revisão teórica que refletem a importância dessa profissionalização da sociologia em âmbitos fora da academia e se situa no espaço da Assistência Social, numa área específica que atende população em situação de rua.

A ORGANIZAÇÃO DA ESCRITA

Dessa forma, partiremos da apresentação dos capítulos que compõem a discussão desta pesquisa. No primeiro capítulo apresentaremos uma discussão teórica sobre a profissionalização da Sociologia para além dos espaços acadêmicos, problematizando os matizes dessa inserção em outras áreas; sua atuação fortemente marcada por legislações e regulamentos em outros espaços, tais como na Política Nacional de Assistência Social e suas implicações frente à atuação da Assistência Social.

No segundo capítulo há um debate sobre os processos históricos e os diversos contextos que se destacaram para construção da Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua. Destacando, sobretudo, os principais aspectos de definição desta população, do lugar e quem elas se encontram e problematizando a Política direcionada a este público nas questões sobre a intersetorialidade e sua importância nos serviços socioassistenciais.

No terceiro e último capítulo, há uma abordagem do desenho do desenho da Política Nacional para População em Situação de Rua no âmbito do Serviço Centro Pop, com destaque para as principais características do serviço na cidade de Santa Rita/PB.

Enfocando o espaço e a rotina, identificando os limites e possibilidades de viabilidade do serviço; a funcionalidade técnica dos profissionais, problematizando as atuações e principais demandas existentes no serviço, com ênfase nos estudos de casos que se realizam através do trabalho da pesquisadora, que ora se apresenta como Socióloga no Serviço Centro Pop/Santa Rita. Analisaremos a realidade deste serviço e o trabalho realizado pela equipe técnica, especialmente pela Sociologia. Ressaltando, sobretudo, o papel e a contribuição desta Ciência no espaço do Centro Pop/Santa Rita.

Por fim, apresentaremos as considerações finais do trabalho retomando o problema da pesquisa e destacando as soluções encontradas ao longo do desenvolvimento do trabalho, destacando as contribuições da sociologia para o bom andamento do Serviço Centro Pop/Santa Rita.

1. A SOCIOLOGIA E SUAS IMPLICAÇÕES NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Neste primeiro capítulo nos debruçaremos sobre o papel da sociologia no campo da Assistência Social, inicialmente identificaremos essas duas ciências, apresentando uma breve diferenciação entre serviço social, assistência social e o profissional assistente social, bem como, as nuances da sociologia com a área da Assistência Social. No decorrer do capítulo esboçamos uma discussão acerca da sociologia como profissão, buscando abordar a importância dessa ciência em espaços fora do âmbito acadêmico. Por fim, para nortear e fundamentar essa ciência como profissão apresentaremos as normativas que regem a sua prática profissional.

Primeiramente para fins de direcionamento teórico, podemos destacar a Sociologia como a ciência social que estuda os fenômenos sociais, por meio do método científico, isso quer dizer, “os fenômenos que fazem parte do todo cultura-grupo, em si mesmos e nas suas relações com este todo” (ALMEIDA, 1967, p. 104). Numa perspectiva complementar, identificamos o Serviço Social como uma técnica que mobiliza as instituições a solucionar as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade social. E segundo Almeida (1967, p. 104), “mais do que prestar um auxílio a uma pessoa ou a um grupo de pessoas necessitadas, o Serviço Social procura pôr essas pessoas em condições de resolverem os seus próprios problemas”. Mas, para esta ação prática é preciso conhecer o público com o qual se pretende trabalhar, pois os planos e projetos que não apresentem o contexto de modo claro poderão incorrer em erro na sua aplicação e não corresponder aos verdadeiros anseios e necessidades do público em questão.

Muito se debate sobre a inserção de modelos aplicados em outros lugares e países que tiveram êxito para seguir e realizar em determinados espaços, contudo, o que precisamos ter em conta são as reais necessidades com o público com o qual se está atuando. É por este motivo que se faz necessário um conhecimento detalhado dessa população, sua forma de se organizar, os valores, os interesses e anseios, enfim, identificar as representações que as pessoas têm do próprio contexto de vida que leva. Diferindo da população com quem trabalha por questões técnicas, este profissional, que Almeida (1967) chama de “*trabalhador social*”, pode contribuir e apresentar avanços significativos no contexto em que atua. Esta nomenclatura é utilizada em outros países, como Trabajador Social, em espanhol; Social Work, em inglês; o Brasil é o único país onde o profissional de Serviço Social é chamado de Assistente Social, e, assim, o identificaremos.

Neste sentido, o Sociólogo tem um importante papel de atuação no conhecimento e interpretação do contexto em que se apresenta a população atendida pelo Assistente Social, possibilitando uma investigação sociológica por caminhos indispensáveis na busca por solucionar as demandas e anseios da população. E é a esta análise crítica, com relação ao trabalho do sociólogo no SUAS, que pretendemos direcionar nossa discussão. Além de suscitar importantes abordagens temáticas, problematizando-as no contexto de aplicação da política de assistência social no âmbito do serviço do Centro de Referência para População em Situação de Rua em contraponto com as abordagens do Serviço Social neste mesmo contexto.

Ainda nessa perspectiva, Almeida (1967) chama a atenção para o fato de que a contribuição da sociologia está, ainda, na possibilidade de encarar o próprio Serviço Social e sua prática como um objeto de estudo de investigação sociológica. Dessa forma, “a investigação científica procurará estudá-lo na sua organização e estrutura, no seu funcionamento, na sua adequação às situações de que procura ser um elemento de solução” (ALMEIDA, 1967, p. 105). E, assim, a Sociologia poderia orientar a técnica do Serviço Social, no sentido de possibilitar uma atuação mais consciente de que este faz parte de um todo maior que o rodeia, e com base neste conhecimento poder agir “como uma força social a integrar no conjunto das outras forças sociais” (ALMEIDA, 1967, p. 105), para além de uma ação isolada, pois a sociologia considera o contexto da ação realizada e não o fato em si, apenas.

Um aspecto interessante está na ideia de que a ação do Assistente Social está sempre referenciada por um sistema de valores e concepções que as pessoas que se utilizam das políticas sociais apresentam sobre estas políticas e, muitas vezes, esse profissional não tem consciência disso; assim como, o próprio Assistente Social tem determinados valores que podem se chocar com o público atendido por ele. Por este motivo, cabe ressaltar o papel do Sociólogo nesta perspectiva, uma vez que possibilita uma ampliação do olhar técnico de ação do profissional Assistente Social.

Para situar melhor o leitor neste debate, apresentamos uma breve diferenciação entre Serviço Social, Assistência Social e o profissional Assistente Social. O Serviço Social é uma área de estudo em que se formam profissionais de nível superior; uma área regulamentada pela Lei 8662/1993. Já a Assistência Social faz parte do tripé da Seguridade Brasileira, junto com a saúde e a previdência, sendo estas políticas de Estado e fruto de muitas reivindicações por parte da sociedade. Por fim, o Assistente Social é o profissional

com formação em Serviço Social e que atua com registro no Conselho Regional de Serviço Social, sendo um dos principais atores a atuar junto às políticas sociais.

Para aprofundarmos esta discussão, vamos procurar identificar neste capítulo como a sociologia se apresenta como profissão, para além dos muros da academia, e como ela se insere num espaço profissional específico, que é a área da assistência social, através de normativas que direcionam o seu fazer profissional. Analisaremos estas questões mais adiante.

1.1 A Sociologia como Profissão

Antes de apresentarmos a Sociologia presente no campo de atuação da Assistência Social, vamos discorrer um pouco sobre o papel da sociologia como profissão. Ainda é incomum, e diria até difícil, para muitos imaginar o graduado em Sociologia atuando e trabalhando num ambiente fora da academia, pois, a imagem do sociólogo está muito atrelada apenas à profissão de professor e pesquisador na universidade, àquele intelectual que publica sobre temas pertinentes e que leciona na graduação e pós-graduação. Contudo, é possível afirmar que há, sim, sociólogos atuando em outros lugares que não seja a academia, a saber, em órgãos públicos, instituições de pesquisas e organizações não-governamentais. Assim como, “empresas, editoras, lojas de departamento e outros diferentes tipos de instituições demandam regularmente o trabalho que o sociólogo pode realizar” (BALTAR E BALTAR, 2017, p. 260). E outros profissionais acabam ocupando o lugar que deveria ser de um sociólogo.

Imagina-se que o Sociólogo numa instituição diferente da academia seria difícil manter a liberdade para crítica, porém, mesmo nesses outros espaços “sabe-se que é na qualificação profissional que se fortalece a capacidade de atuação crítica” (BALTAR E BALTAR, 2017, p. 261). Ainda se reconhece que a presença do sociólogo nessas e em outras instituições, de fato, faz a diferença. E há quem defenda que o não reconhecimento, por parte da academia, da profissão de sociólogo, para além dos muros da academia, seja muito problemático para configuração dessa profissão em outros meios.

E o não reconhecimento da academia sobre a situação da profissão do sociólogo é um entrave maior para o fortalecimento da capacidade crítica em qualquer área de atuação, pois nega a formação e a capacitação profissional específica, ou seja, a condição para a atuação crítica, criativa e inovadora do sociólogo no mercado de trabalho. (BALTAR E BALTAR, 2017, p. 261)

Desta forma, podemos afirmar que a sociologia pode ser incorporada em outras instituições, por sua capacidade crítica e técnica de inovar em outros campos do mercado de trabalho. Assim, “é preciso considerar que a sociologia se trata de uma área do conhecimento multívoca [...] e que, portanto, não tem correspondência única com uma profissão” (QUARESMA, 2015, p. 165). Neste sentido, podemos perceber que a Sociologia apresenta possibilidades múltiplas de atuação, uma vez que a sua metodologia e técnica se aplicam em variadas atividades profissionais, podemos a isto denominar a construção de uma “cultura profissional dos sociólogos” que corresponde à profissionalização própria dos sociólogos.

[...] as culturas próprias dos sociólogos, porque se entende que não existe uma única cultura, mas antes existam tantas culturas quantas seja possível que resultem de diferentes combinações de diferentes normas, valores e representações que os profissionais daquela área partilham entre si de forma não homogênea (QUARESMA, 2015, p.166).

Nestas premissas do leque de atuações do sociólogo, ainda há um “alargamento dos papéis profissionais” (QUARESMA, 2015, p. 166), a saber, o profissional sociólogo que só era visto como pesquisador e/ou docente passa a ser visto no exercício de outras atividades. Pois, segundo Quaresma (2015), houve um aumento da procura por “pedidos sociais”, significa dizer que houve uma emergência para que os sociólogos apliquem sua prática e saber sociológico em variados campos no mercado de trabalho contemporâneo, isso ocasionou um aumento no número de sociólogos, por consequência, trabalhando em atividades diversificadas que vão além do campo acadêmico.

Este aumento dos “pedidos sociais” pode corresponder ao fato de que, há um reconhecimento de aplicação dos métodos e técnicas próprias da Sociologia que “são pertinentes para a análise da sociedade, o que se traduz num reconhecimento social científico dos conhecimentos que a sociologia acumulou” (QUARESMA, 2015, p.167). Ainda há uma afirmação mais precisa de que a abordagem sociológica pode contribuir com o fazer científico com objetos, que aos olhos do senso comum, não teriam importância alguma, cabe afirmar, que a Sociologia acaba “transformando os problemas sociais em problemas sociológicos, através da aplicação de métodos científicos à realidade segundo teorias validadas” (QUARESMA, 2015, p. 167). Esta premissa corrobora, mais uma vez, o papel fundamental que a sociologia conquistou em variados campos de atuação no mercado de trabalho. A seguir apresentamos os recursos que, segundo António Firmino da

Costa (2004 *apud* QUARESMA, 2015, p.169), se destaca como saberes e competências combinadas na prática da profissionalização dos sociólogos.

- a) saberes e competências *de base*, isto é, diretamente provenientes dos programas de formação curricular iniciais;
- b) saberes e competências *contextuais*, decorrentes da experiência profissional adquirida nos contextos concretos de exercício da atividade;
- c) saberes e competências *complementares*, obtidos em cursos de formação, cada vez mais a nível pós-graduado, no prolongamento direto da formação inicial ou em domínios por vezes bastante diferentes.

A ideia de se fazer sociologia em espaços diversos pressupõe que o “saber sociológico” é, em grande medida, validado pela sociedade como um saber profissional e pela comunidade científica como produto da profissionalização do sociólogo, em meio acadêmico ou não. Mas, quem decide o fazer sociológico ou a aplicação dos métodos e técnicas dessa ciência é o próprio sociólogo.

A realidade é que os métodos científicos são incorporados pelos sociólogos durante a formação, que depois os colocam em prática em contexto profissional. Assim cabe ao sociólogo decidir se os métodos que utiliza são os científicos, adquiridos na formação, ou quaisquer outros (QUARESMA, 2015, p. 185).

Assim, só através do reconhecimento de que a sociologia pode, sim, se realizar fora do contexto acadêmico que poderá ter respaldo científico de que a prática profissional do sociólogo é múltipla e variada. É por este motivo, que surgiram diversos espaços organizativos de sociólogos, tais como, associações e sindicatos; a precursora no Brasil é a bem renomada Sociedade Brasileira de Sociologia, que surgiu antes mesmo do reconhecimento legal da profissão de sociólogo. Depois foram surgindo outras instituições associativas e sindicatos com o intuito de defender a profissão e seus direitos adquiridos. Hoje temos a Federação Nacional de Sociólogos (FNS), que congrega associações e sindicatos espalhados pelo país. Após a promulgação legal da profissão de sociólogo, se iniciou uma série de movimentações para inserção do sociólogo em vários espaços, inclusive, na área da Assistência Social, que é o nosso foco. Vamos nos debruçar sobre essa questão no tópico a seguir.

1.2 A Sociologia no Sistema Único da Assistência Social (SUAS)

A profissão de sociólogo tem respaldo legal e é juridicamente reconhecida através da Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980 e regulamentada pelo Decreto nº 89.531, de 05

de abril de 1984 que destaca os direitos e deveres na atuação como Sociólogo. Para tal atuação, o profissional deve realizar o seu registro no órgão competente do Ministério do Trabalho (MTE), neste sentido, esta exigência está em consonância com a NOBRH/SUAS 2006 que em seu Cap. II (Dos princípios e Diretrizes Nacionais para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS) no item 06 determina que deve-se realizar a contratação de profissionais com profissões regulamentadas por lei.

Tanto a lei quanto o decreto da profissão de Sociólogo determina como competências deste profissional (BRASIL, 1980; 1984):

I – elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social;

II – ensinar Sociologia Geral ou Especial, nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas às exigências legais;

III – assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;

IV – participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social.

Há três categorias profissionais, conforme a definição do Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO), definido pelo Ministério do Trabalho (MTE), que designa que o profissional formado em Ciências Sociais, pode optar, de acordo com sua formação, por: Professor de Sociologia do ensino superior (CBO: 2347-70); Professor de Sociologia no ensino médio (CBO: 2321-70) e Sociólogo (CBO: 2511-20). E, conforme essa classificação, também reafirma as competências acima apresentadas, em sua descrição das atividades e atribuições da profissão de Sociólogo, conforme segue.

- Realizar estudos e pesquisas sobre as realidades sociais, econômicas e políticas;
- Participar da gestão territorial e socioambiental;
- Estudar e gerir o patrimônio histórico e cultural;
- Participar da elaboração, implementação e avaliação de políticas e programas públicos;
- Organizar informações sociais, culturais e políticas e
- Elaborar documentos técnico-científicos.

Além da institucionalização legal da profissão de sociólogo, a Federação Nacional dos Sociólogos (FNS) aprovou, no XIV Congresso Nacional de Sociólogos, o Código de Ética Profissional dos Sociólogos que se realizou na cidade de Natal/RN, no dia 16 de abril de 2008, para orientar as atividades deste profissional nas diversas áreas e, também, como indicativo de que o sociólogo pode atuar e exercer atividades nos mais diversos espaços.

Segundo este Código de Ética, a profissão de sociólogo estabelece princípios éticos e fundamentais para sua atuação e define como suas tarefas, em resumo: “a realização e a investigação da realidade social, a divulgação pública dos resultados de suas pesquisas e a interpretação da realidade dos fatos e das relações sociais, na busca de melhoria das condições de vida da população” (FNS, 2008, p.01). Como também os deveres do sociólogo:

[...] produzir informações a respeito da realidade social e sua divulgação pública; lutar pelo exercício da soberania popular e auto-determinação dos povos; opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, defendendo os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem; garantir o sigilo profissional sobre todas as informações confiadas e / ou colhidas no exercício profissional (FNS, 2008, p.02).

Além desses documentos há outras referências que podem servir de base para a definição sobre a atuação dos sociólogos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Destacamos, sobretudo, documentos oficiais redigidos pela Federação Nacional dos Sociólogos (FNS) a partir de dois eventos importantes; o primeiro se realizou na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais/UFGM, trata-se do Congresso Regional dos Sociólogos “Chaves da Sociologia para a Assistência Social”, ocorrida em 2009, onde se discutiu as contribuições teóricas e de aplicação da Sociologia para a atuação no terreno da Assistência Social. E, tendo em vista, que as políticas se desenhavam para além de um modelo assistencialista, que remonta o período final da década de 1980 (SPOSATI, 2009), para uma política que favorece a emancipação e que visa assegurar os direitos e deveres de todo e qualquer cidadão, foi, de fato, um evento importante para atuação do sociólogo dentro do Sistema Único da Assistência Social, uma vez que este profissional pode contribuir para elaboração de estudos e diagnósticos sobre situações de vulnerabilidades para que seja eficaz uma ação mais precisa do Estado.

O segundo evento foi a VII Conferência Nacional da Assistência Social, intitulada Participação e Controle Social no Sistema Único da Assistência Social que ocorreu em

Brasília, em 2009. Nesta conferência houve uma grande participação de sociólogos e foi redigida e aprovada uma moção de reivindicação visando à inclusão dos sociólogos na equipe de referência¹ do SUAS. Observe o texto da moção, que conseguiu reunir 141 assinaturas.

Inserção do profissional sociólogo na equipe de referência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no planejamento e na vigilância social visando, junto com os outros trabalhadores da assistência social, auxiliar na produção, sistematização e análise dos dados e informações que dizem respeito aos riscos de vulnerabilidade social, bem como, contribuir no diagnóstico social dos municípios e estados do Brasil (CNAS, 2009, p.155).

Como resultado desta conferência foi enviado um ofício (103/2010) para o MDS, o CNAS e o CONGEMAS solicitando essa inclusão do sociólogo na Política Nacional da Assistência Social (PNAS), especificamente no Sistema de Vigilância Socioassistencial, de acordo com a reivindicação da moção expressa acima e também com a Resolução da CNAS 105 que apresenta as deliberações da conferência. A política de assistência passou a ser abordada por constantes documentos enviados pela FNS, tendo em vista o entendimento de sinalizar a importância de inserir um sociólogo no quadro de profissionais da assistência. Uma vez que a PNAS trabalha na possibilidade de “proporcionar condições de construção de autonomia, sustentabilidade, protagonismo, acesso a oportunidades, capacitações, serviços, condições de convívio e socialização, construção de projeto de vida pessoal e social” (MATIAS FILHO, 2011, p. 04). Desta maneira, é preciso que os serviços da PNAS desenvolvam capacidades de execução de ações e gestão, e isso só é possível através do conhecimento das vulnerabilidades que existem nos territórios.

De acordo com a NOB 2005, para se executar a política é preciso realizar atividades socioeducativas a fim de reduzir e prevenir os impactos das vulnerabilidades às quais estão sujeitos, proporcionando conhecimento acerca dos direitos socioassistenciais desenvolvendo suas “capacidades e talentos para a convivência social, o protagonismo e a autonomia” (NOB SUAS, 2005, p.16). Além disso, as atividades que se realizam na política pública do SUAS acontece de forma continuada e permanente e se voltam a buscar suprir as necessidades da população com ações integradas e complementares, que tendem a melhorar os benefícios e serviços socioassistenciais. E como principais objetivos da vigilância socioassistencial, temos:

¹ De Equipe de Referência se destacam o Assistente Social, o Psicólogo e Advogado, definidas no artigo 1º da Resolução nº17/2011.

[...] produzir, sistematizar e construir informações, indicadores e índices das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social; identificar a existência de pessoas em situação de abandono, de redução de capacidade pessoal, em situação de exploração, maus tratos e ameaça e violência, vítimas de apartação social; exercer o monitoramento e a avaliação dos padrões dos serviços ofertados (MATIAS FILHO, 2011, p.04).

E nesse contexto da política de assistência social, se exige uma profissionalização e atuação multidisciplinar, tanto nas atividades cotidianas quanto na atuação de gestão nos serviços socioassistenciais, é neste momento que há a indicação de inserção do profissional sociólogo nesses espaços. Dessa forma, cabe destacar a Resolução do CNAS nº17, de junho de 2011 que reconheceu as categorias de profissionais de nível superior que podem integrar às equipes de referência, dentre estes profissionais está o sociólogo e outros profissionais, que podem compor o conjunto de “categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais” (artigo 3º, Resolução nº 17/2011), assim como as atividades de gestão do SUAS.

Observemos, neste momento, as atividades da área da Assistência Social, pelo ponto de vista das normas oficiais do SUAS e da PNAS, detalhando, em contraponto, as atribuições e atividades que podem e devem ser realizadas pelo sociólogo em consonância com as normas citadas acima e de acordo com as Notas Técnicas do FNS (BOLOGNINI, 2011; MATIAS FILHO, 2011) sobre as atribuições do sociólogo. As normas destacadas são: a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS 2005), a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS 2006) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS – 109/2009).

As Notas Técnicas do FNS (BOLOGNINI, 2011; MATIAS FILHO, 2011) foram redigidas com o propósito de apresentar o objeto da sociologia e as atribuições deste profissional, ressaltando a sua relação com as especificidades da política de Assistência Social e fundamentando a importância da inserção do trabalho do sociólogo no SUAS. Desta forma, na perspectiva da política de Assistência Social, os papéis definidos para o sociólogo são (MATIAS FILHO, 2011, p. 04):

- Concorrer para o diagnóstico de situações de risco e vulnerabilidade, através da apreensão da realidade socioterritorial, em sua complexidade e da incidência e evolução dos fatores sociais que levam à violação de direitos, tais como o trabalho infantil, a violência doméstica contra crianças, adolescentes e mulheres, a exploração sexual, o abandono, etc.

- Participar do planejamento das iniciativas públicas que busquem amenizar ou reverter os quadros preocupantes, identificados a partir do diagnóstico;
- Participar do monitoramento e da avaliação dos serviços, projetos e programas, tanto no que se refere à formulação dos mesmos como à execução pertinente.

Já no que se referem às atividades que cabe ao trabalho do sociólogo, definidas na NOB-SUAS/2005, são (MATIAS FILHO, 2011, p. 05):

- Produzir e sistematizar informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social e violações de direitos;
- Planejar benefícios, programas, projetos e serviços de assistência social;
- Detectar e informar as características e dimensões das situações de precarização que vulnerabilizam e trazem riscos e danos aos cidadãos, a sua autonomia, à socialização e ao convívio familiar;
- Analisar as informações oriundas dos sistemas de registros de riscos e vulnerabilidade social e pessoal e notificações compulsórias das violações de direitos;
- Desenvolver estudos e pesquisas para conhecimento da realidade territorial, das condições de vida das populações mais vulneráveis, que orientem as ações e os serviços a serem desenvolvidos;
- Avaliar o impacto dos serviços, programas, projetos e benefícios na redução dos riscos, vulnerabilidades e das violações de direitos e seus danos;
- Produzir estudos que identifiquem e priorizem os problemas sociais que vulnerabilizam e põem em risco, famílias e grupos populacionais delimitados;
- Participar da articulação e desenvolvimento de ações e serviços de prevenção, proteção e redução dos danos;
- Estabelecer mecanismos e estratégias para efetivar a vigilância socioassistencial.

Assim, a NOBRH/SUAS define como funções essenciais do SUAS e que o sociólogo pode realizar:

[...] gestão, coordenação, planejamento, cooperação técnica, assessoria, apoio, capacitação, gerenciamento, diagnóstico, monitoramento, gestão do trabalho e controle do sistema público de Assistência Social – execução dos serviços, programas, projeto e benefícios socioassistenciais (MATIAS FILHO, 2011, p. 06).

E no que se refere à Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que dispõe sobre a padronização dos serviços socioassistenciais, o que há de definição do trabalho social essencial aos serviços, foi identificado algumas atividades que são de suma

importância ter um profissional com formação em sociologia na equipe multidisciplinar do serviço, são elas (MATIAS FILHO, 2011, p. 06):

- Atividades e campanhas socioeducativas e comunitárias;
- Mobilização social para o exercício da cidadania;
- Desenvolvimento e estímulo do convívio familiar, comunitário e da organização da vida cotidiana;
- Mobilização e fortalecimento das redes sociais de apoio;
- Articulação da rede de serviços socioassistenciais com outras políticas setoriais;
- Elaboração de relatórios, notificação da ocorrência de situações de violações de direitos;
- Organização do sistema de informação - banco de dados de usuários e das entidades sociais, do cadastramento socioeconômico;
- Elaboração de instrumentos técnicos de conhecimento do território, vigilância socioassistencial e diagnóstico socioeconômico e estudo social;
- Produção de orientação técnica e materiais informativos;
- Desenvolvimento de projetos sociais;
- Monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais.

Além destes indicativos, a FNS elencou os conhecimentos, técnicas e estratégias que cabe ao profissional sociólogo e que são fundamentais para a execução da gestão na política de assistência social (MATIAS FILHO, 2011, p. 06-07).

O profissional de sociologia detém conhecimentos nos seguintes temas/área:

- Dos direitos humanos, sociais e políticos;
- Das questões de gênero e sexualidade,
- Das culturas e costumes, raça / etnia, estigmas e preconceito;
- Das relações de trabalho, das regras e organização social;
- Da organização política e social do Estado e das relações de poder;
- Das políticas públicas e da participação social.

As técnicas e estratégias adotadas são, entre outras:

- Abordagem sistêmica, problematização, história de vida;
- Atividades socioeducativas, grupos de discussão e estudo;
- Articulação e mobilização do território e da comunidade, fortalecimento de redes sociais;

- Estudo e diagnóstico de realidade e do território, sistematização de informações, construção de indicadores sociais e perfil socioeconômico, métodos e técnicas de pesquisa social;
- Elaboração e produção de materiais técnicos e informativos, elaboração e execução de campanhas socioeducativas.

Diante de tudo que foi apresentado destacamos a importância e a necessidade de inserir o profissional sociólogo nas equipes técnicas e multidisciplinares na política de assistência social, pois, assim, suas intervenções seriam mais eficazes e eficientes no sentido de contribuir para amenizar ou mesmo reverter às situações de vulnerabilidades sociais identificados nos mais variados territórios. Podemos destacar que a inclusão do profissional sociólogo no campo do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) foi fruto de uma ampla mobilização dos sociólogos organizados em sindicatos e associações estaduais e também da Federação Nacional dos Sociólogos, sendo concretizado a partir da promulgação da Resolução do CNAS nº 17/2011. Isto favoreceu ao esforço de dar visibilidade ao trabalho do sociólogo no âmbito da política de assistência.

Neste sentido, tendo feito um debate sobre o lugar da Sociologia como profissão e sua inserção no âmbito da assistência social, apresentamos um debate sobre as nuances teóricas e legais acerca desse debate. Tendo em vista a inserção dessa ciência na Assistência Social, enfocamos a sua atuação no Serviço do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. Contudo, precisamos identificar quem é esta população e como ela se configura. Dessa forma, vamos apresentar no próximo capítulo um importante debate sobre a caracterização da população em situação de rua, a partir do contexto de construção da Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua, com suas características sociais, políticas e os marcos legais que cercam essa nova estrutura da política social brasileira.

2. DELINEAMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Até aqui analisamos a Sociologia como uma profissão importante a situar em vários espaços, inclusive fora da academia e sua inserção no Sistema Único da Assistência Social, como um profissional relevante a compor o quadro de equipe de referência nos campos da assistência social. Neste capítulo vamos adentrar numa breve apresentação histórica, social, política e dos marcos legais sobre a população em situação de rua, ressaltando, sobretudo, a heterogeneidade de realidades e vivências dessa população.

Para que o leitor compreenda os processos que se desenharam em torno da política de intervenção junto à população em situação de rua no município de Santa Rita é preciso, antes de tudo, contextualizar os eventos políticos e sociais, as regulamentações que envolvem a construção e implementação da Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua; estes aspectos são muito importantes para identificarmos como se deu a formatação de espaços que se apresentam como demandas direcionadas à população em situação de rua. Uma característica que lhes é comum é a questão da pobreza e da exclusão social, como pontos marcantes em suas histórias.

Essa população se caracteriza por vínculos familiares fragilizados ou totalmente rompidos, ausência de moradia e emprego. Tudo o que consegue relacionado ao seu sustento e sobrevivência é de forma temporária e indefinida. Essa realidade, em tempos anteriores, denunciava uma completa ausência do Estado e uma invisibilidade frente às demandas da sociedade como um todo, uma vez que na nossa sociedade capitalista, essas pessoas não se enquadram exatamente à realidade econômica, pois muitas delas são excluídas por possuírem pouca ou nenhuma escolaridade e qualificação profissional.

É neste sentido que destacamos a importância de defender ações que viabilizem a possibilidade de uma vida mais digna e justa para essa população. Tendo em vista que a própria situação de rua já pressupõe uma violação de direitos dessa população. No tópico a seguir, vamos discutir mais profundamente os aspectos históricos, sociais e políticos, assim como os marcos legais que envolvem a trajetória da população em situação de rua no Brasil.

2.1 O contexto sociopolítico de construção da Política Nacional para População em Situação de Rua

Num contexto histórico de surgimento da população em situação de rua podemos destacar a partir do advento do capitalismo, onde após a acumulação primitiva foi retirada dos trabalhadores os meios de produção. Nesse processo os trabalhadores camponeses tiveram suas terras roubadas ou confiscadas pelo Estado, sendo expulsos de suas terras se dirigiram às cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida. Porém, o que encontraram foi uma massa enorme de trabalhadores a ocupar as filas das grandes empresas, sem conseguir trabalho e sem ter local de moradia começaram a viver pelas ruas das cidades.

Os que foram expulsos de suas terras não foram absorvidos pela indústria nascente com a mesma rapidez com que se tornaram disponíveis, seja pela incapacidade da indústria, seja pela dificuldade da adaptação repentina a um novo tipo de disciplina de trabalho. Dessa forma, muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por circunstâncias (SILVA *apud* ALT, 2017, p. 14)

Sendo este um cenário que se iniciaram na Europa, por volta do século XV, muitas foram as ocorrências de eventos que contribuíram para que piorassem os quadros de pessoas em situação de rua pelo mundo. Ainda num cenário mundial uma das primeiras resoluções que podemos destacar que reconhece que todas as pessoas são iguais em dignidade e direitos é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. É preciso perceber que a defesa dos direitos humanos exige ações que viabilizem o acesso a uma vida digna, e é nesse sentido que a própria situação de rua deve ser encarada como uma violação de direitos. Mais à frente destacaremos os muitos avanços em questão de direitos, especialmente para população em situação de rua, que reconhece que os marcos políticos e legislativos inaugurados pela afirmação dos direitos humanos muito têm contribuído para as lutas sociais por mais dignidade em nossa sociedade. Sem nos aprofundarmos muito na questão, é preciso reconhecer o caráter real e material dos direitos humanos, enquanto possibilidade de construção de uma vida digna de ser vivida para todas as pessoas, com acesso irrestrito aos direitos. É neste sentido que Silva e Costa (2015) ressaltam a tensão que existe

[...] entre o que costumamos chamar de direitos humanos – um dever ser regulado por declarações, resoluções e acordos em instâncias como as Nações Unidas – e o que eles significam no nosso cotidiano – os planos e

razões que justificam sua existência e os fins que pretendemos alcançar com eles e através deles (SILVA E COSTA, 2015, p.128).

Infelizmente, não é difícil de perceber que os direitos humanos não estão se realizando concretamente na vida das pessoas. Cotidianamente nos deparamos com desigualdades e assimetrias em diversos níveis e dimensões da vida social, em seus aspectos econômicos, étnicos, de gênero e geracional, que estão impossibilitando as pessoas de gozarem plenos direitos. Importante identificar que os direitos humanos encerram uma máxima que prescreve práticas, mas não descreve ações em formato de leis (SILVA E COSTA, 2015), e, muitas vezes, é o embate político que impulsiona a discussão por práticas mais justas e igualitárias em nossa sociedade e a garantia de uma vida mais digna e justa com pleno acesso aos bens e serviços de nossa sociedade.

Assim, os direitos humanos devem ser encarados como um construto cultural, devendo ser contextualizado num determinado tempo e espaço, como resultado de lutas e embates entre sujeitos históricos concretos, em prol dos direitos. Importante ressaltar um pensamento que Joaquín Herrera Flores elabora:

Os direitos humanos são resultados sempre provisórios de lutas sociais por dignidade. Dignidade, compreendida não como simples acesso aos bens, mas um acesso que seja equitativo e não esteja a priori submetido a processos de divisão hierárquica do fazer humano que, enquanto coloca a uns em âmbitos privilegiados de acesso a bens a outros coloca em situações de opressão e subordinação. Mas, cuidado! Falar aqui de dignidade humana não deve implicar em um conceito abstrato ou ideal. A dignidade é um fim material. Um objetivo específico, em que o acesso universal e igualitário aos bens, faz com que a vida seja digna de ser vivida (FLORES, 2007, p. 26).

Essa luta por bens, destacada por Flores (2007), deve ser uma luta que busca ter acesso a satisfação de necessidades materiais concretas e não um discurso abstrato, mas um dever ser que podendo se apoiar em sistemas de garantias formalizadas, através de leis, decretos e portarias, viabilize que lutas jurídicas e sociais caminhem de mãos dadas. Como afirma Silva e Costa (2015, p.130), os direitos humanos como um produto cultural devem ser desmistificados com relação a determinadas posturas que encaram os direitos humanos como uma “essência humana”, devendo ser percebidos como um “processo de lutas por acesso à dignidade material”, e Flores (2007, p.24) ainda enfoca que:

[...] ao lutar pelo acesso aos bens, os atores e atrizes sociais que se comprometem com os direitos humanos, o que fazem é, colocar em

marcha práticas sociais dirigidas a equipar, todas e todos, com meios e instrumentos – sejam políticos, sociais, econômicos, culturais ou jurídicos – que possibilitem construir as condições materiais e imateriais para poder viver dignamente (FLORES, 2007, p. 24).

Ainda que se afirme que as lutas sociais por direitos ao acesso a bens seja uma permanente construção social, os direitos humanos – civis, políticos, sociais, econômicos e culturais – retratados até então de forma indistinta a todas as pessoas, enfrenta uma hierarquização em se tratando de direitos, onde as liberdades e garantias individuais são primordiais em detrimento da coletividade, como ressalta Silva e Costa (2015),

[...] as liberdades individuais são construídas como fundamentais, enquanto e, por sua vez, demandas coletivas por justiça social, redistribuição e reconhecimento são colocadas em patamar diferente, contrariando, as próprias noções de interdependência, inter-relação e indivisibilidade que a norma jurídica busca assegurar (SILVA E COSTA, 2015, p.131).

Cabe ressaltar a ideia de que a exigência por direitos humanos se baseia na concretude da necessidade de condições materiais de vida, uma vez que cotidianamente nos deparamos com situações de violações de direitos e, sendo os direitos humanos fruto de lutas e reivindicações para se ter a garantia de condições materiais que nos permita viver de forma mais digna e justa.

E em se tratando da população em situação de rua podemos identificar que já na Declaração Universal dos Direitos Humanos há uma alusão a garantias de direitos que os contemplam. E dois são os artigos contemplados na Declaração, neste sentido, o 1º artigo que afirma que todas as pessoas são iguais em dignidade e direitos e no artigo 25º que afirma:

1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, **ao alojamento**, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de **perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade** (ONU, 1948, p.06. Grifos nossos).

Neste sentido, deve-se levar em consideração que toda e qualquer pessoa tem direito a ter um local onde possa se abrigar, sendo assegurada sua segurança, em caso de perder seus meios de sobrevivência. E sendo o Brasil um Estado-membro na ocasião em que foi promulgada a Declaração e, considerando que a própria Constituição Federal de 1988 faz alusão à Declaração, em seu Artigo 1º, inciso III instituindo como um direito

fundamental o valor da dignidade da pessoa humana, e ainda no Artigo 3º, inciso III a questão da erradicação da pobreza, essas premissas são contempladas como fundamentos que regem o Estado Brasileiro (BRASIL, 1988).

Dando continuidade à explanação sobre o contexto em que se insere a população em situação de rua, foi no período do final da década de 1980 que o país realizou a transição da política assistencialista para a política da Assistência Social (SPOSATI, 2009), através da promulgação da Constituição de 1988. A partir de então, a Carta Magna impulsionou a criação de políticas públicas sociais para vários públicos, inclusive para população em situação de rua. Em seus artigos 5º e 6º a Constituição preconiza os direitos sociais para a população em situação de rua, definindo primeiramente em seu artigo 5º;

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988).

Como também em seu artigo 6º, “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, ao lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (BRASIL, 1988). Dessa forma, considerando esses direitos previstos na Constituição, todas as pessoas, inclusive as populações em situação de rua devem ter os direitos sociais garantidos através de políticas públicas do Estado. Apesar disto, a população em situação de rua ainda não se apresenta como prioridade, ainda que esta *assistência aos desamparados e a erradicação da pobreza e da marginalização social* seja direcionada a outras populações também vulneráveis, como crianças, adolescentes, idosos; flagramos situações em que a população em situação de rua sofre todo tipo de violações de direitos. Ressaltando que este cenário se repete com outras políticas públicas, tais como saúde e/ou educação.

Ainda sobre a definição da Carta Constitucional, destacamos que a Assistência Social faz parte do tripé da Seguridade Social Brasileira, onde se encontram a saúde e a previdência, estas são políticas de Estado, da mesma forma que é um dever deste assegurar sua legítima efetivação a todo e qualquer cidadão ou cidadã. O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão e a coordenação de serviços, programas, projetos e benefícios que estão presentes na política de assistência em todo território nacional (BRASIL, 2009a). Nas definições do SUAS ainda se destaca;

[...] gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-político da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação (BRASIL, 2009a, p.39).

O SUAS tem a responsabilidade de tornar efetivas as demandas da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), instituída pela Lei nº8742 de dezembro de 1993. A LOAS só foi aprovada cinco anos após a promulgação da Constituição, um período de inércia da política de assistência no país, o que gerou muita insegurança no período. Contudo, após alguns movimentos de pressão para sua implementação, foi por ocasião da IV Conferência Nacional de Assistência Social, em 1993, que ela foi aprovada.

E durante a década de 1990 se destacam alguns atos e manifestações referindo-se a reivindicações a respeito da população em situação de rua, que teve início a partir do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, em 1993; fórum este que foi uma demanda de entidades governamentais e não-governamentais, com objetivo de elaborar políticas públicas voltadas à população em situação de rua em Belo Horizonte/MG. Semelhante aos eventos de Belo Horizonte/MG, houve experiências desenvolvidas entre os anos de 1980-1990 em outras cidades grandes com ações notórias no âmbito nacional, como as cidades de São Paulo e Porto Alegre; evidenciando, assim, a ideia de que esta população necessitava de uma maior atenção, exigindo ações que responsabilizassem o poder público para questões pertinentes a este público específico.

Neste período, ainda se destaca a realização do Grito dos Excluídos, em 1995, uma iniciativa das Pastorais Sociais, com participação da CNBB que tendo em vista a Campanha da Fraternidade, destacava o tema: “A fraternidade e os excluídos”, o lema do Grito neste ano foi “A vida em primeiro lugar”. O Grito surgiu de uma proposta de denunciar formas de exclusão e desrespeito, valorizar os sujeitos e defender os direitos. Este Grito de 1995 aconteceu em cerca de 170 cidades e, a partir de então, esta passou a ser uma maneira de reivindicar por melhores condições de vida.

Na virada do século destacamos uma organização que muito contribuiu no processo de reivindicação por direitos da população em situação de rua, trata-se do Movimento Nacional dos Catadores/as de Materiais Recicláveis (MNCR). Este movimento foi fundado em 2001, na oportunidade da realização do 1º Encontro Nacional dos Catadores de Papel. E, logo depois, na ocasião do 1º Congresso Nacional de dos Catadores/as de Materiais Recicláveis, que aconteceu em Brasília, foi lançada a Carta de Brasília que expressa às principais necessidades da população que sobrevive de coleta de materiais recicláveis

espalhados pelas ruas das cidades em todo país. (MNCR, 2011). Este evento reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras.

Em 2004 foi instituída a Política Nacional da Assistência Social (PNAS), após amplo processo de debates e de divulgação por todo país. Assegura proteção social a que perpassa as políticas sociais de saúde, educação, previdência, emprego e renda, habitação; como também se destina a públicos diferentes de acordo com as políticas específicas de juventude, mulheres, idosos, população LGBT e pessoas em situação de rua; atribuindo Proteção Social Especial ao atendimento à população em situação de rua. Segundo informações do documento da PNAS (BRASIL, 2009a, p.31), “a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar”. A política de assistência é de responsabilidade do Estado que deve assegurar sua efetivação a todos os cidadãos e cidadãs.

Esta política inaugurou uma nova perspectiva na garantia de direitos em situações específicas, entre estas a população em situação de rua, uma vez que esta população é tradicionalmente tida como invisível e/ou excluída das estatísticas. A instância que coordena a Política Nacional da Assistência Social é o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), estando prevista na LOAS e com suas bases afirmadas e consolidadas na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). De um modo geral, esta política é responsável por atender um público que se encontra em situação de vulnerabilidade social, dentre estes a população em situação de rua, através da Proteção Social Especial de Média Complexidade por meio de centros de atenção, como é o caso do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) (SILVA, 2012). Apresentarei e discutirei maiores detalhes a respeito destes centros no próximo capítulo.

Entretanto, nem só de movimentos positivos é marcada a construção de uma política específica para a população em situação de rua. No ano de 2004, no dia 19 de agosto, aconteceu um episódio que ficou conhecido como *a chacina da Praça da Sé*, no centro de São Paulo, onde 15 pessoas em situação de rua foram violentados e sete foram brutalmente assassinados. Como resultado desse crime, essa população que vive nas ruas sem proteção e amparo (BRASIL, 2009b) ganhou grande visibilidade, e no ano seguinte, em 2005, criou-se o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Um pouco mais tarde o MNPR passou a relembrar o dia da *chacina da Praça da Sé* como o Dia Nacional

de Luta da População em Situação de Rua. Também em 2005, ocorreu o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua.

Em atendimento às reivindicações apresentadas no I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, onde se encontraram representantes do poder público, organizações e movimentos sociais, tais como o MNPR e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para traçar metas e definir estratégias de ação no intuito de implementar a construção de políticas públicas a este seguimento; serviu de subsídio para alteração da LOAS numa nova redação que prevê o atendimento específico à população em situação de rua. A nova redação altera o parágrafo único do art. 23 da Lei nº 11.258, de 30/12/2005, que passa a vigorar com o seguinte texto: “Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: II - às pessoas que vivem em situação de rua”; estabelecendo, assim, a obrigatoriedade de criação de programas direcionados a este público, no âmbito das políticas sociais, numa perspectiva intersetorial.

Em 2006 se instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com o objetivo de elaborar estudos e fomentar debates e propostas de criação de políticas públicas para a inclusão social de pessoas em situação de rua. Neste grupo estavam presentes os representantes dos ministérios e organizações sociais participantes. A partir deste grupo realizou-se a primeira contagem nacional da população em situação de rua do país (BRASIL, 2009b). Assim, entre 2007/2008 iniciou-se a realização da Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua, com a finalidade de contabilizar e identificar o perfil deste público específico com o objetivo de ter subsídios que favorecessem a criação de serviços, programas e projetos da Assistência Social destinados às necessidades e demandas desta população (PEREIRA E SANTOS, 2017). Esta pesquisa aconteceu depois de um acordo de parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o MDS, se realizou em 71 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes (BRASIL, 2009b). Essa contagem foi um passo importante para formulação da Política em Atenção à População em Situação de Rua, uma vez que esses números poderiam favorecer a implementação de políticas sociais voltadas à população em situação de rua encarnadas na realidade dessa população assegurando direitos às pessoas, em especial a essa população tão marcada pela exclusão e discriminação. Veremos maiores detalhes no tópico a seguir.

Já em 2009 ocorreu o II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua; neste encontro, com a participação do MNPR, se desenhou uma proposta intersetorial para

criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), com os seguintes princípios:

[...] como o respeito à dignidade do ser humano, o direito ao usufruto e permanência na cidade e a garantia e defesa de direitos fundamentais, combatendo práticas higienistas e ações preconceituosas e violentas. Nele aprovou-se também diretrizes como a formulação e implementação de políticas públicas acessíveis de saúde, educação, habitação, lazer e cultura, respeitando a diversidade humana em suas diferentes expressões, o incentivo à organização política da população em situação de rua, **além da criação de uma Secretaria Especial de Promoção da Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua** (PEREIRA E SANTOS, 2017, p.04. Grifos da autora).

E como resultado deste Encontro foi emitido o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, instituindo a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) e do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política. Esta política se destaca como uma orientação na construção de políticas públicas voltadas especificamente para esta população que, durante muitos anos, foi marcada por estar à margem das prioridades de vários governos. Além deste decreto, houve uma resolução do Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS), que definiu uma padronização dos serviços socioassistenciais. Trata-se da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; “nesta normativa ficaram expressos os serviços específicos para o atendimento a população em situação de rua no âmbito das proteções sociais” (BRASIL, 2013). Nos anos seguintes, 2010 e 2011, ainda houve outras normativas e portarias que contribuíram para consolidar ainda mais a política pública referente à população em situação de rua.

Uma importante resolução em 2010 foi a criação de um formulário específico para cadastrar pessoas em situação de rua no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, assim publicou-se a Instrução Operacional Conjunta – SNAS E SENARC nº 07, de 22 de novembro de 2010 juntamente com uma cartilha para subsidiar os municípios e o Distrito Federal para a Inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (BRASIL, 2011). E, por fim, no ano de 2011 o MDS lança a Série “SUAS e População em Situação de Rua”, trata-se de três cartilhas que orientam as principais políticas voltadas à população em situação de rua, são elas:

Três volumes: Volume I - Inclusão das pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Volume II – Perguntas e Respostas – Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua; e Volume III - Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para a População em

Além da instituição de Consultórios na Rua em 2011, pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), como uma modalidade de equipes que realizam busca ativa e qualificada de pessoas que vivem em situação de rua, favorecendo o acesso aos serviços de saúde de forma diferenciada. Em 2012 é lançado um Manual sobre o Cuidado à Saúde junto à população em situação de rua; da mesma forma, em 2013 é instituída a Resolução nº 09, de 18 de abril de 2013, designando o reordenamento dos serviços de Acolhimento Institucional e em Repúblicas para pessoas em situação de rua (KLAUMANN, 2016).

Esses avanços destacados aqui não esgotam as várias ações que ainda são necessárias para que essa população se torne visível e percebida nas estatísticas e demandas nacionais. É preciso que essas pessoas sejam percebidas como sujeitos protagonistas, com muitas possibilidades de alcançar objetivos maiores em suas vidas, sendo capazes de intervir sobre as próprias escolhas que podem afetar profundamente suas vidas e trajetórias. Podendo, também, atuar de forma efetiva, participativa e democrática, na construção e consolidação de uma Política Nacional que viabilize formas de alcançar direitos e mais dignidade. Veremos no tópico a seguir uma caracterização da população em situação de rua a partir da contagem realizada pelo Governo Federal e que apresenta um perfil e um cenário dessa população no país.

2.2 Aspectos relevantes sobre a População em Situação de Rua no Brasil

2.2.1 Quem é e onde está a População em Situação de Rua?

Inicialmente, é preciso conhecer qual a definição para população que vive em situação de rua. Nos tempos atuais, muitas são as definições que cercam esse público, advindo dos mais variados grupos, desde os movimentos sociais, tais como o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) até mesmo o poder público e os trabalhadores sociais, ou os acadêmicos e leigos, enfim, como destaca Silva e Costa (2015, p.120), “várias definições são produzidas e postas em circulação cotidianamente, em um processo marcado por intensas disputas e negociações, que buscam fixar e circunscrever em uma categoria, situações e sujeitos com trajetórias e pertencimentos múltiplos”. Contudo, no marco legal da Política Nacional para População em Situação de Rua há uma definição desta população que os destaca como sujeito de direitos, os definindo como,

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2008, p.08).

Segundo Silva e Costa (2015), essa definição que ora se apresenta no Decreto oficial que marca a normativa da Política Nacional e que está baseada em estudos e pesquisas realizadas nas décadas de 1990, apesar de destacar a heterogeneidade deste público tem uma ênfase problemática quando destaca a questão dos laços familiares rompidos ou fragilizados e também sobre a questão da moradia. Pois se trata muito mais do que marca a tríade família-casa-trabalho, porque:

[...] expõe o caráter normalizador e prescritivo do texto: assim, motivada por inclinações pessoais, a população em situação de rua ao mesmo tempo em que seria resultante da não conformação às orientações de uma certa moral cristã e burguesa, deveria perseguir o que é considerado *norma*, ou seja o “restabelecimento de vínculos” e a “inserção pelo trabalho”, como formas de “retorno” ao tão “desejado” mundo domiciliado, o seu eterno contraponto (SILVA E COSTA, 2015, p.121).

Ao termo disto, as pessoas em situação de rua precisa muito mais do que demonstra esta prescrição, tendo em vista que seus direitos não são respeitados em outros espaços e instituições, tais como saúde, educação, cultura. Concordamos que essa população necessita mais do que uma inclusão, mas uma afirmação e abertura das políticas públicas já existentes. E, nesse sentido, concordamos com Santos (2009 *apud* SAMPAIO E PAMPONET, 2016, p.05) quando destaca que as pessoas em situação de rua “vivem afastadas da conjuntura social”, mas esse afastamento é devido à falta de garantia de direitos fundamentais que faz com que tenham apenas a rua como moradia, as drogas que fazem parte do cotidiano e a pobreza como um problema social marcante na vida destas pessoas.

Outro ponto que merece destaque é a análise a respeito da caracterização da Política Nacional sobre os ditos beneficiários da legislação, pois o enfoque é sobre o indivíduo e não sobre a estrutura e/ou o contexto que o cerca, o ponto chave é interrogar: “*O que leva uma pessoa à rua?*” (SOUZA E COSTA, 2015, p.122). Sem problematizar essa questão, o texto invisibiliza as causas que levaram as pessoas à situação de rua, e culpa o próprio indivíduo pela sua situação. Nesse sentido, a política acaba “legislando sobre pessoas e não sobre situações concretas” (Idem, 2015, p.122). Ainda cabe argumentar, que a Política

Nacional, em seus aspectos normativos, apresenta limites a uma conceituação mais clara da população em situação de rua, uma vez que a “representação das pessoas em situação de rua [aparece] como somatório de faltas, inadequações e resultado de fracasso pessoal” (Idem, 2015, p.122), isso acarreta uma invisibilização política, já que encobre as causas que levaram uma pessoa a estar em situação de rua, uma vez que o Estado está negando os Direitos Fundamentais a essa população.

Todo esse panorama gera uma certa visão distorcida da sociedade sobre a população em situação de rua, uma vez que são ignorados e desprezados e/ou são tratados com piedade, agressividade e até mesmo violência. Mesmo enfatizando que é dever do Estado garantir a efetivação de direitos fundamentais a todas as pessoas e não apenas dos mais necessitados, o que precisamos entender é que, de fato, “essa parcela que vive permanentemente nas ruas, não tem recursos próprios para que possam efetivar o seu sustendo, como muitos cidadãos de outros níveis sociais conseguem” (SAMPAIO E PAMPONET, 2016, p.09). E isso nos remete novamente à reflexão feita anteriormente, de que apenas a questão da moradia, e mesmo da família, não é suficiente se essa mesma população não puder ter acesso a educação, saúde e outros direitos fundamentais.

Entretanto, retornando à caracterização dessa população a partir da contagem que se realizou sobre o perfil da população em situação de rua no Brasil, sabe-se que essa pesquisa foi uma demanda que surgiu após a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) sobre População em Situação de Rua em suas várias reuniões (BRASIL, 2009b), como direcionamento do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado em setembro de 2005, sendo organizado e realizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), com o objetivo de fomentar políticas públicas para esta população. (KLUMANN, 2016). Assim, pode-se perceber que a realização do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua se deu através de uma parceria entre os movimentos sociais do povo da rua e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) “em discutir estratégias, levantar desafios e recomendações sobre a realidade desse grupo” (VEIGA, *et al*, 2009, p.17), procurando formular um perfil socioeconômico dessa população para subsidiar a criação de políticas públicas para este seguimento.

Dessa forma, a pesquisa privilegiou 71 cidades de todo país, abrangendo 23 capitais, com exceção de Recife/PE e Belo Horizonte/MG que já haviam realizado a pesquisa e São Paulo/SP e Porto Alegre/RS que tinham o planejamento da realização de uma pesquisa em andamento sobre a População em Situação de Rua; além das capitais, a

pesquisa ainda esteve presente em 48 municípios, com uma população superior a 300 mil habitantes.

Tabela 1. Distribuição do número de cidades pesquisadas nas regiões do país.

Região	Total de municípios
Centro-Oeste	6
Norte	8
Nordeste	12
Sudeste	36
Sul	9

Fonte: QUIROGA, 2010.

Um dos critérios para se escolher capitais e municípios maiores veio da premissa de que nesses espaços há uma concentração maior de pessoas em situação de rua, uma vez que nas capitais, por exemplo, concentram maiores recursos, serviços e possibilidades de trabalho e/ou de se manterem em condições melhores. (BRASIL, 2009b). Baseando-se nas experiências já realizadas de pesquisa e levantamento sobre a população em situação de rua, a metodologia utilizada no I Censo e Pesquisa da População em Situação de Rua foi de ir além de um registro quantitativo dessas pessoas em situação de rua.

Procurou-se conhecer as características desses indivíduos em relação a um conjunto de aspectos considerados pertinentes para orientar a construção de políticas mais adequadas para o grupo em foco. Dessa forma, optou-se pela combinação da abordagem censitária – com a identificação do número e a coleta de um conjunto de informações essenciais traduzidas em um questionário reduzido – e da abordagem amostral – com a coleta de um conjunto mais amplo de informações a partir de um questionário ampliado, aplicado a um em cada dez indivíduos identificados (VEIGA, *et al*, 2009, p.17).

E para que se realizasse essa pesquisa foi necessário contar com uma gama de estratégias de coleta desses dados, tais como definir horários, dias a não se realizar, como: feriados, finais de semana, datas festivas, entre outros; uma vez que a pesquisa iria se realizar no horário noturno, pois este é o horário em que mais se encontra essas pessoas pelas ruas (BRASIL, 2009b). Assim como, pensar nas pessoas que realizariam a pesquisa, como representantes de redes de apoio de movimentos sociais e organizações que atuam junto à população em situação de rua.

Outros dois aspectos foram pensar no público alvo da pesquisa, levando em consideração a definição apresentada pelo MDS, com outras características e critérios

como: pessoas com 18 anos completos ou mais. No que se refere a crianças e adolescentes, estes só deveriam ser contabilizados se estivesse sobre responsabilidade do adulto entrevistado (VEIGA, *et al*, 2009, p.19). Tendo em vista que a pesquisa se destinava a pessoas adultas que vivem em situação de rua.

Um segundo aspecto foi uma ampliação de definição do termo “rua”, “incluindo todos os possíveis locais relativamente protegidos do frio e da exposição à violência e que poderiam servir, dessa forma, como abrigo” (VEIGA, *et al*, 2009, p.19). Então, levou-se em consideração pessoas que pernoitam em espaços públicos (parques, praças, prédios abandonados – com menos de cinco anos); instituições de pernoite – mantidas por organizações sociais e/ou poder público (albergues, abrigos, casas de passagem ou de apoio); outras instituições que recebem pessoas em situação de rua (hospitais, clínicas e casas de convivência); pessoas que por motivo de trabalho dormem nas ruas, porque moram em cidades interioranas; pessoas que constroem seu próprio espaço com plásticos, madeira ou papelão. Levando em conta a delimitação das pessoas que vivem em situação de rua que participariam da pesquisa se definiu uma pergunta chave para selecionar essas pessoas, trata-se da questão: “*Onde costuma dormir?*” Se o entrevistado respondesse de acordo com a delimitação pré-estabelecida sua participação se realizava, sem esquecer o quesito da idade.

Houve um período inicial de formações e pré-testes da pesquisa e entre os meses de outubro de 2007 e janeiro de 2008 foi realizado o trabalho de campo nos locais previamente mapeados. Ainda cabe destacar a importante participação de pessoas em situação de rua e àquelas que já saíram dessa situação, educadores sociais, agentes de ONGs, membros de pastorais sociais, movimentos sociais que atuam diretamente com o público alvo da pesquisa, além de profissionais nessa área mostrando-se primordiais para facilitar o acesso e abordagem às pessoas que seriam entrevistadas. (VEIGA, *et al*, 2009, p.28).

Vale ressaltar, ainda, que a realização dessa pesquisa foi um desafio de extrema importância para que se construísse um perfil da população em situação de rua, de modo a favorecer a elaboração e construção de políticas públicas mais específicas a este público. Por este motivo, alguns itens importantes foram destacados, como as dimensões éticas que este trabalho demandava no sentido de que, estavam lidando com pessoas extremamente fragilizadas e expostas a todo tipo de situação. Nesse sentido, se deveria pensar no rompimento de uma profunda “invisibilidade social” a qual este público enfrenta cotidianamente (BRASIL, 2009b). Um segundo aspecto diz respeito à definição de horário

em que se deveria ocorrer à abordagem, uma vez que deveria ser no horário noturno. Então, foi pensada toda uma estratégia de mobilidade das pessoas envolvidas na coleta de dados. E, por fim, a elaboração das perguntas, que deveria ser sucinta e objetiva, abarcando direcionamentos socioeconômicos importantes. (VEIGA, *et al*, 2009, p.31). A pesquisa favoreceu não apenas conhecer e formular um perfil sobre a população em situação de rua, mas, sobretudo, proporcionou o debate e a participação de importantes atores atuantes envolvidos com esta temática tão pertinente nos dias de hoje.

2.2.2 Caracterização da População em Situação de Rua

No I Censo de Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, sendo o Instituto Meta, a empresa responsável por executar a pesquisa, tendo sido selecionada através de licitação pública, identificou 31.922 pessoas adultas em situação de rua, com uma pesquisa que se apresentou com levantamento de campo censitário e amostral, com questionários de perguntas diferenciadas. Há estudos (PALLEROSI, 2016), porém, que destacam que, juntamente com as pesquisas realizadas nas 05 capitais, a população em situação de rua pode chegar a 50.000 mil pessoas, como podemos observar no quadro abaixo.

Tabela 2. Pesquisas realizadas sobre a População em Situação de Rua

PESQUISA	ANO	QUANTIDADE
Pesquisa Nacional – MDS (71 municípios)	2007/2088	31.922
Belo Horizonte/MG	2005	1.157
Recife/PE	2005	888
Porto Alegre/RS	2008	1.203
São Paulo/SP	2009	13.666
São Leopoldo/RS	2010	102
TOTAL		48.938

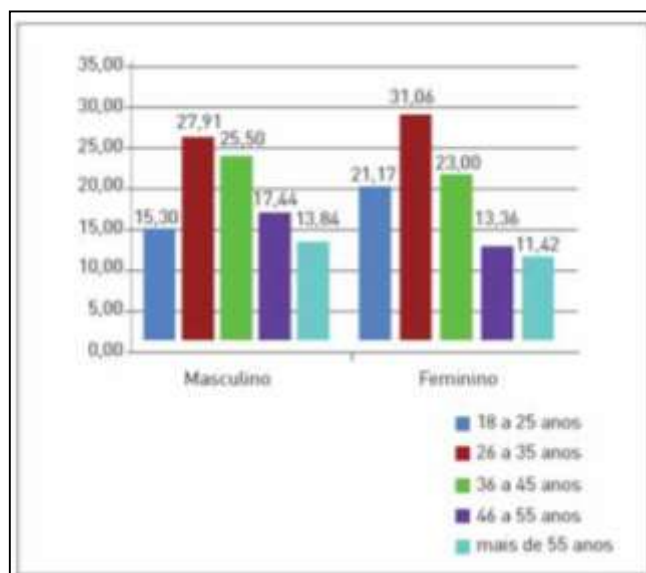
Fonte: MDS,

Como já destacado foi encontrado pessoas em situação de rua nos mais diversos lugares, tais como “calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas)” (Brasil, 2008, p.06). (Ver Tabela 1). Desses lugares, 27,5% das entrevistas se realizaram em instituições, contudo, 72,5% se realizaram em locais caracterizados como rua e citados acima.

De acordo com o Sumário Executivo da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua publicada em 2008, inicialmente a porcentagem de recusa em participar da pesquisa foi de 13,4%, equivalente a 4.275 casos, se comparado com a pesquisa de base domiciliar é um índice bastante baixo (BRASIL, 2009b), os principais motivos da recusa incluem “negativa ou interrupção da aplicação, não acordar, embriaguez, transtorno mental, deficiência auditiva, dentre outros motivos” (QUIROGA, 2016, p.15). Ainda indica que a proporção de população em situação de rua em relação ao número da população total das cidades gira em torno de 0,061% se assemelha a outras pesquisas realizadas em cinco capitais.

Esboçando um perfil da população em situação de rua baseando-se no Censo identificamos que a população masculina é predominante (82%), sendo que mais da metade (53%) tem entre 25 e 44 anos. No que se refere à questão da cor 39,1% se declararam pardos e 27,9%, pretos, ressaltando que a proporção de negros (pardos somados a pretos) é bem maior entre a população em situação de rua. Retratando as mulheres, que representam apenas 1/3 desse percentual (18%), está entre esse público as situações mais vulneráveis, pois elas são, predominantemente, mais novas em faixa de idade que os homens e 20% delas se declaram responsáveis por uma ou mais crianças, diferentemente dos homens (4,3%), conforme destaca o gráfico a seguir.

Gráfico 1. Percentual de mulheres e homens por grupos etários.



Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, 2008.

Assim como as mulheres, as crianças e adolescentes e idosos devem ser considerados grupos vulneráveis e, portanto, merecem atenção especial, principalmente se apresentando em situação de rua.

No quesito econômico, a renda é considerada baixa, uma grande maioria (52,6%) recebe entre R\$20 e R\$80 reais por semana. E para desmistificar a ideia de que a maioria dessa população é “mendigo” e que vivem como “pedintes” de esmola, apenas 15,7% pedem dinheiro para sobreviver, sendo que 70,9% possuem algum tipo de atividade remunerada, tais como, catador de materiais recicláveis, flanelinha, construção civil, limpeza e carregador; essas atividades se situam na chamada economia informal, sendo que apenas 1,9% informaram está trabalhando com carteira assinada, contra, 47,7% afirmaram nunca ter trabalhado de carteira assinada.

Em se tratando da escolaridade, mais da metade (74%) sabe ler e escrever, contudo, 8,3% só sabem assinar o próprio nome e apenas 3,8% estavam fazendo algum curso (ensino básico 2,1% e profissionalizante 1,7%), conforme tabela a seguir. Apesar de se perceber o pouco acesso dessa população ao sistema escolar formal, podendo dificultar o acesso ao mercado de trabalho e outros serviços, além de acesso a informações a respeito de direitos e alternativas para sair dessa situação; contudo, há que ressaltar que também existem pessoas com ensino superior que estão em situação de rua.

Tabela 3. População em situação de rua segundo escolaridade.

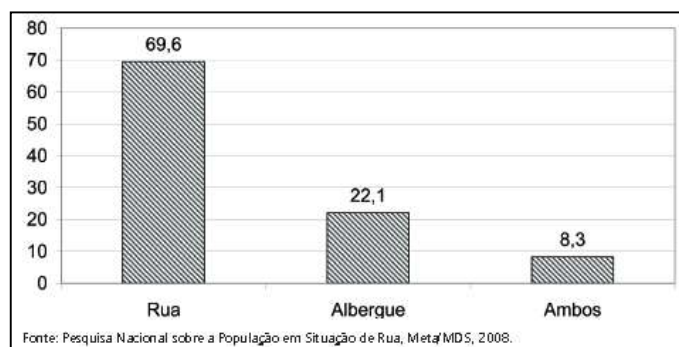
Escolaridade	F	%	%a
Nunca estudou	4.175	15,1	15,1
1º grau incompleto	13.385	48,4	63,5
1º grau completo	2.854	10,3	73,8
2º grau incompleto	1.045	3,8	77,6
2º grau completo	881	3,2	80,8
Superior incompleto	190	0,7	81,5
Superior completo	194	0,7	82,2
Não sabe / Não lembra	2.136	7,7	89,9
Não informado	2.787	10,1	100
Total	27.647	100	

Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Meta/MDS, 2008.
 *Nota: %a expressa a porcentagem acumulada, ou seja, o somatório da participação das apresentadas dentro do total.

Considerando o local onde costuma dormir 69,6% afirmaram dormir na rua, contra 22,1% que costuma dormir em albergues ou outras instituições e apenas 8,3% costumam alternar, ora dormem na rua, ora dormem no albergue. Contudo, as principais razões de se preferir a rua estão no fato de indicarem a perda da liberdade nos albergues (44,3%); em segundo lugar está à rotina e horários de entrada e saída (27,1%) e em terceiro lugar apontaram o fato de não poder usar álcool e drogas no albergue (21,4%). E, ao contrário,

dos que prefeririam dormir em albergues indica a falta de vagas (20,7%) como principal obstáculo para a utilização dos albergues. Sendo esta uma questão pertinente, pois demonstra que há uma baixa demanda efetiva de vagas e mesmo de albergues nos municípios pesquisados. Além disso, ainda destacam o fator da violência (69,3%) e do desconforto (45,2%) de se dormir nas ruas.

Gráfico 2. População em Situação de Rua segundo local onde costuma dormir.



No que tange a questão da trajetória e dos motivos que levaram essa população a está em situação de rua, há três principais motivos: em primeiro lugar, o alcoolismo e as drogas com 35,5%; em segundo lugar, a questão do desemprego, com 29,8% e, por fim, os conflitos e desavenças familiares, com 29,1%. E dos entrevistados 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos, podendo estar relacionados em si ou um ser consequência do outro. E não quer dizer que existem outros motivos, mas estes foram os principais. Com relação à permanência na rua, quase metade desta população está há mais de 02 anos dormindo na rua ou em abrigos (48,8%) e cerca de 30% dorme na rua há mais 05 anos, demonstrando que esta pode não ser uma situação breve ou passageira na vida dessas pessoas.

Tabela 4. População em situação de rua segundo motivos de estar na rua.

Motivos	f	%
Alcoolismo/drogas	9.827	35,5
Desemprego	8.249	29,8
Problemas com pai/mãe/irmãos	8.042	29,1
Perda da moradia	5.653	20,4
Separação/decepção amorosa	4.454	16,1
Ameaça / Violência	2.137	7,7
Preferência/opção própria	2.102	7,6
Trabalho	1.878	6,8
Tratamento de Saúde	1.583	5,7
Outro	1.251	4,5

Fonte: QUIROGA, 2016.

Tabela 5. População em situação de rua segundo o tempo em que dorme na rua/albergue.

Tempo	F	%
Menos de 1 mês	2.163	7,8
Mais de 1 mês até 6 meses	4.017	14,6
Mais de 6 meses até 1 ano	3.017	10,9
Mais de 1 ano até 2 anos	3.818	13,8
Mais de 2 anos até 5 anos	5.211	18,8
Mais de 5 anos	8.181	29,6
Desde que nasceu	365	1,3
Não sabe/Não lembra	583	2,1
Não Respondeu	292	1,1
Total	27.647	100,0

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, 2008.

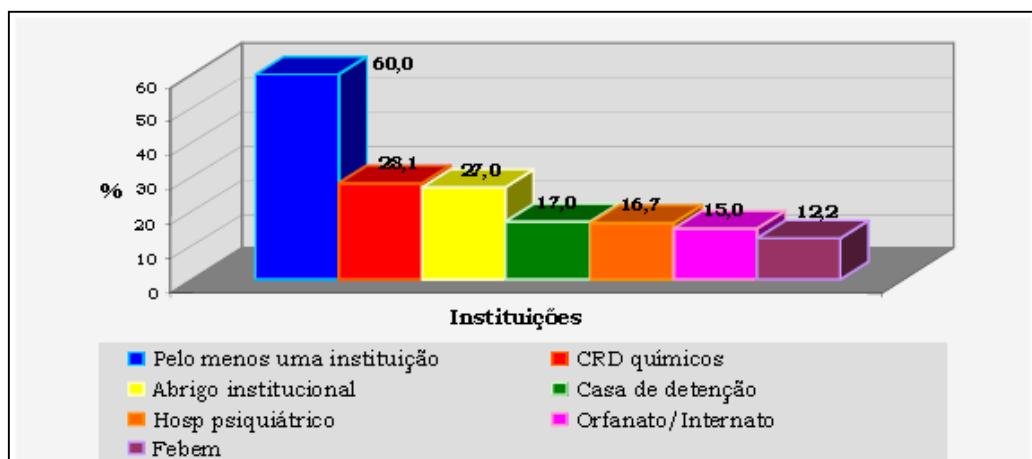
Problematizando a relação dos motivos de se está em situação de rua e segundo o tempo que se encontra em tal situação, um dos estudos (BRASIL, 2009b) aponta que considerando a opção de se está na rua ser por preferência/ opção própria merece destaque, pois há um determinado grau de escolha própria para ir para rua (7,6%), o estudo relaciona essa escolha com uma certa noção de liberdade que a rua pode proporcionar, sendo possível explicar os motivos de sair de casa como também a permanência na rua. Uma vez tendo vivenciado essa liberdade acabam por se sentirem melhor na rua, em detrimento ao ambiente doméstico, pois este ambiente não é mais acolhedor, sendo que o tempo de permanência na rua pode facilmente se tornar crônico. Há também um grupo que optam pela moradia de rua são aqueles que já nasceram nessa condição (1,3%).

Uma característica importante é o fato de que parte considerável das pessoas que estão em situação de rua é originária do próprio município onde se encontra (45,8%) e outra parte apenas se deslocou de um município a outro dentro do mesmo estado (30,3%). Assim, 76,1% se originam da mesma localidade em que se encontram ou de locais próximos, ou seja, não são migrantes, com predominância de permanência na área urbana (71,9%). E o percentual de pessoas denominadas de “trecheiros”, sendo àquelas que já viveram em seis cidades ou mais que indicam um frequente deslocamento, é de 11,9%. E para estas mudanças de cidade os principais motivos apontados são a falta de oportunidade de trabalho (45,3%) ou o conflito familiar (18,4%). Segundo dados do Censo (BRASIL, 2009a), 60,1% das pessoas que já moraram em outra cidade, não dormiam na rua ou em albergues, dessa forma, pode-se identificar que há uma correlação entre o deslocamento das cidades e o fato de está em situação de rua, o seu deslocamento não obteve o sucesso esperado, como uma inserção de trabalho, ocasionando a situação de rua.

Com relação aos vínculos familiares, a maioria dos entrevistados (51,9%) possui algum parente residente na cidade onde se encontra, porém, 38,9% não mantêm contato com esses parentes, contra 14,5% que mantêm contato com seus familiares em períodos esparsos de dois meses a um ano. O número daqueles que mantêm contato frequentemente (diários, semanais ou mensais) somam 34,3% dos entrevistados, podemos considerar um número expressivo levando em consideração os aspectos e condições de vida dessa população. Dos parentes que residem em outros municípios, somam 81,5% dos entrevistados, enquanto que os que mantêm contato com estes, soma 23,1%. O relacionamento com familiares se apresenta por sendo bom ou muito bom (39,2%) e também há os que considerem esse relacionamento ruim ou péssimo (29,3%).

Em se tratando de saúde, alimentação e higiene há algumas considerações. Inicialmente sobre o histórico de internações em instituições temos um percentual de 60% já fez uso de uma instituição; 28,1% de um casa de recuperação para dependentes químicos; 27% de abrigo institucional; 16,7 de hospital psiquiátrico; 17% informaram já ter passado por uma casa de detenção; 12,2 pela FEBEM ou instituição equivalente e 15% já estiveram num orfanato.

Gráfico 3. População em situação de rua segundo internações em instituições.



Fonte: QUIROGA, 2016.

Já no que se refere à alimentação, 19% dos entrevistados não conseguem se alimentar todos os dias, nem ao menos uma refeição por dia. E a maioria (79,6%) consegue fazer ao menos uma refeição por dia, sendo que destes, 27,4% compram o alimento com seu próprio dinheiro. O pior segmento em relação à alimentação é o grupo de quem pede dinheiro nas ruas para sobreviver, 31,3% não se alimentam de forma apropriada todos os dias.

Dos entrevistados 29,7% admitiram ter algum de problema de saúde; entre esses problemas, destacam-se: hipertensão (10,1%); problema psiquiátrico/mental (6,1%); diabetes (5,4%); HIV/AIDS (5,1%) e problemas de visão/cegueira (4,6%). Esses números são preocupantes, pois em muitos casos supera os números da população em geral. Como enfoque, destacamos os números de HIV/AIDS que pode ser considerada em um quantitativo maior que estimada pela Unaid (The Joint United Nations Programme on HIV/AIDS) para o Brasil, sendo de 0,6 entre jovens e adultos, com idade entre 15 e 49 anos (BRASIL, 2009b). Esses dados se destacam por causa das más de condições de saúde e higiene dessa população, sendo expostas a variadas formas de violações de direitos.

Ainda no quesito saúde, dentre os entrevistados apenas 18,7% fazem uso de algum medicamento, isso após se dirigir a um hospital ou posto de saúde. Assim, quando se

encontram doentes, essa população afirmou se dirigir ao hospital/emergência (43,8%) e em segundo lugar procura o posto de saúde (27,4%). Já se referindo à higiene, a população em situação de rua, toma banho na rua (32,6%), em albergues/abrigos (31,4%), banheiros públicos (14,2%) e a casa de parentes e amigos (5,2%). Para fazer suas necessidades fisiológicas se utilizam da rua (32,5%), de albergues/abrigos (25,2%), de banheiros públicos (21,3%), os estabelecimentos comerciais (9,4%) e a casa de parentes ou amigos (2,7%). Como se pode perceber os recursos disponíveis para que possam realizar a higiene são precários e impróprios, dessa forma, podendo ocasionar problemas de saúde, constrangimentos morais e entre vários outros danos.

No que tange a documentação, 24,8% são totalmente despossuídos de documentação de identificação pessoal; isso dificulta na obtenção de empregos formais e mesmo de ter acesso a programas governamentais e mesmo ao pleno exercício da cidadania, uma vez que 61,6% não possuem título de eleitor, não podendo, dessa forma, votar em processos eleitorais. Apenas 21,9% possuem todos os documentos de identificação.

Tabela 6. População em situação de rua segundo posse de documento de identificação.

Tipo de documento	%*
Carteira de identidade	58,9
Certidão de nascimento/casamento	49,5
CPF	42,2
Carteira de Trabalho	39,7
Título eleitoral	37,9
Sem documento algum	24,8
Todos os documentos	21,9

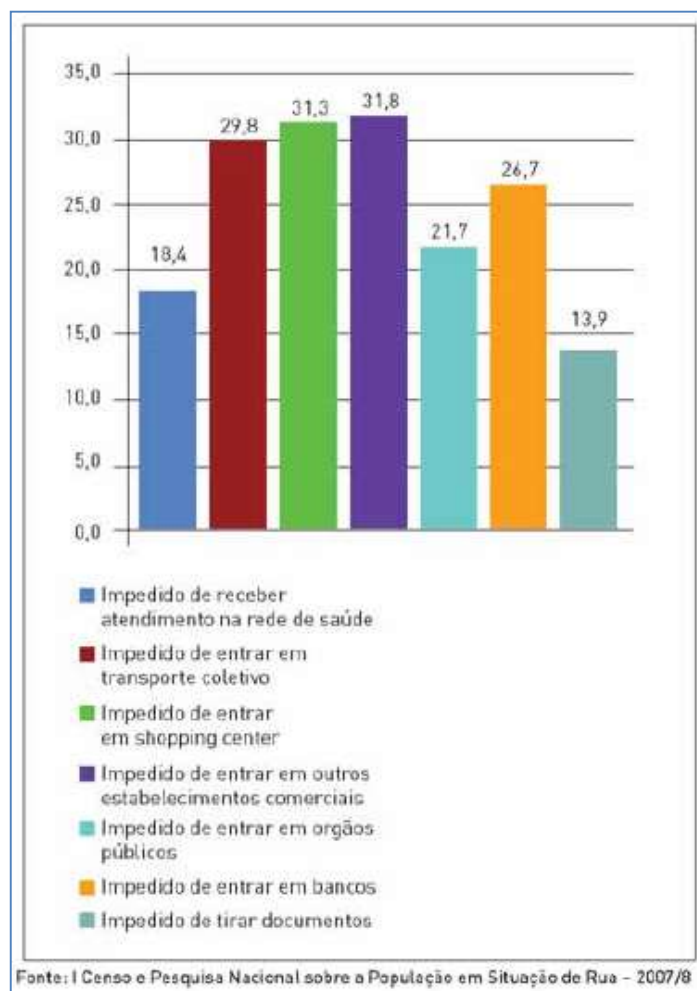
Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Meta/MDS, 2008.

Por consequência do fator de não possuir documentação de identificação, a população em situação de rua fica descoberta quanto ao acesso a programas governamentais, como o Bolsa Família, por exemplo. Somam 88,5% que não é contemplado por nenhum órgão governamental; entre aqueles que recebem algum tipo de benefício se destacam a aposentadoria (3,2%), o Programa Bolsa Família (2,3%) e o Benefício de Prestação Continuada (1,3%). Outro dado marcante é em relação à participação social, 95,5% afirmaram não participar de movimentos sociais ou atividades de associativismo. Somada essa falta de participação com o número daqueles e daquelas que não possuem título de eleitor (61,6%) observamos uma violação do direito à cidadania,

como a questão do voto, estes não podem escolher os parlamentares e executivos governamentais, sendo este um dos mais elementares direitos de cidadania, em um país democrático.

E, por fim, após identificar todas essas violações de direitos, às quais a população em situação de rua enfrenta todos os dias, ainda sofrem com várias formas de discriminação e preconceitos que os impede de entrar em determinados lugares, sendo que muitas nem tentam entrar em qualquer espaço público a fim de evitar qualquer forma de constrangimento que venha a decorrer de alguma provável expulsão, como vemos a seguir.

Gráfico 4. População em situação de rua segundo impedimento de entrar em locais e realizar atividades.



É importante ressaltar que para avaliar essas discriminações, os entrevistados foram perguntados a respeito dos impedimentos sofridos, sem considerar àquelas pessoas que nem tentaram entrar. Ao cruzar os dados foi observado que 54,5% das pessoas que foram

entrevistadas já foram impedidas de entrar em pelo menos um dos espaços que aparecem no gráfico acima.

Os dados levantados de uma pesquisa como essa possibilita um olhar atento sobre a realidade desse público e permite auferir que as pessoas que vivem em situação de rua sofrem todo tipo de discriminação e violação de direitos, e que é preciso muitas estratégias diferentes para poder sobreviver nas ruas. Contudo, muitos desses indicadores permitem, também, pensar que cada trajetória das pessoas que vivem em situação de rua pode ser uma soma de cruzamentos de fatores.

E esses dados podem apontar para a existência de um novo perfil de população em situação de rua que se difere daquele que se destaca do senso comum, pois se trata de um trabalhador pobre que, sem ter condições mínimas de se manter, acaba sem ter uma moradia convencional. Apesar de se identificar uma profunda cristalização da situação de rua, tendo em vista o tempo em que essas pessoas ficam em situação de rua, assim como daquelas pessoas que ficam em albergues, pode se constituir por um grau elevado de institucionalização destes. É preciso reverter essa situação e favorecer políticas públicas que viabilize a construção de projetos de vida fazendo com quem essas pessoas saiam dessa situação.

2.3 A Política Nacional para População em Situação de Rua e suas imbricações com a intersetorialidade

Neste tópico vamos apresentar algumas nuances da Política Nacional para a População em Situação de Rua como indicativo de ações voltadas a este seguimento da sociedade que historicamente foi excluída e rejeitada pelos poderes públicos. Como já mencionado, esta política é fruto de vários acontecimentos e mobilizações que culminaram na promulgação do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Além de várias representações institucionais dos variados ministérios e secretarias, a construção desta política contou com a participação de representantes da sociedade civil organizada e de movimentos como o MNPR, com destaque para o protagonismo do público alvo da política em questão. Desta maneira, esta política apresenta como principal finalidade:

Estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re) integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Para tanto,

vale-se do protagonismo de movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua, entre outras ações que contribuam para a efetivação deste processo (BRASIL, 2008, p.4).

Esta política se destaca por sua “verticalidade federativa”, ou seja, convoca as três esferas de poderes, a saber, os governos municipais, estaduais e o federal para trabalharem em conjunto a fim de atender as demandas e necessidades da população em situação de rua (BRASIL, 2008). Neste sentido, também convoca e desafia toda a sociedade para tomarem parte nas ações estratégicas que são executadas através dos planos, projetos e serviços voltadas a esta população. “Com a proposta de tirar das leis com seus artigos e portarias e ementas e outros do gênero teórico, para à práxis, que é tão necessária e urgente para atender as demandas da população em situação de rua” (KLAUMANN, 2016, p.10). Neste enfoque da complementaridade de atendimento nas demandas da população em situação de rua, a política ainda se assenta num importante eixo, trata-se da interdisciplinaridade e intersetorialidade da política, em que se ressalta, novamente, o trabalho em conjunto, só que dessa vez, ela perpassa as pastas governamentais e não governamentais.

A Política Nacional para População em Situação de Rua se propõe a realizar ações e estabelece responsabilidades para as mais variadas políticas públicas, e esta política tem um significado histórico, uma vez que reconhece os direitos das pessoas que vivem em situação de rua que se encontram pelas ruas de todo país. Cabe ressaltar que essa política, em seus direcionamentos indica ações estratégicas com mecanismos de operacionalização, com o propósito de “conferir concretude aos princípios e diretrizes estabelecidos nesta Política são apresentadas ações concretas balizadas por debates realizados no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial sobre População em Situação de Rua” (BRASIL, 2008b, p.16) que se apresentam como propostas para que os órgãos gestores, em conjunto e com a fiscalização e acompanhamento da sociedade civil, efetivem essas ações em planos projetos e programas voltados à população em situação de rua.

São princípios da política (BRASIL, 2008b, p.14):

- I - Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos;
- II - Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais;
- III - Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade;
- IV - Não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória;

V - Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua.

Esses princípios indicam uma definição de responsabilidades direcionadas aos poderes públicos que trabalhem na integralidade da política e favoreça as seguranças afiançadas, indicadas na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (ver capítulo 3), às pessoas que estão em situação de rua, garantindo a integralidade deste cidadão e da cidadã que enfrenta cotidianamente as várias formas de exclusão da vida em sociedade.

E em suas diretrizes a questão da intersetorialidade é um elemento bem destacado com a preocupação de que as pessoas em situação de rua atendidas pelos serviços recebam uma assistência integral e eficaz. E, sendo uma política que para sua implementação contou com uma série de reflexões e debates que se desenvolveram no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial é muito preocupante que este tema da intersetorialidade seja alheio a tantos governos municipais e estaduais, pois na ordem prática das realidades, a intersetorialidade tem pouca efetividade em responder as necessidades e demandas que surgem das pessoas em situação de rua nos serviços.

Em se tratando da intersetorialidade das políticas voltadas à população em situação de rua destacamos a criação dos Comitês Gestores Intersetoriais instituídos pelo mesmo decreto da Política Nacional para População em Situação de Rua. Estes comitês que tem a prerrogativa de avaliar e monitorar as políticas públicas que se voltam a esse público deve-se estabelecer também em âmbitos locais, tendo o papel de elaborar, acompanhar e monitorar os planos e projetos direcionados à população em situação de rua. Ainda tem a indicação de que os gestores da assistência social devem fazer parte desse comitê e na ausência deste órgão, deve fomentar sua criação. No âmbito do estado da Paraíba, temos o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua instituído pelo Decreto nº 33.164, de 26 de julho de 2012. Ainda não se foi percebida nenhuma ação mais efetiva por parte deste órgão no estado, a não ser uma convocação do Ministério Público, em agosto do corrente ano para que os gestores dos diversos órgãos que atendem a população em situação de rua espalhados pelo estado apresentassem suas ações e atividades nos diversos programas e serviços existentes.

As principais atribuições dos Comitês Gestores Intersetoriais são:

[...] elaborar planos de ação com objetivos, metas, prazos, responsáveis; desenvolver um conjunto de indicadores para monitoramento e avaliação das ações previstas no plano; prever

ações de comunicação acerca das conquistas, dos direitos e das ações realizadas para esse segmento da população; propor e acompanhar estudos e pesquisas acerca da população em situação de rua (BRASIL, 2001b, p.21).

Estes comitês também devem se comprometer com a articulação intersetorial entre os diversos setores, estabelecidas através de pactuações e protocolos, pois tem a responsabilidade de favorecer uma plena efetivação dos atendimentos à população em situação de rua, especialmente. Neste sentido, e ainda neste debate no que se refere à intersetorialidade da Política Nacional para População em Situação de Rua, é proposto uma integralidade nas ações direcionadas a este público. E sendo característica dos problemas sociais a sua complexidade faz-se necessário uma sinergia intersetorial para que se efetivem objetivos e ações complementares (MONNERAT, *et al.* 2011). E esta proposta requer pensar estratégias que favoreçam as ações transversais e articuladas com outras políticas públicas.

Como denominação, segundo Akerman *et al* (2014, p.4294) a intersetorialidade é “um modo de gestão (o que) desenvolvido por meio de processo sistemático de (como) articulação, planejamento e cooperação entre os distintos (com quem) setores da sociedade e entre as diversas políticas públicas para atuar sobre (para que) os determinantes sociais”. Ou seja, através da intersetorialidade é possível realizar ações com diferentes atores (estatais ou não) a fim de sanar os problemas sociais e garantir a todas as pessoas, em nosso caso específico às pessoas em situação de rua, os direitos de cidadania. Contudo, muitas são as realidades em que não há uma realização prática do que se preconiza em várias políticas, inclusive na Política Nacional para População em Situação de Rua.

Neste sentido, Bonalume (2011, p.02) afirma

[...] a intersetorialidade, embora seja tema e objeto de experiências e estudos significativos no país, que permite o reconhecimento de sua importância e viabilidade nas políticas sociais, enfrenta muitas limitações no tocante a sua implantação prática.

E nesta implantação prática destacamos uma falha no tocante ao planejamento de ações junto às diferentes políticas públicas, isso quando este planejamento acontece. De modo contrário, a intersetorialidade deve-se apreender as diversas realidades e procurar encontrar caminhos que resolvam os problemas sociais buscando uma intervenção nas principais necessidades individuais e coletivas. É nesta perspectiva que Serafino e Luz (2015, p.77) destacam que:

Para superar esta perspectiva, a intersetorialidade deve-se constituir em uma lógica de gestão de políticas públicas que vise à superação do desenvolvimento de ações trancafiadas em determinado serviço, sem qualquer conexão com outros serviços realizados no âmbito de uma mesma política ou sem articulação com as demais políticas desenvolvidas em um determinado território em que vivem os usuários da política.

Dessa forma, a intersetorialidade é elemento importante em todas as etapas de uma política pública, desde o seu planejamento, passando por sua implementação até a avaliação. E, inclusive, para que se efetivem determinados princípios e diretrizes, como é o caso na Política Nacional para População em Situação de Rua em sua diretriz que propõe o desenvolvimento de três eixos centrais, a saber, a garantia dos direitos; o resgate da auto-estima e a reorganização dos projetos de vida, através da intersetorialidade às pessoas em situação de rua podem ter a possibilidade de se desenvolverem e sair da situação de rua reorganizando suas vidas em uma outra perspectiva.

No âmbito do município de Santa Rita, a Política Nacional para População em Situação de Rua se tornou realidade no ano de 2013, após as resoluções do CNAS nº 09 e do CIT nº 06 instituídas no mesmo ano, que dispõe sobre a expansão qualificada dos serviços socioassistenciais com co-financiamento federal. Sendo aceita essa expansão em agosto de 2013, a ata nº 05 da reunião ordinária, de 07 de agosto de 2013 implanta no município a oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro Pop, o Serviço de Abordagem Social e o Serviço de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua. Todavia, só o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro Pop foi implantado em setembro de 2014, com um serviço de caráter formal, com poucos técnicos e que ofertava apenas o básico, alimentação e um local para ficar durante o dia. Não havia um planejamento das ações, nem tampouco uma articulação intersetorial.

Neste sentido, podemos observar que com relação ao Serviço Centro Pop não se efetivam formas de intersetorialidade entre os serviços socioassistenciais e mesmo com outras políticas públicas. Em muitos momentos o serviço contava com demandas de usuários que tinham experiências em importantes áreas, como auxiliar de cozinha e padaria e que ao ser solicitado um encaminhamento de emprego era-lhes negado, devido a sua situação de rua. Diante deste cenário, destacamos as formas de exclusão e discriminação por parte dos órgãos municipais que não possibilitam o acesso dessas pessoas em campos de emprego e renda. Entre os próprios serviços socioassistenciais havia um desconhecimento com relação ao Serviço Centro Pop, qual era a proposta do serviço e

quais as principais demandas elencadas; somente após uma massiva divulgação sobre o serviço foi que tomaram conhecimento sobre as demandas do Serviço no município.

No debate deste capítulo podemos perceber como se desenhou o cenário de surgimento da população em situação de rua, enfocando uma breve caracterização de amostra dessa população e quais os principais marcos teóricos que delinearam a necessidade de construção de uma política específica a este público, percebendo os entraves que pode surgir se não houver um constante acompanhamento e avaliação, sendo estes os principais objetivos dos Comitês Intergestores, que no estado da Paraíba ainda precisa se tornar mais incisivo e enfático na defesa dos direitos da População em Situação de Rua. No capítulo a seguir apresentaremos mais detalhadamente as atividades do Serviço Centro Pop, a partir de demandas específicas da equipe técnica e da sociologia, em particular.

3. AS ESPECIFICIDADES DO CENTRO POP

Até aqui demos conta de um debate sobre a profissionalização da sociologia, destacamos uma caracterização da população em situação de rua, necessária para entendimento e conhecimento sobre o público que estamos no referindo. E, neste último capítulo, vamos abordar a configuração do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – o Centro Pop, este é fruto da implementação da Política Nacional da População em Situação de Rua descrita pelo Decreto nº 7.053/2009, já detalhada no tópico anterior. Segundo a normativa da Política Nacional da Assistência Social é uma unidade pública regida por esta mesma política e coordenada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e se constitui a partir da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2013). Assim, o Centro Pop volta-se exclusivamente às pessoas em situação de rua, estas podem ser jovens, adultos, idosos e famílias. Ainda, deve oferecer o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e também poderá apresentar o Serviço Especializado em Abordagem Social, que será mais bem detalhado um pouco mais a frente.

Houve a promulgação do Decreto que instituiu a Política Nacional da População em Situação de Rua, em 2009, e a formulação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais nesse mesmo ano. Sendo, esta última, uma normativa que define tipologias dos serviços de proteção social básica e especial, no sentido de ressignificar às garantias do direito socioassistencial, ou seja, trata-se de definições significativas para cada serviço.

Esta normativa possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais (BRASIL, 2013, p.04).

Baseando-se em subsídios do Governo Federal (BRASIL, 2011a; 2011b; 2013) detalharemos a seguir algumas especificidades para se implantar uma Unidade do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua em determinado território. Para se implantar um Centro Pop é preciso realizar algumas etapas; primeiramente, fazem-se necessário um planejamento que deve considerar a localização do

serviço, o espaço físico e a infra-estrutura, os recursos humanos, identificar se o município necessita de mais de um serviço, dentre outros aspectos. Para que sejam percebidas todas essas minúcias da implantação do serviço, cabe ao órgão gestor considerar a realização de um reconhecimento do território, com as especificidades que lhe são importantes; para isto a implantação da unidade do serviço deve ser precedida de um diagnóstico socioterritorial, que terá como principal objetivo identificar as áreas de maior concentração e trânsito das pessoas em situação de rua, pois o ideal é que a Unidade do Centro Pop se localize na parte central da cidade, onde essa população possa ter fácil acesso.

Utilizando-se da rede socioassistencial de cada município (CRAS, CREAS, Vigilância Socioassistencial, além de outros órgãos de defesa de direitos e de políticas públicas, conselhos de defesa de direitos e de políticas públicas setoriais) é possível realizar o diagnóstico socioterritorial e identificar importantes dados a fim de elaborar um perfil dos modos de vida da população em situação de rua, suas dificuldades, necessidades e potencialidades, além de conhecer e mapear a rede de serviços disponíveis do município. Um segundo item importante é a elaboração de um Projeto Técnico-Político da Unidade, este deve abordar aspectos pertinentes do funcionamento interno do serviço, contendo metodologia de trabalho, relacionamento com os usuários, com a rede e com a comunidade em geral, além da participação destes atores na construção do projeto, este não deve ser algo fechado, deve sempre passar pelo crivo da avaliação e acompanhamento das ações.

O Centro Pop deve ter um espaço acolhedor e prezar por uma postura ética de seus profissionais, com respeito à dignidade e a diversidade, deve evitar a discriminação e o preconceito e conter espaços com acessibilidade a pessoas com deficiência, gestantes e idosos. Os atendimentos devem ser sigilosos, garantido a privacidade e segurança do público atendido, assim como, deve-se resguardar a segurança dos funcionários. Além disso, o espaço físico do Centro Pop deve ser exclusivo, ou seja, deve estar alocado apenas o Serviço Especializado para População em Situação de Rua, com condições de atendimento e com equipe preparada para recebê-los.

O espaço do Centro Pop é mais do que apenas um espaço físico, este espaço deve ser “para os usuários um espaço público de bem-estar, cooperação, construção de vínculos e concretização de direitos, ou seja, um lugar de referência para o exercício da cidadania e o fortalecimento do protagonismo por parte da população em situação de rua” (BRASIL, 2011b, p.49). Devem-se ter, ainda, recursos materiais apropriados, uma identificação da Unidade, com período de atendimento nos cinco dias úteis e com 8h diárias, uma vez definido deverá ser logo divulgado. Durante o período de funcionamento do Centro Pop

não significa dizer que todos e cada usuário irão estar necessariamente nesse atendimento diário, além de suas demandas próprias, o usuário participará das atividades do serviço, conforme planejamento do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar, este sendo realizado em conjunto com toda a equipe e o próprio usuário; considerando, sobretudo, as ações destes mesmos usuários em outros serviços da rede socioassistencial.

Uma indicação importante é de que no espaço do Centro Pop seja ofertado, exclusivamente, o Serviço Especializado para População em Situação de Rua, como já mencionado anteriormente, um serviço que se destina às pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência e tem por finalidade:

[...] assegurar acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, tendo em vista a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída da situação de rua (BRASIL, 2013, p.36).

No serviço do Centro Pop devem ser proporcionadas as vivências em grupo e individual que favoreça a construção de relações de afetividades, respeito, tolerância e solidariedade. Além disso, as propostas devem ser direcionadas para ações que oportunizem o desenvolvimento de habilidades, da autonomia, estimulando a mobilização e participação social dos usuários. A seguir temos os eixos norteadores do Serviço, os principais objetivos e as seguranças afiançadas.

Eixos Norteadores da atenção ofertada no Serviço (FERNANDES, 200?, p.24, 25):

- * Ética e respeito à dignidade, diversidade e não discriminação
- * Especialização e qualificação no atendimento
- * Acesso a direitos socioassistenciais
- * Mobilização e participação social
- * Trabalho em rede
- * Relação com a cidade e a realidade do território

Objetivos

- * Possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial;
- * Contribuir para a construção ou reconstrução de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento;

- * Contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua;
- * Promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária.

Seguranças afiançadas

- * Acolhida;
- * Convívio ou Vivência Familiar, Comunitária e Social;
- * Desenvolvimento de Autonomia Individual, Familiar e Social.

As principais formas de acesso ao Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua poderão acontecer por demanda espontânea, quando os usuários se dirigem ao serviço por vontade própria e/ou por encaminhamentos, estes podem advir do Serviço Especializado em Abordagem social, ou por qualquer programa, projeto e serviço da rede socioassistencial local e de outros municípios e estados, também de outras políticas públicas setoriais ou órgãos de defesa de direitos. Através do Serviço Centro Pop, os usuários podem ser inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, sendo encaminhada pela equipe técnica do serviço, com o intuito de que estas pessoas possam ter acessos complementares, que são vinculados às pessoas cadastradas no sistema do Cadastro Único, além de produzir informações que viabilize a identificação de familiares e/ou parentes das pessoas que estão em situação de rua. Além disso, quando possível e necessário, o Serviço deverá promover o acesso à retirada de documentação pessoal.

Como dito no início, além do Serviço Especializado para População em Situação de Rua, temos o Serviço Especializado em Abordagem Social, este poderá ser ofertado juntamente com o primeiro, desde que não comprometa as ações, atividades e desenvolvimento do Centro Pop, sendo realizado na ausência de equipe específica para realizar a abordagem social no município. Este serviço de abordagem é ofertado para os diversos segmentos que se utilizam da rua – praças, marquises, terminais de ônibus, dentre outros lugares – como um espaço de moradia e/ou sobrevivência. Sendo realizado juntamente com o Centro Pop, os dois serviços precisam passar por um planejamento minucioso, de forma a complementar as duas atividades, com capacitação necessária para que os dois serviços sejam ofertados com qualidade e seriedade. As principais ações do Serviço Especializado em Abordagem Social estão descritas a seguir.

Abordagem social nos espaços públicos (Crianças/adolescentes, jovens, adultos, idosos) (FERNANDES, 200?, p.33):

- identificação de pessoas em situação de rua;
- encaminhamentos para inclusão no Cadastro Único (trabalho infantil e pessoas em situação de rua);
- trabalho gradativo para construção de vínculo e processo de saída da rua (inclusão em serviços, resgate de convívio familiar/comunitário e reinserção social, acesso a benefícios socioassistenciais e transferência de renda);
- ações preventivas nos espaços públicos;
- trabalhos em parceria com consultórios de rua nos territórios com uso/abuso de crack e outras drogas;
- planejamentos das ações de saúde e assistência social, articulada com estratégias qualificadas de intervenção da Segurança Pública.

Enfim, destacamos que o Centro Pop é um serviço muito importante e de extrema relevância no contexto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e no âmbito da Política Nacional para População em Situação de Rua, tendo em vista que proporciona possibilidades dessa população ter uma alternativa de construção de novos projetos de vida favorecendo sua possível saída das ruas. Dito isto, vamos conhecer um pouco do funcionamento do Centro Pop da cidade de Santa Rita/PB e suas peculiaridades de surgimento e de continuidade de suas atividades.

3.1 Conhecendo o Centro Pop – Santa Rita/PB

O Centro Pop de Santa Rita foi fundado em 01 de setembro de 2014, na gestão do Prefeito Severino Alves Barbosa Filho e do secretário de Ação e Bem Estar Social Sebastião Bastos Freire Filho.

Na instância municipal, cabe à Prefeitura Municipal de Santa Rita a responsabilidade por sua execução, sobre a coordenação do Departamento de Proteção Social Especial (DPSE), da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). Os serviços de Proteção Social Básica ofertada pela SMAS e desenvolvidos no município são:

- ✓ Programa de Atenção Integral à Família – PAIF;
- ✓ Cadastro Único/ Bolsa Família;
- ✓ Centro de Convivência do Idoso – CCI;

- ✓ Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV;
- ✓ Criança Feliz;
- ✓ Banco de Alimentos.

Ainda sobre os serviços socioassistenciais, no âmbito da Proteção Social Especial no município, temos:

- ✓ Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS;
- ✓ Centro Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop;
- ✓ Residência Inclusiva;
- ✓ Casa de Passagem;
- ✓ Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI;
- ✓ Programa de Execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – PEMSMA;
- ✓ Proteção Social Especial a Pessoa com Deficiência.

Como já indicado no segundo capítulo, houve uma deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social para criação e implementação do Serviço Especializado para População em Situação de Rua, na reunião ordinária de 08 de agosto de 2013 (conforme ata da reunião). A partir de então, foi viabilizada a implementação do Centro Pop no município de Santa Rita, fato que ocorreu no ano seguinte. O seu funcionamento se restringia a atendimentos pontuais e emergenciais de oferta de alimentação e local para ficar durante o dia, se apresentou dessa forma até meados de 2016, quando encerraram as atividades por falta de pagamento dos funcionários.

O Serviço Centro Pop se propõe a atuar como prevê a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009). Além disto, há outros objetivos do Serviço, que consta do Plano de Ação do início da gestão municipal (2017-2020), tais como, contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento; compreender os processos particulares e subjetivos que geram risco social e psicológico aos usuários; promover a prevenção de situações de conflitos familiares e comunitários e, principalmente, reconhecer as vulnerabilidades e potencialidades locais a fim de construir um mapeamento que possibilite a elaboração do diagnóstico socioterritorial da população em situação de rua do município.

Os objetivos presentes neste Plano de Ação foram construídos no início da gestão municipal (2017-2020) depois da Secretaria de Assistência Social ser notificada pelo Ministério Público de que o Serviço Centro Pop se encontrava fechado, porém ainda recebia o subsídio do Governo Federal. Após estipularem um prazo para que restabelecessem o seu funcionamento, a equipe foi formada e o Plano de Ação construído. Durante a gestão do então Prefeito Severino Alves Barbosa Filho, o Centro Pop realizou apenas demandas pontuais: de oferta de refeições e retirada de Cartão do SUS. No início da gestão seguinte (2017-2020) foi que as ações e atividades se apresentaram mais efetivas, em alguns aspectos.

Ainda sobre os objetivos presentes no Plano de Ação do Centro Pop/Santa Rita se destaca a possibilidade de favorecer o conhecimento, a criatividade e o protagonismo através de ações como oficinas, palestras e debates que promovam reflexões sobre temas pertinentes e também àquelas temáticas específicas conforme campanhas nacionais. Numa constante busca por parcerias com entidades públicas e sociais, para que os usuários tenham novas atividades e ações na promoção do trabalho, emprego e cidadania, visando conscientizá-los a respeito de seus direitos. Tudo isso com a proposta de apoio da rede de atendimento do município, como Secretaria de Saúde/CAPS, os serviços socioassistenciais do CRAS, CREAS, dentre outros; uma intersetorialidade parcial, uma vez que as demandas encaminhadas a estes espaços nem sempre são atendidas.

Como dito anteriormente, o Centro Pop se insere na Proteção Social Especial de Média Complexidade e tem como principal objetivo fornecer serviços de atenção especializada a famílias e indivíduos que estejam em situação de risco pessoal e social, destaque para a situação de rua como enfoque à política a qual nos referimos.

Diferentemente do que rege a legislação nacional e suas orientações, o Serviço do Centro Pop/Santa Rita não contou com um diagnóstico socioterritorial no momento de sua fundação. Este é um importante instrumento para subsidiar e fundamentar as ações e estratégias na política da assistência social, pois permite o conhecimento da realidade local e as necessidades do território e de diferentes públicos; sua contribuição é fundamental, para “descortinar as particularidades de populações e territórios, sem perder de vista a direção política da política de assistência social” (KOGA, 2016, p. 07). Neste princípio, o diagnóstico supera o cumprimento administrativo da gestão, pois contribui para o conhecimento das particularidades de cada território. No caso do Centro Pop/Santa Rita não há esse reconhecimento sobre as particularidades do território, nem tampouco sobre a população em situação de rua que se encontra pelas ruas da cidade.

A produção do diagnóstico ainda favorece que a rede socioassistencial tenha conhecimento sobre o serviço, assim como, as outras políticas públicas intersetoriais e mesmo os órgãos de direitos e as organizações e movimentos sociais existentes no município. Essa não é a realidade do município de Santa Rita que, mesmo após quase três anos de existência, no início do ano de 2017, até mesmo parte da rede socioassistencial não tinha conhecimento do Serviço Centro Pop na cidade.

Para formulação do diagnóstico é preciso que haja um envolvimento das equipes da gestão na produção e elaboração do diagnóstico para que os profissionais técnicos do serviço se sintam como co-autores nesse processo e se apresentem como protagonistas na produção do conhecimento do território em que atua. Assim, o diagnóstico socioterritorial se destaca “como um produto da gestão e também como processo, à medida que agrega conhecimentos produzidos por diferentes atores da gestão, incluindo os próprios usuários da política pública e mesmo trabalhadores de outras políticas” (KOGA, 2016, p. 07). A produção do diagnóstico, ainda possibilita que os técnicos envolvidos ultrapassem o caráter técnico de sua atuação e favorece novos saberes sobre o território em que atua.

A proposta de construção e elaboração do diagnóstico veio a partir das atividades que exerci como socióloga no serviço, contudo, não obteve uma boa receptividade de alguns integrantes da equipe técnica e ficou estagnada até o segundo semestre de 2017, quando surgiu uma exigência da Secretaria do Estado de que fosse apresentado um perfil da população em situação de rua no município; nesse momento, houve apenas um levantamento mínimo dos cadastros realizados até então no serviço. A partir dessa exigência resolvi dar continuidade ao levantamento das informações no serviço e no território, porém, até o presente momento, não foi possível apresentar a elaboração e finalização do documento em questão.

Confrontando da mesma forma as orientações nacionais, o Serviço do Centro Pop não disponibiliza de Projeto Técnico que contenha o direcionamento metodológico e de relacionamento com os indivíduos envolvidos no serviço. Como documento oficial do Serviço, foi construído o Regimento Interno que delibera sobre as peculiaridades do Centro Pop, tais como, das disposições gerais de público, do horário de atendimento e critérios de acesso ao serviço; sobre os usuários, seus direitos e deveres, normas, advertências e desligamentos; sobre os funcionários, seus direitos e deveres, normas e atribuições. Ademais, os documentos estão sendo construídos e elaborados pela equipe técnica em atuação.

3.1.1 Espaço e rotina do Centro Pop Santa Rita

O atendimento do Centro Especializado para População em Situação de Rua do município de Santa Rita conta com uma infraestrutura composta por uma recepção, salas de atendimento individual de escuta social e psicológica, cozinha, banheiros com chuveiros individuais (masculino e feminino), área de lavar roupas, espaço de socialização e de realização de atividades socioeducativas; o espaço não se apresenta nos padrões de acessibilidade exigidos e já recebeu notificação do Ministério Público neste sentido. O período de atendimento é de segunda à sexta, das 8h às 17h. A equipe é composta por 12 funcionários, divididos em equipe técnica: 01 coordenadora (assistente social), 01 assistente social, 01 psicólogo, 01 orientadora social, 01 auxiliar administrativo; e equipe de apoio: 02 cozinheiras, 01 auxiliar de serviços gerais, 02 vigilantes diurnos e 02 vigilantes noturnos que se revezam. Recentemente houve um acréscimo de profissionais no Serviço, a saber, iniciou as atividades um oficineiro e um vigia de apoio. As especificidades da atuação e as atribuições de cada profissional técnico ainda serão apresentadas mais adiante.

Contudo, é importante ressaltar que praticamente toda a equipe que trabalha no Serviço do Centro Pop é contratada temporariamente. Então, do primeiro ano de criação até os dias atuais, houve uma rotatividade considerável de profissionais, e isso prejudica uma continuidade das ações e também limita a atuação dos profissionais. Ao se encontrar numa situação de emprego temporário, muitas vezes, os profissionais não têm como reivindicar melhores condições de trabalho para realização de ações ligadas ao Serviço, inclusive por receio de demissão. E, tendo em vista a condição imediata de sobrevivência, o profissional só realiza as demandas imediatas e as necessidades mais complexas ficam estagnadas, este é um dos motivos que indicam uma certa fragilidade presente na política de assistência.

Dando continuidade, na rotina do serviço, temos a seguinte situação: assim que o usuário chega ao serviço é recebido pelo vigilante, que logo realiza a revista do usuário e de seus pertences. Esta ação é muito problemática, uma vez que o primeiro contato que as pessoas que estão em situação de rua têm com o Estado, é através de um vigilante que atua como um agente de segurança. Segundo o Guia de Atuação Ministerial em defesa dos direitos das pessoas em situação de rua (2016), documento elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em relação à atuação dos agentes estatais junto às pessoas em situação de rua deve primar “pelo absoluto respeito à dignidade da pessoa

humana, sendo obrigatório que estejam identificados com o uso do crachá ou de outra forma de identificação funcional” (CNMP, 2016, p. 29). Fato que não acontece no Serviço Centro Pop/Santa Rita. Durante o tempo de acompanhamento no serviço, foi observado que a rotatividade dos vigilantes diurnos, que têm a atribuição de receber essas pessoas, é bem mais elevada que a equipe técnica e de apoio contratadas no serviço; durante o ano de 2017 houve uma rotatividade de 11 vigilantes que passaram pelo serviço e não apresentava perfil profissional preparado para atuar no referido serviço.

Este mesmo guia ainda sinaliza que a equipe responsável pela segurança de um serviço, como um Centro Pop, deve receber, por parte dos poderes públicos, nesse caso do gestor da assistência, “processos de formação e capacitação continuados, a fim de definir diretrizes e delimitar o campo legal de atuação dos agentes e, particularmente, com os de segurança pública em sua relação com as pessoas em situação de rua” (CNMP, 2016, p. 30). Assim como os vigilantes, nenhum funcionário do Centro Pop/Santa Rita recebeu alguma formação e/ou capacitação sobre as suas atribuições e/ou atividades e ações que se realizariam no serviço, bem como, nenhuma orientação de sensibilização com relação ao público que iria atender no serviço.

Em seguida é feita a acolhida pela assistente social, que é referência do serviço, é preenchido um cadastro junto com o usuário, uma triagem social; ao final da entrevista lhe são apresentadas as regras e normas do serviço, quais os direitos e deveres dos usuários, bem como as punições em caso de descumprimento das regras. Logo depois o usuário é encaminhado ao espaço de socialização, onde o mesmo pode realizar sua higiene pessoal, descansar e onde realiza suas refeições.

Também se realiza o Cadastro Único do Governo Federal junto à Coordenação do Programa Bolsa Família. São feitas ações para retirada do mínimo de documentação: o Cartão do SUS, junto à Secretaria de Saúde. Há as demandas apresentadas pela orientadora social, que estabelece contato e vínculo direto com os usuários com atendimentos gerais e encaminhamentos à assistência social para as devidas necessidades à rede socioassistencial e demais políticas públicas. Além disto, a área de orientação social realiza uma atividade de alfabetização com os usuários analfabetos e/ou semi-analfabetos. No que tange às atividades por parte da orientação social, ainda, ressaltamos o fato de não haver uma prévia formação ou capacitação com estes profissionais, uma vez que suas ações não contemplam o que se preconiza na Resolução do CNAS nº 09, de 15 de abril de 2014, que apresenta os papéis dos profissionais de ensino fundamental e médio do Sistema Único da Assistência Social.

Segundo esta resolução, uma de suas atribuições é recepcionar os usuários do serviço possibilitando uma ambiência acolhedora (Art. 4º, inciso I, alínea e), além disto, cabe a este profissional a realização de atividades socioeducativas, instrumentais, facilitar oficinas no intuito de possibilitar a construção da autonomia, trabalhar a questão da auto-estima e estimular a participação social destes usuários; verificando os dados de relatórios da unidade, durante o ano de 2017 se realizaram apenas 05 palestras expositivas, sem a participação e interação dos usuários.

Seguindo nas ações técnicas, ainda têm as ações psicossociais demandadas pelos estudos de casos e escutas (social e psicológica) realizadas por mim² e pelo psicólogo, respectivamente. Também durante o ano de 2017 se identificou um número bastante reduzido de atuações e realizações de atividades. Assim como para Sociologia trabalhar no espaço fora da academia é cada vez mais desafiador, da mesma forma para a Psicologia, o trabalho fora da perspectiva da clínica tradicional também se apresenta por uma importante transformação. Uma vez que o modelo clínico tradicional tinha a preocupação de “olhar para o sujeito a partir de suas questões privadas, intra-psíquicas, individuais na sua busca pelo crescimento e conhecimento” (CFP, 2012, p. 49), neste sentido, pode haver uma prática que se preocupa com uma regulação nos comportamentos sociais, e esta não é a proposta do PNAS no atendimento à população em situação de rua, em suas normativas. Para o trabalho no ambiente do Serviço Centro Pop, a psicologia deve primar pela visão interdisciplinar, tendo em vista que uma profissão pode complementar a outra numa construção de novos saberes direcionando a novas práticas de atuação.

[Assim,] Também é tarefa da(o) psicóloga(o) aprender a reconhecer o sofrimento psíquico não somente como demanda de psicoterapia, mas o exercício e o desafio que se coloca para a psicologia na Assistência Social é justamente o de construir outras respostas que considerem as características do território de origem do usuário e que possam incidir na melhoria das condições de vida desse sujeito (CFP, 2012, p. 50).

Diante disto, verificamos que a prática do psicólogo no Serviço Centro Pop/Santa Rita apresentou poucos direcionamentos efetivos no intuito de favorecer um caminho que considerasse outras alternativas às pessoas em situação de rua. Tendo em vista que este profissional deve realizar acompanhamentos psicossociais junto aos usuários, estabelecendo vínculos que favoreçam ao diálogo e reflexões

² As atividades realizadas pela Socióloga são os estudos de casos e a elaboração e construção do Diagnóstico socioterritorial que será abordado no tópico 3.2.

[...] onde será possível estabelecer vínculo favorecendo uma relação de discussão e reflexão sobre as dificuldades encontradas no cotidiano, promovendo o fortalecimento de potenciais e autonomia, mantendo um olhar para os aspectos que constituem fenômenos sociais e interferem na vida de indivíduos, famílias e grupos (CFP, 2012, p. 68).

Enfim, a atuação do psicólogo com a população em situação de rua deve pautar-se numa relação dialógica de cuidado e confiança nas potencialidades das pessoas em situação de rua, por este motivo, sua atuação deve se direcionar para o auxílio de acesso aos meios necessários para que estas pessoas construam e concretizem um projeto de vida fora das ruas. E no processo deste acompanhamento, faz-se necessário a construção e elaboração do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar³, sendo esta uma ferramenta importante na atuação dos profissionais junto à população em situação de rua, documento este que não foi elaborado pela equipe técnica do serviço.

Dando continuidade à rotina do Centro Pop/Santa Rita, os usuários que se utilizam do Serviço do Centro Pop são pessoas a partir dos 18 anos de idade, de ambos os sexos. Geralmente, a chegada desses usuários no Serviço é por demanda espontânea; os encaminhamentos são esporádicos e quando estes ocorrem advêm do CREAS, ou mesmo da Polícia Militar, que vez ou outra encontra uma pessoa (possivelmente) em situação de rua, desorientado ou requerendo cuidados médicos. Nestes casos, o indivíduo é levado ao hospital do município e, em seguida, o Centro Pop é acionado. É nestes casos, também, que se realiza a atividade de abordagem social, quando recebem notícias/denúncias de pessoas em situação semelhantes. A busca ativa é feita de forma esporádica, geralmente, pela coordenadora, acompanhada da socióloga ou da assistente social.

Exposto no capítulo 2 como o Serviço Centro Pop/Santa Rita foi efetivado através da Carta de Aceite assinado pelo Conselho Municipal de Assistência Social e no mesmo documento também foi aceito o Serviço de Abordagem Social, tendo por finalidade:

[...] assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios, a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, como: trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de crack e outras drogas, dentre outras (BRASIL, 2013, p.06).

Este serviço busca levar informações e orientações a indivíduos ou famílias que estejam em situação de rua, sua atuação é onde houver ocorrência de risco pessoal e social, por violação de direitos de crianças e adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias. E,

³ Este documento já foi exposto no início deste capítulo e também será abordado no próximo tópico.

segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) e a Resolução do CNAS nº 09, de 18 de abril de 2013, o serviço pode ser ofertado:

- pelo Centro de Referência especializado de Assistência Social (CREAS)
- por Unidade específica referenciada ao CREAS;
- pelo Centro de Referência especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop).

Nos casos em que o Serviço de Abordagem Social não apresentar um local específico para suas atividades, poderá atuar em algumas das unidades acima com equipe específica para atuar no serviço. No caso do Serviço de Abordagem do município de Santa Rita quem realiza as abordagens sociais e a busca ativa é a mesma equipe que compõe o Serviço Centro Pop. E isto é bastante problemático, tendo em vista que os profissionais ficam sobrecarregados com o planejamento e execução das ações do Serviço Centro Pop e do Serviço de Abordagem, ao mesmo tempo, com destaque para o fato de que o primeiro serviço funciona de segunda à sexta, no turno diurno; já o segundo, não tem horário específico definido e, conforme o documento do Governo Federal com as indicações de atuações, o profissional que atua neste serviço trabalha em sistema de plantão, dia e noite, inclusive finais de semana e feriados. No entanto, o órgão gestor local poderá planejar a sua oferta de acordo com as especificidades de cada território; como não houve esse planejamento no município de Santa Rita, a qualquer hora os profissionais técnicos do Serviço Centro Pop, especialmente quem ocupa a função de coordenação, poderá ser chamado para alguma ocorrência. Tudo isso gera uma tensão entre o fazer profissional, as necessidades do(s) serviço(s) e as condições individuais de atuação dos técnicos.

Os encaminhamentos que se realizam no Serviço do Centro Pop são os mais diversos, de acordo com a demanda e necessidade de cada usuário. Há os encaminhamentos de saúde para consultas ao Clínico Geral e/ou dentista no Posto de Saúde de Referência do Serviço, para realização de testes rápidos de IST's e acompanhamentos de médico Infectologista no Serviço de Atendimento Especializado (SAE); de recuperação para tratamento de dependentes químicos na ONG Missão Braços Abertos que acolhe pessoas que desejam realizar tratamento de recuperação da drogadição; dentre outros. Importante chamar a atenção para essas parcerias, pois elas possibilitam um planejamento estratégico das diversas ações e demandas do Serviço, por isto a importância de se ter um conhecimento a respeito dos serviços que são ofertados no município a fim de favorecer a articulação e integração no compartilhamento das resoluções das demandas. Como o público do Serviço é muito diversificado e heterogêneo, cabe ressaltar algumas

das características da equipe de referência que atende essa população em situação de rua diariamente no serviço, assim como as principais técnicas utilizadas.

3.2 A funcionalidade técnica do Centro Pop/Santa Rita

A equipe que compõe ou deve compor o Centro Pop é um elemento importante para que o trabalho do Centro Pop seja de qualidade. Por isto, é importante observar o que está previsto, segundo a NOB/RH/2006, e, mais precisamente, na Resolução do CNAS nº 17/2011, pois designa como recomendação a seguinte equipe de referência:

Tabela 7. Equipe de Referência do Centro Pop.

Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Capacidade de Atendimento 80 casos (famílias ou indivíduos/mês)
01 Coordenador (a)	
02 Assistentes Sociais	
02 Psicólogos (as)	
01 Técnico de nível superior, preferencialmente com formação em Direito, Pedagogia, Antropologia, Sociologia ou Terapia Ocupacional ¹³	
04 Profissionais de nível superior ou médio para a realização do Serviço Especializado em Abordagem Social (quando ofertada pelo Centro POP), e/ou para o desenvolvimento de oficinas socioeducativas, dentre outras atividades.	
02 Auxiliares Administrativos	

Fonte: BRASIL, 2011b.

A partir desta indicação de organizar a equipe de referência do Centro Pop, a necessidade de incluir outros profissionais é de responsabilidade do órgão gestor local, incluindo estagiários e/ou facilitadores de oficina. Estes últimos podem ser até mesmo pessoas em processo de saída das ruas, pois poderão contribuir com suas experiências e vivências no processo de construção da autonomia de outros usuários. A ampliação da equipe de referência do Centro Pop deverá considerar: “demanda por atendimento; serviços ofertados e capacidade de atendimento da Unidade” (BRASIL, 2011b, p.54). Para composição da equipe de referência, deverá priorizar a demanda de profissionais com perfil e habilidades para o bom desenvolvimento dos trabalhos direcionados a pessoas em situação de rua.

Além destas recomendações, ainda tem o fato do exercício exclusivo do Coordenador, pois a responsabilidade de suas demandas é imprescindível para o bom andamento das atividades do Centro Pop. Ainda, no que se refere à equipe de referência “é

imprescindível que todos os profissionais envolvidos no cotidiano do (s) Serviço (s) ofertado (s) pelo Centro POP tenham postura ética e atitude acolhedora, proporcionando aos usuários um ambiente de acolhida e respeito” (BRASIL, 2011b, p.54). Ainda cabe destacar, a importância do fazer profissional do trabalho no Centro Pop estar fundamentado nas normas e regulamentos previstos na organização do SUAS e no que se refere à população em situação de rua, sem esquecer dos preceitos advindos dos respectivos Conselhos de Categoria Profissional e de Classe.

No âmbito do Centro Pop/Santa Rita, como já mencionado, tem um conjunto de equipe formado por profissionais técnicos e de apoio; da equipe técnica temos 01 coordenadora, 01 assistente social, 01 psicólogo, 01 socióloga, 01 orientadora social e 01 auxiliar administrativo; com a coordenadora assumindo a responsabilidade exclusiva nesta função, pois a mesma tem como formação a área de Serviço Social.

Segundo a NOB/RH/2006, além da recomendação da formação da equipe de referência e de suas atribuições, conforme a qualificação e função (coordenador, profissional de nível técnico e orientador social), o órgão gestor da assistência social, em consonância com a coordenação da Unidade Centro Pop deve promover um constante processo de capacitação e educação permanente, também previsto na Lei nº 12.435/2011. “A capacitação dos trabalhadores do Centro Pop deve ser promovida com o objetivo de ampliar conhecimentos, habilidades, potencialidades e capacidades técnicas e gerenciais dos Recursos Humanos da Unidade” (BRASIL, 2011b, p.58), essa capacitação deve acontecer com toda a equipe que faz o serviço – coordenação, técnicos, profissionais de nível médio e auxiliares, com a capacitação da equipe de referência a Unidade Centro Pop, o serviço pode garantir maior qualidade nas ações e demandas ofertadas na Unidade.

Além da capacitação e educação permanente promovida pelo órgão gestor, os profissionais do serviço devem buscar participar de cursos, palestras, oficinas, encontros e eventos que favoreçam novos aprendizados e trocas de experiências a fim de favorecer um acúmulo de conhecimentos e partilha de saberes entre os profissionais do serviço (BRASIL, 2011b). É preciso estabelecer um planejamento dessas ações de capacitação e educação permanente, bem como, dessas outras estratégias de formação citadas acima, além da realização, por parte da equipe, de grupos de estudos e discussões, encontros e reuniões sistemáticas, buscar apoio de assessorias com profissionais externos experientes e com conhecimento na área, análise e debate de estudos de casos, dentre outras ações.

No que tange à questão da capacitação e educação permanente da equipe técnica do Centro Pop/Santa Rita, o órgão gestor da assistência social do município, não realiza

qualquer formação ou capacitação com a equipe do serviço. Inclusive quando a equipe foi formada para atuar na nova gestão municipal não houve qualquer formação ou reunião que se tratasse do Serviço Centro Pop, cabe ressaltar que outros profissionais já haviam passado pelo serviço, sem qualquer capacitação para atuar no serviço. Ou seja, as equipes não são preparadas para atuar nos serviços, isso ocasiona uma ação truncada com muitos limites de possibilidades de atuação. Os profissionais, por sua vez, que procuram se reunir em grupos de estudo para aprofundar os conhecimentos e reflexões; como também, cada qual em sua área de atuação procura participar de cursos, eventos, congressos, palestras e encontros que englobem o trabalho técnico de atuação na área da assistência social.

A coordenação do Serviço Centro Pop/Santa Rita sugeriu que as capacitações e grupos de estudos fossem direcionadas por mim, uma vez que a área da sociologia possibilita uma ampliação de conhecimentos dos modos de vida e comportamentos dos diversos grupos da sociedade, em especial da população em situação de rua até mesmo uma das prerrogativas do Centro Pop é de favorecer um acompanhamento especializado que se baseie em conhecimentos técnicos e metodológicos que direcionam a uma compreensão dos modos de vida de cada indivíduo atendido pelo serviço. Por isso, no Serviço “deve-se considerar a singularidade de cada indivíduo, sua trajetória e contexto de vida” (BRASIL, 2011b, p.83), ou seja, a realidade em que se encontram cada indivíduo em particular, pois “a situação de rua é ocasionada por situações diversas e complexas que podem abranger vivências de violação de direitos, que demandam intervenções qualificadas, concretas e eficazes de toda a rede de atendimento” (BRASIL, 2011b, p.83). É por este motivo que há a indicação das capacitações e formações continuadas para que os profissionais possam realizar um trabalho de qualidade com atendimentos solicitados e com resoluções atingíveis.

Dessa forma, assim o fiz, organizei uma das primeiras formações para equipe técnica e de apoio sobre as principais demandas do serviço, qual o público que iríamos atender e de forma realizar os atendimentos, ainda elaborei uma Cartilha sobre o Centro Pop com propostas de atuação nas áreas da equipe de referência que estava no serviço. Porém, esta iniciativa se deparou com a resistência de alguns profissionais do serviço e essa proposta das formações não levada à frente.

No Serviço Centro Pop ainda se destaca a importância de construção do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar neste processo, como já mencionado antes, pois este documento é um plano que direciona as estratégias metodológicas que serão utilizadas pela equipe nas ações realizadas sobre e com os usuários, já que os mesmos

devem participar da construção do Plano de Acompanhamento, pois assim, fortalecerá a ação protagonista de cada indivíduo que poderá delinear novos projetos de vida e reconstruir sua própria trajetória de vida.

Este instrumento precisa refletir as necessidades e demandas dos usuários, bem como os objetivos e metas que se pretendam alcançar a partir dos atendimentos e das demais ações a serem realizadas em rede. Assim, poderá apontar atividades, estratégias e recursos que possam contribuir para o trabalho social (BRASIL, 2011b, p.84).

A construção do Plano de Acompanhamento pode favorecer ainda mais o trabalho em rede, uma vez que para sua construção faz-se necessário que a equipe convide outros profissionais que estejam acompanhando a pessoa ou família em situação de rua em outras demandas, seja da rede socioassistencial ou da área de outras políticas públicas, dos demais serviços, órgãos e instituições a fim de que o trabalho produza respostas mais efetivas e rápidas. Este documento é item importante a compor no Serviço Centro Pop/ Santa Rita, no entanto, não há um esboço de construção deste documento entre os técnicos do serviço, isso prejudica o acompanhamento sistemático das ações, atividades e encaminhamentos dos usuários à rede socioassistencial do município e a outras políticas públicas. Como uma de minhas atribuições no Serviço se destaca por subsidiar, elaborar, planejar coordenar e executar programas e projetos atinentes à realidade local, de acordo com as atribuições legais, coube a mim a orientação e supervisão da elaboração dos principais documentos do Serviço, a saber, o Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar, o Projeto Técnico, o Regimento Interno e o Diagnóstico Socioterritorial. Todavia, a relação entre os saberes diferentes num mesmo espaço profissional nem sempre se apresenta de uma forma positiva e, mediante resistências por parte do psicólogo, não foi possível colocar em prática as propostas apresentadas.

Tanto para a construção do Plano de Acompanhamento quanto para as atividades de forma geral no Serviço Centro Pop é importante que os profissionais se utilizem de diferentes técnicas. Essas técnicas devem favorecer:

[...] a construção de novos projetos de vida; a descoberta e a potencialização de recursos para o enfrentamento e a superação de situações adversas; o fortalecimento da coletividade e o incentivo à participação social. Devem proporcionar, igualmente, o trabalho com a identidade e a subjetividade dos sujeitos acompanhados, de modo a favorecer o fortalecimento de sua auto-estima e autonomia (BRASIL, 2011b, p. 85).

Além dessas questões relacionadas acima, as técnicas devem favorecer o diálogo, ao respeito mútuo e se configurar como estratégias, desenvolvendo ações que possibilitem a base necessária ao processo de saída das ruas dessas pessoas. Cada técnica tem um direcionamento específico e também um determinado técnico que deve ser orientado a realizar. Dessa forma, vamos destacar algumas técnicas, tomando como base as orientações do Governo Federal (BRASIL, 2011b) mediante essas questões, são elas: entrevista individual e/ou familiar; orientação e atendimento individual e/ou familiar; orientação e atendimento em grupo; oficinas e atividades coletivas de convívio e socialização; orientação jurídico-social; estudo de caso.

✓ Entrevista Individual e/ou Familiar – É uma técnica utilizada no primeiro contato com os usuários. Trata-se de uma acolhida e triagem de avaliação inicial visando conhecer e analisar o perfil do usuário, acolhendo suas demandas e expectativas.

Esse momento de entrevista já se desenha como um início da elaboração do Plano de Acompanhamento em conjunto, podendo também ser utilizada em outros momentos para aprofundar o conhecimento sobre a trajetória de vida, vínculos familiares e redes de sociabilidades do usuário, estabelecendo uma relação de confiança e motivando-o na construção de projetos de vida no futuro. Nessa técnica há um conhecimento mútuo da equipe sobre os anseios e potencialidades dos usuários e uma reflexão do usuário sobre si mesmo e suas práticas, sobre sua trajetória e percurso de vida. A entrevista pode ser realizada por um técnico de nível superior na área de Serviço Social.

No tocante ao Serviço Centro Pop/Santa Rita, geralmente as demandas de entrevistas individuais se realizam no momento de acolhida dos usuários no serviço, há um atendimento social, para realização do cadastro e da triagem de avaliação inicial; assim como, quando se precisa identificar a necessidade para retirada de documentação; para cadastro do Bolsa Família, para encaminhamento para saúde; e demandas gerais atendidas pela área da assistência social.

✓ Atendimento Individual e/ou Familiar – Este atendimento consiste em realizar a escuta qualificada, além de proporcionar a informação, o esclarecimento e a orientação individual aos usuários. Partindo da sensibilização e compreensão das histórias de vida de cada indivíduo, é importante favorecer a auto-estima na construção e elaboração de projetos de vida individual e/ou familiar com o objetivo de favorecer a saída das ruas. Este tipo de atendimento com escuta pode ser realizado pelo técnico de nível superior que realize os estudos de casos, podendo ser da área de sociologia ou antropologia; para os

momentos de escuta mais individualizados pode se realizar pelo técnico de nível superior da área de psicologia; esses momentos de escuta podem acontecer semanalmente ou como melhor aprouver caso a caso.

Esses atendimentos podem incluir o desenvolvimento de ações voltadas à discussão, reflexão e ao fortalecimento da identidade e subjetividade, priorizando as relações indivíduo-grupo-sociedade para gerar mudanças significativas, com vistas ao florescimento da autonomia e do protagonismo de cada indivíduo e reconstrução das trajetórias de vida (BRASIL, 2011b, p.87).

O momento de escuta qualificada é importante oportunidade para que se fortaleça a relação de vínculo dos profissionais com os indivíduos e/ou famílias em situação de rua favorecendo o conhecimento de suas singularidades para que o acompanhamento possa ser conduzido de forma eficaz.

No que se referem ao Serviço Centro Pop/Santa Rita, os atendimentos individuais por meio da escuta qualificada, se realiza as técnicas de estudos de casos e escutas (social e psicológica); os estudos de casos realizados por mim e as escutas psicológicas realizadas pelo psicólogo, que viabilizam a possibilidade de um diagnóstico social e psicológico dos usuários contribuindo para uma completa visão do/sobre o mesmo a fim de sanar suas possíveis necessidades e anseios.

✓ Orientação e Atendimentos em grupo – Esta técnica insere os usuários em atividades coletivas. Essa técnica favorece a um importante momento de interação trocas de vivências e experiências, como também de apoio mútuo entre os usuários e entre os técnicos e esses mesmos usuários.

O grupo tem como objetivo favorecer o processo de reflexão, o fortalecimento da identidade individual e coletiva, do protagonismo e da participação social e a construção de novas trajetórias de vida, a partir da ampliação da consciência sobre si mesmo, do outro, da família e do contexto em que vivem (BRASIL, 2011b, p.87).

Para realização das atividades em grupo deve-se ter um planejamento em equipe, devendo incluir, entre outros aspectos, os objetivos, a metodologia, a periodicidade, a duração, a definição de participantes. É sugerida uma inserção nos grupos por temáticas, demandas e faixas etárias, a inserção dos participantes deve ser feita em conjunto com os mesmos para que participem do grupo de interesse e sintam à vontade nas atividades que serão realizadas no grupo em questão. Assim como, os profissionais que conduzirem estes

grupos devem ter preparo técnico e habilidades para tal atividade, liderando com postura facilitadora e dinâmica o grupo designado.

No grupo, o facilitador ou o profissional responsável deve indicar um planejamento coletivo das regras de convivência no grupo que corresponda à realidade de cada grupo; este profissional pode ser o orientador social, responsável por construir e realizar atividades em grupo, mas também, qualquer profissional que se responsabilize por uma determinada temática de interesse e atuação.

Em se tratando do Serviço Centro Pop/Santa Rita, tem o trabalho da orientação social que, além de estabelecer vínculo direto com os usuários, realiza os atendimentos gerais com encaminhamentos de acordo com a necessidade de cada usuário e/ou família atendida pelo Serviço Centro Pop. Esses encaminhamentos tanto se dão internamente entre a equipe técnica ou quando necessário a rede é acionada e este usuário recebe as devidas informações e orientações.

No entanto, não há a organização de grupos distribuídos por temáticas, nem tampouco atividades de ações coletivas; segundo dados de relatórios, houve um momento de conversa em grupo num momento de avaliação no final do ano de 2017, com o propósito de apreender críticas e sugestões quanto ao serviço e de contribuir na construção do Regimento Interno. Para realização deste momento, coube a mim, a responsabilidade de pensar numa metodologia que de forma leve e dinâmica, pudesse apresentar todas as diretrizes que deveria reger o serviço, além de colher as opiniões, sugestões e reclamações que os usuários quisessem apresentar e, partindo de reuniões com a equipe técnica e de apoio, pudéssemos encaminhar o Regimento para publicação no Diário Oficial do Município; assim sendo, o Regimento foi redigido e aprovado pelos que fazem o Serviço Centro Pop, porém, não houve a publicação do mesmo no Diário Oficial.

✓ Oficinas e atividades coletivas de convívio e socialização – As oficinas se direcionam para possibilidade de ampliação de informações, favorece o conhecimento cultural e social dos usuários. Geralmente, as oficinas se realizam com pequenos grupos, a participação dos usuários é fundamental na proposição de temas e atividades coletivas. Existem variados formatos dessa técnica, dentre elas se destacam: “oficinas, atividades temáticas, grupos de troca de experiências, discussão e reflexão, atividades de produção cultural ou artística, de lazer ou esportivas, dentre outros” (BRASIL, 2011b, p.89). Muitas das oficinas realizadas podem despertar habilidades e potencialidades dos usuários, o que

possibilita uma maior participação social e promoção de sua autonomia, além de contribuir para o processo de saída das ruas desses indivíduos.

Como nas demais técnicas, também se faz necessário um prévio planejamento das ações por parte da equipe em consonância com os usuários, para que as atividades sejam criativas, para que motivem a capacidade criadora e transformadora dos usuários, com vistas à possibilidade de inserção no mundo do trabalho e construção de novas referências relacionais. Para esta técnica o profissional pode ser também o orientador social ou o oficinairo do serviço.

O Serviço Centro Pop/Santa Rita não disponibiliza frequentemente de apoio de oficinairos, de modo que, essas atividades têm ocorrido de forma esporádica, nem tampouco a equipe técnica viabilizou demandas específicas, em consonância com a técnica anterior de fomentar a formação de grupos para debates, exposições e troca de informações e orientações.

✓ Orientação jurídico-social – Esta técnica designa-se pela defesa dos direitos dos usuários e encaminhamentos aos órgãos de defesa existentes na rede local. Como muitas das pessoas que vivem em situação de rua passam por violações de direitos, a orientação jurídico-social é imprescindível para defesa, acompanhamento e proteção dos direitos dos usuários, tendo em vista os desdobramentos de cada caso em específico. Feito por profissional da área de direito, este deve assessorar a equipe e participar das reuniões e discussões de casos que englobem informações e orientações jurídicas. Quando este profissional não fizer parte da equipe do Serviço Centro Pop, deve-se buscar parceria com a rede que disponibilize a realização de oficinas e/ou palestras que abordem a temática da defesa de direitos possibilitando esclarecimentos e informações.

Quando o Serviço Centro Pop/Santa Rita necessita de algum direcionamento jurídico é acionada a coordenação geral dos programas e serviços do município para que o técnico jurídico da sede da Secretaria Municipal de Assistência Social favoreça esclarecimentos e orientações aos técnicos do serviço e/ou a algum usuário que esteja precisando de um direcionamento jurídico.

✓ Estudo de Caso – Trata-se de uma técnica que aprofunda a situação de vida de cada indivíduo ou família atendida pelo Serviço Centro Pop, considera entre os principais aspectos: a trajetória e contexto social de vida, os vínculos e projetos de vida dos usuários, bem como suas necessidades e expectativas. O objetivo principal “consiste na discussão aprofundada de determinadas circunstâncias para melhor (re)direcionar as intervenções

realizadas durante o acompanhamento especializado” (BRASIL, 2011b, p.91). As informações registradas dos estudos de caso são das intervenções realizadas tanto no âmbito do Serviço Centro Pop quanto do atendimento da rede local, podendo contar com a participação de profissionais externos ao serviço. De acordo com as demandas de cada caso, ainda poderá contar com assessoria e/ou supervisão de profissional externo com ampla experiência e vivência na área correspondente. Deve-se considerar a singularidade de cada caso, esta técnica deve ser realizada por um profissional habilitado de nível superior, podendo ser nas áreas de pedagogia, sociologia ou antropologia.

É com a técnica de estudos de casos que mais trabalhei no Serviço Centro Pop/Santa Rita, buscando viabilizar a identificação da trajetória de vida dos usuários e direcionar as demandas tanto para a equipe técnica do serviço quanto para profissionais da rede socioassistencial e de outras políticas públicas. Para viabilização desta e de outras técnicas, os profissionais do serviço precisam estar em constante diálogo a fim de sanar as questões de maiores necessidades e viabilizar ações e atividades aos usuários que favoreçam o principal objetivo do Serviço, a saber, o de construir projetos de vida que contribua a saída das ruas.

Partindo dessas técnicas é possível pensar no principal objetivo do Serviço Centro Pop, trata-se da construção de novos projetos de vida, para que esses indivíduos percebam a complexa situação em que se encontram e considerem possibilidades de saída das ruas. Dessa forma, o trabalho social desenvolvido pela equipe através de suas técnicas orienta a uma análise crítica da realidade, pois favorecem identificar as situações de risco pessoal e social, as violações de direitos que os usuários enfrentam nas ruas.

Além disso, o trabalho social do Serviço Centro Pop deve buscar compreender a trajetória de vida de cada usuário em seus contextos familiar, social, histórico, econômico e cultural, visando uma “perspectiva do trabalho em rede para a atenção integral e o acesso a direitos, o desenvolvimento de potencialidades, a ressignificação de vivências e a construção de novos projetos de vida visando ao processo de saída das ruas” (BRASIL, 2011b, p.78). E neste sentido, a Sociologia muito tem a contribuir no serviço da Assistência Social, uma vez que esta área de conhecimento possibilita descobrir as implicações dos acontecimentos para, então, obter uma visão mais ampla das instituições e da sociedade como um todo.

É preciso que o Serviço Centro Pop procure estimular a participação social da população em situação de rua visando o empoderamento e conhecimento de seus direitos para que possam enfrentar as situações adversas que surgirem. Todas essas demandas

devem ser articuladas nas técnicas utilizadas sendo importante a elaboração do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar em todo esse processo, pois este documento poderá nortear o desenvolvimento do trabalho social no âmbito do Serviço Centro Pop.

3.2.1 Os estudos de casos e os temas abordados

Neste tópico apresentaremos 02 casos por mim abordados no Serviço Centro Pop/Santa Rita através da técnica de estudos de casos realizada no serviço. O Estudo de Caso é um processo metodológico utilizado pelo Centro Pop como um estudo aprofundado e crítico da situação do indivíduo ou família em situação de rua que esteja em acompanhamento no Serviço, considerando, dentre outros aspectos, sua trajetória e contexto social de vida, vinculações, projetos e anseios. O principal objetivo desta técnica é uma discussão aprofundada de determinadas circunstâncias para melhor (re)direcionar as intervenções realizadas durante o acompanhamento especializado.

Através do estudo de caso, pude identificar as condições de vida dos sujeitos trazendo uma amostra documentada da realidade de indivíduos envolvidos em situações de rua. O objeto de investigação desse profissional é a realidade social vivida pelo sujeito, ou seja, nos seus aspectos econômicos, familiares, culturais e comportamentais, priorizando o contexto e não os fatos. Cabe-lhe conhecer com profundidade e de forma crítica uma determinada situação, buscando estabelecer as interrelações dos diversos fatores que a constituem e apresentar com mais probabilidade a realidade investigada. Esta técnica foi elaborada com a ideia de coletar dados de cada caso, em específico, e interpretar esses dados de acordo com a realidade encontrada e com a habilidade profissional sobre a situação.

A abordagem de estudos de caso aqui apresentadas não tem a pretensão de fazer um estudo de trajetórias, não se trata de apresentar um percurso biográfico das pessoas em situação de rua, apesar de não deixar de fazê-lo. Mas, a tentativa é de apresentar alguns casos a partir de demandas que se apresentaram no serviço e que, por isso, foram aqui privilegiadas, ressaltando em muitos casos como se deu a experiência de rua de alguns deles. Não se tem uma ordem de apresentação de casos, nem tampouco um motivo específico para que fossem problematizados estes casos, mas, reforçando, foram casos que apareceram conforme as demandas do próprio serviço no intuito de possibilitar encaminhamentos para resolução de questões, muitas delas, bem pontuais. Esses casos nos ajudam a entender como é o trabalho feito através da técnica de estudo de caso e ressalta

da importância de ter na equipe técnica do serviço um profissional da área de ciências sociais. Os estudos apresentados seguem um roteiro, minimamente formulado, para ajudar a organizar e apresentar os casos a equipe técnica do serviço para as reflexões e direcionamentos em conjunto. A sequência do roteiro se apresenta da seguinte forma:

1. Trajetória Pessoal (Identificação, situação familiar e condições na rua);
2. Trajetória Institucional (Instrução, situação de saúde e socioeconômica);
3. Demandas e encaminhamentos realizados;
4. Observações complementares do Estudo de Caso;
5. Alternativas e/ou propostas;
6. Ações implementadas e/ou recomendadas.

Caso 1.

1. Trajetória Pessoal (Identificação, situação familiar e condições na rua)

Informações do cadastro e triagem – Feminina, 34 anos, parda, heterossexual, natural de Brasília/DF, solteira, católica. Segundo seu relato no momento da triagem, perdeu toda documentação oficial, tem apenas o Cartão do SUS. Tem três filhos (entre 15 e 20 anos) e afirma não ter contato com familiares.

Vive em situação de rua há 04 meses e pernoita no Alto do Mateus em João Pessoa/PB. Antes de está em situação de rua morava com a avó e os filhos em Cabedelo/PB. O motivo de está em situação de rua foi por conta das drogas. Está sobrevivendo como pedinte, relata sofrer discriminação por essa situação. Ainda afirmou está namorando outro usuário que veio junto com ela ao Centro Pop.

Informações da escuta (07/03/2018) – Informou o verdadeiro nome, nasceu em 12/09/1977, no Largo da Pedra/MA. Portanto, ela tem 40 anos e não 34, como havia informado no momento da triagem. Com 08 meses de idade foi pra Brasília com os pais e lá foi criada, então ela se considera de Brasília, porque nunca nem foi ao Maranhão, não sabe nem onde fica. O lugar onde foi acolhida, onde teve os filhos foi em Brasília. E o que a levou a sair de casa foi porque conheceu uma pessoa (relato mais detalhado à frente). Veio de Brasília à Paraíba porque ficou viúva, mataram seu companheiro em Brasília e ela se mudou para Cabedelo/PB, casa de sua avó, com os filhos. Sua avó também já havia vindo para Paraíba porque mataram o seu irmão, na frente da casa dela, a avó vendeu a casa e veio morar em Cabedelo/PB.

Já na Paraíba, ela conheceu um rapaz pelas redes sociais e se envolveu amorosamente com ele. Já estando umas três semanas com ele, percebeu algumas coisas diferentes; que ele usava crack. Acabou que, por gostar dele ou achar que gostava dele, também se envolveu com o crack. E sendo sua avó muito tradicional e religiosa (católica), não aprovava seu envolvimento com este rapaz e pediu para ela deixá-lo e deixar as drogas; ela deixou de usar, mas não deixou de vê-lo porque gostava dele. Então, um dia quando ela chegou com ele na casa da avó, a mesma começou a falar mal dele; daí, Luana discutiu com a avó e saiu de casa pra ficar com ele pelas ruas. Ainda voltou em casa, mas quando sua avó disse que ela não mais encontraria com o rapaz, ela se recusou e, por fim, sua avó a expulsou de casa. A avó lhe disse que para não vê-la sofrer iria vender a casa e voltar pra Brasília, se ela ainda quisesse deixar o rapaz e as drogas e seguir com ela, poderia esperá-la, mas não esperaria muito; dois meses depois quando Luana voltou à casa da avó, esta já havia ido embora. (relato emocionado)

Luana ainda tem contato com os filhos que moram em Cabedelo/PB, esses a receberam no final do ano de 2017 e disseram que a perdoam pelo fato dela os ter abandonados. E ao falar com a avó por telefone, a mesma disse que a aceitaria de volta se realmente ela tivesse mudado. A filha mais velha (19 anos) e o segundo filho (18 anos) já são casados; o filho mais novo (17 anos) mora com sua filha mais velha, ela ainda tem 07 netos.

Afirma que a situação de rua já foi um inferno, meio camuflado, pela droga, pela bebida; era um inferno que ela não conseguia enxergar pela camuflagem da droga e da bebida. Quando decidiu parar (há dois meses) foi então que começou a doer; nas últimas semanas está mais aceitável porque ela “aceitou Jesus” (denominação de cunho religioso, quando uma pessoa inicia a professar determinada crença). E afirma que tudo que está passando e sofrendo foi ela que procurou, ela é a única culpada pelo que está passando, e isso a está fazendo crescer. Antes só pensava na droga, agora só pensa em mudar de vida e ser outra pessoa. E deseja pedir perdão a avó.

2. Trajetória Institucional (Instrução, situação de saúde e socioeconômica)

Informações do cadastro e de triagem – Segundo seu relato, tem ensino superior completo. De atividades laborais destacou o serviço de doméstica, já tendo trabalhado como cabeleireira.

Com relação a informações de saúde, afirma ter hipertensão.

Sobre informações de uso de drogas, afirma ser usuária de álcool, ocasionalmente há 12 anos; de tabaco, diariamente, também há 12 anos e ocasionalmente é usuária de crack, há 02 anos.

Informações da escuta (07/03/2018) – Informou ter ensino médio completo. Quanto a informações de trabalho, afirma que em Brasília já trabalhou em salão de cabeleireira, manicure, telefonista, atendente de padaria e na Paraíba já trabalhou em casa de família e nas eleições.

Está sobrevivendo com a ajuda do Centro Pop durante o dia e a noite tem pernoitado na frente da Igreja Universal; alguns dias à noite têm grupos que servem sopa, algumas vezes entregam lençóis e roupas. E há alguns dias atrás roubaram sua mochila com todas as suas roupas, recebeu um par de roupas no Centro Pop e um lençol de uma senhora da biblioteca municipal. Afirma que os finais de semana são muito difíceis, como se esperasse sucumbir de fome. Quando está com muita fome, procura as pessoas que frequentam o Pop e como eles bebem muito, sempre têm os tira-gostos, que ele acaba por comer. Mas, não fica próximo deles por muito tempo.

Tem a ideia de que o álcool é o carro chefe de todas as outras drogas; porque as pessoas que começam a beber sempre vão parar na droga. Participou do grupo de Narcóticos Anônimos (no Bairro dos Ipês em João Pessoa – as terças e quintas, à noite) e usa o termo “na ativa de uso” da droga para se referir ao uso diário. Quando bebia sentia muita vontade de usar drogas, se não bebesse, não sentia. Na reunião dos Narcóticos Anônimos quando se vai à primeira vez, perguntam se tem alguém que está indo pela primeira vez se faz uso de algum entorpecente e que precisa de ajuda, se tiver levanta a mão. Recebe um chaveiro branco, que é a porta de entrada e fazem partilhas. Na partilha, se relata o dia de hoje ou o período da semana, dizendo há quantos dias a pessoa está limpa (Luana estava limpa há 60 dias), servindo de incentivo aos outros; porque se o outro passou por algo semelhante, então diz “me identifico companheiro/a”.

Relatou que tem sido difícil o tempo que está sem usar o crack. Quando escuta as pessoas que frequentam o Pop falando do uso, ou combinando quando vai usar; então ela sente o coração disparar e a cabeça doer. Na reunião dos Narcóticos se aconselha que a pessoa deva evitar lugares, hábitos e pessoas de uso, e não pode está perto desses itens porque senão ela sente a mesma coisa que sentia quando usava a droga. E afirma que a droga é um dos principais motivos dela está na rua. Luana fez uso do crack durante 08 meses.

Relata que é melhor está na rua acompanhada, mas dependendo da companhia é melhor ficar sozinha; se for uma companhia que usa droga e bebe, prefere está só; como está atualmente, sozinha. Ela não tem contato com o rapaz pelo qual saiu de casa, pelo mesmo período que está sem usar drogas. Ele é de João Pessoa, usa droga pelo Mercado Central, numas casas abandonadas. Ela foi pra Santa Rita para ficar longe dele e, por isso, mudou o nome, com medo que ele a encontrasse.

Além da fome que sente nos finais de semana nas ruas, ela relata sentir muita solidão na rua e chora muito. Foi num desses momentos que ao entrar na biblioteca, fez amizade com a bibliotecária e recebeu alguns livros, afirma gostar muito de ler; ganhou alguns livros dela e da orientadora social do Centro Pop. E ao ler consegue sair de tudo que está vivendo e entrar na história da leitura.

Afirma está buscando formas de mudar de vida e não quer voltar a ser o que era antes quando vivia com Alexandre (o rapaz que ela se envolveu); ela quer ser melhor. Fez a inscrição de 06 cursos profissionalizantes que foram ofertados em dois dias no Centro Paroquial da Igreja Católica, no horário da noite. Tem interesse de está inserida no mercado de trabalho, por isso fez a inscrição nos cursos.

Relata que o que falta para quem vive e está em situação de rua é um albergue – uma casa onde as pessoas em situação de rua possam dormir. Relatou que em Paranamerim/RN, ao final do serviço do Centro Pop as pessoas recebem uma ficha (encaminhamento) que podem se dirigir ao Albergue e pernoitar. Porque muitos acabam planejando fazer tantas coisas depois que saem do Pop, como roubar para usar a droga, por não terem pra onde ir à noite, um lugar pra descansar, pra dormir; nas ruas as pessoas estão sempre expostas ao perigo, à humilhação e à discriminação. O que falta é isso: paralelo ao Pop, um albergue que lhe abrigasse à noite.

Relatou para orientadora social que vive muito só, é migrante. Para não fazer nada de errado e passar o tempo, ela gosta de ler. Tem o desejo de conseguir emprego e conseguir uma casa de acolhimento para tratamento de dependência química. No momento, estava ficando na casa de uma irmã e essa mesma irmã estava lhe dando roupas. Tem o desejo de ter uma ocupação para não fazer coisas erradas, por isso fez a inscrição dos cursos profissionalizantes.

3. Demandas e encaminhamentos realizados

Assistente Social – atendimento; escuta social; preenchimento de cadastro; solicitação do cartão do SUS e foi entregue uma Declaração de Residência.

Psicólogo – escuta psicológica.

Orientadora Social – entregou vestuário; medicamentos para dores e inflamação; material de higiene pessoal; livros paradidáticos.

4. Observações complementares do Estudo de Caso

Relato – A usuária chegou ao Centro Pop no dia 05 de fevereiro de 2018. Durante este tempo houve algumas solicitações e encaminhamentos. A mesma estava para ser encaminhada a uma casa de recuperação, mas desapareceu do Centro Pop. A última vez que falamos com ela foi no dia 08 de março de 2018. Ela iria participar de dois dias de curso profissionalizante na quinta (dia 08/03) e na sexta (dia 09/03). Como a sexta (dia 09/03) foi feriado municipal, só retornamos as atividades na segunda (dia 12/03). Como o pessoal da casa de recuperação, que deveria ter ido até o Centro Pop na quinta, não apareceu, combinamos de na segunda conversar com o pessoal para que ela fosse encaminhada para reabilitação. Contudo, ela não voltou a aparecer e fomos informados que ela foi espancada por um dos usuários que utilizam o serviço e que havia sido levada para o Hospital de Emergência e Trauma de João Pessoa/PB, passou o tempo e não obtivemos mais notícias. Segundo relatos, o desentendimento se deu a compra e uso de drogas. Desde então, não temos mais informações a respeito de Luana.

Para fins de informação, continuamos chamando-a de Luana, uma vez que a mesma não quis abrir para as pessoas, usuários e/ou funcionários, seu verdadeiro nome, por medo de ser encontrada por seu ex-companheiro.

5. Alternativas e/ou propostas

Encaminhamentos possíveis:

1. Acompanhamento no CAPS;
2. Acesso a internação numa Casa de Recuperação;
3. Encaminhamento para retirada de documentação;
4. Cadastro no SINE ou outros órgãos que possibilite entrar no mercado de trabalho;
5. Acesso a Cursos Profissionalizantes e outros cursos.

6. Ações implementadas e/ou recomendadas

As ações não foram postas à frente, uma vez que a mesma não apareceu mais ao serviço do Centro Pop.

Uma ação recomendada foi a busca por informações sobre a usuária no Hospital de Emergência e Trauma de João Pessoa/PB.

Caso 2.

1. Trajetória Pessoal (Identificação, situação familiar e condições na rua)

Informações do cadastro e triagem – Masculino, negro, heterossexual, 52 anos, nasceu em 05/01/1965, natural de Santa Rita, solteiro, católico. Tem toda a documentação e não recebe benefício. Não tem filhos e possui contato com familiares, com uma irmã.

Está em situação de rua há 06 anos, costuma pernoitar na Praça perto do Coreto ou na Igreja. Antes de estar em situação de rua, ele morava com a mãe, seus familiares que residem no município. E está em situação de rua por conta de conflitos familiares. Em seu relato informa que nas ruas, enfrenta fome e frio.

Informações de escuta (22/03/2018) – Informou que deixou de ter contato com os familiares depois que começou a beber, porque o seu pai não aceita o fato dele beber muito e ficar caído pelas ruas. Depois que saiu da casa do pai, alugou um quartinho que consegue manter realizando bicos e biscoites⁴ pela cidade, apesar de ter falado sobre a mãe no cadastro, durante a escuta só falou sobre o pai e sobre o fato deste não aceitá-lo por conta da bebida. É com a irmã que ele tem mais contato, pois é ela que o encontra jogado nas ruas e o leva pra casa ou mesmo leva ele para o hospital quando fica doente por ter bebido demais.

2. Trajetória Institucional (Instrução, situação de saúde e socioeconômica)

Informações do cadastro – Sabe ler e escrever, afirma ter o ensino fundamental incompleto; deixou de estudar porque teve dificuldades nos estudos e, então, começou a trabalhar. Já trabalhou como cortador de cana na Usina São João. Atualmente sobrevive de biscoites.

Sobre seu envolvimento com drogas, informou ser usuário de tabaco, diariamente, há 06 anos.

⁴ Forma de se referir a trabalhos avulsos que aparecem.

E sobre aspectos relacionados à saúde afirma sofrer de hipertensão e toma remédio para controle da pressão. E quando necessita de atendimento médico se direciona a UPA, no bairro de Tibiri II.

Informações da escuta (22/03/2018) – Na escuta social, ele informou que é usuário de álcool e que está tendo problemas para conseguir parar de beber. Não aceita que precise de alguma internação para tratamento, bem como se recusou a realizar tratamento no CAPS, afirmando não ser louco. Foi aplicada a Intervenção Breve⁵, através do questionário AUDIT. Num primeiro momento, foi feito um combinado de responsabilidade e de consumo limitado de álcool diário a fim de que o mesmo pudesse ir diminuindo o seu consumo ao longo das semanas. Foi ressaltada a disponibilidade em ouvi-lo e de ajudá-lo nesse processo, como também foi estimulada a autoconfiança e sua capacidade de controle no consumo da bebida.

3. Demandas e encaminhamentos realizados

Assistente Social – atendimento; escuta social; preenchimento de cadastro; solicitação do cartão do SUS e foi entregue uma Declaração de Residência.

Psicólogo – escuta psicológica não realizada.

Orientadora Social – entregou vestuário e medicamentos para dores.

4. Observações do Estudo de Caso

Relato – O usuário chegou ao Centro Pop no dia 16 de agosto de 2017. Durante este tempo houve algumas solicitações e encaminhamentos. O interesse do estudo de caso se deveu ao fato da visita da irmã do usuário ao Centro Pop no dia 22/03/2018. A mesma foi para saber informações sobre o irmão, já que ele estava há alguns dias sem dar notícias. Ela informou que quando ele está bebendo de forma ininterrupta passa dias sem aparecer. A mesma relatou que tem o desejo de internar o irmão numa clínica de reabilitação e tratamento, mas não tem condições financeiras para isso; deixou seu contato e ficou de retornar em outro momento. Ainda informou que o usuário tem um lugar onde costuma pernoitar; já foi casado, mas a mulher o deixou por conta da bebida e não tem filhos.

5. Alternativas e propostas

Encaminhamentos possíveis:

5

1. Escuta e acompanhamento psicológico;
2. Encaminhamento e acompanhamento ao CAPS;
3. Acesso a internação numa Casa de Recuperação ou incentivar a participar de grupo de ajuda, como os Alcoólicos Anônimos – Convidar ele e a irmã para uma conversa para que ele possa ser acompanhado e ter o apoio da família na sua recuperação.

6. Ações implementadas e/ou recomendadas

Foi aplicada a Intervenção Breve com o usuário através do questionário do AUDIT e foi analisada uma zona de risco IV com a sugestão de encaminhamento para um Serviço Especializado. Durante um mês realizou-se escuta social e acompanhamento junto ao usuário. Contudo, no momento deste caso o serviço não dispunha de um profissional psicólogo e, sem ter um outro acompanhamento profissional o usuário acabou se afastando do serviço.

3.3 As implicações sociológicas no Centro Pop/Santa Rita-PB

Neste tópico apresentarei as principais identificações e demandas que pude observar na realização desses estudos de casos. Os estudos de casos se realizavam por meio da identificação de alguma demanda por parte do usuário ou problematizado por mim ou por algum dos técnicos. Inicialmente a identificação se dá por meio de análise da ficha de cadastro preenchida pela profissional Assistente Social, depois realizava uma entrevista com o usuário para, por fim, problematizar as principais demandas e repassar conforme melhor se enquadrasse cada caso, basicamente seguindo os passos apresentados acima. Além da responsabilidade inicial de subsidiar as formações e capacitações, uma das principais responsabilidades postas a mim no Serviço foi à realização dos estudos de casos. A seguir as principais observações e proposições dos estudos de casos apresentados acima.

Podemos perceber que nesses estudos de caso há alguns pontos de convergência. O primeiro deles é o fato de que os dois usuários possuíam vida socialmente estruturada, tinham família (avó e filhos; pai e irmã), contudo, por motivos de uso de algum tipo de droga essas pessoas acabaram se afastando do ambiente familiar, sendo excluídos ou mesmo se isolando.

Os desentendimentos com os familiares foram se agravando por causa e circunstâncias da dependência química e de álcool. E esta situação de uso de drogas e de

álcool que contribui para o processo de exclusão social e de “rualização”⁶ contribuem também para que estas pessoas permaneçam nessa situação.

Tanto o uso de bebidas alcoólicas quanto o uso de crack podem se dever ao fato do valor para o consumo de tais drogas ser relativamente baixo e de fácil disponibilidade. No caso do crack ainda tem um agravante, pelo fato de que seu efeito é bastante potente. Quando a garota do caso 1 relata seu desejo do uso do crack, por exemplo, parece se perceber dessa situação que a usuária vê o uso dessa substância como algo inerente à vida, contudo, sua percepção crítica com relação ao uso aparece quando esta não faz mais o uso, quando esta afirma que a situação de rua já foi um inferno, meio camuflado, pela droga, pela bebida; era um inferno que ela não conseguia enxergar, só quando decidiu parar (há dois meses) foi então que começou a doer.

Em um estudo etnográfico com jovens em situação de rua das cidades de São Paulo/SP e Porto Alegre/RS se percebeu um padrão de uso compulsivo pela droga, em especial o crack (RAUP E ADORNO, 2011). O estudo ainda destaca o fato de que a propagação desse tipo de substância ter-se apresentado por diferentes classes sociais, mas o seu uso ainda é muito associado à questão da pobreza, principalmente àquelas pessoas que estão em situação de rua.

Com relação ao consumo de álcool, perfil do segundo caso, é uma situação também encontrada em outros estudos (RESENDE, 2012) que destacam o alcoolismo como componente do processo de “rualização”.

No que se refere às formas de encarar a situação das ruas, percebemos uma procura por suprimentos básicos, necessários à sobrevivência. No primeiro caso, a procura por comida acontece onde há pessoas reunidas fazendo uso de álcool e comendo petiscos, para poder suprir a fome, a usuária partilha desse alimento. Muitas vezes, é coagida para beber, mas esse é o único meio que ela encontra para se alimentar nos finais de semana. E tem receio de voltando a beber, venha o desejo de consumir o crack. O local para dormir também é uma necessidade básica bem problemática para quem está em situação de rua, uma vez que a mesma usuária relata que não ter onde dormir é perigoso para quem quer se afastar do uso das drogas, como se o seu uso à noite a protegesse dos malefícios de estar nas ruas.

⁶ Por processo de rualização entendemos que se trata de uma série de situações de causas e consequências advindas do fato de se está em situação de rua, trata-se do uso de drogas, conflitos familiares, desemprego, enfim, por esses e outros vários motivos que precisam receber uma atenção especial tanto de profissionais de diferentes áreas, quanto dos poderes públicos.

No segundo caso, a dormida não seria tão problemática, pois o usuário tem um barraco como abrigo, porém o uso exagerado da bebida o deixa caído pelas ruas sem sentido e sem ter a noção da procura por um abrigo.

Outra situação está no fato econômico, conseguir dinheiro para se alimentar e também, se for o caso, para manter o vício do uso de drogas e álcool. No primeiro caso, a sobrevivência é através da esmola e de ajuda de conhecidos; o segundo caso há a realização de pequenos trabalhos para manter o vício da bebida e outras necessidades. Neste segundo caso, como identificado na pesquisa nacional sobre população em situação de rua, vai de encontro ao imaginário social de que as pessoas que estão em situação de rua não exercem algum tipo de trabalho remunerado.

No primeiro caso, a usuária afirma que sobrevive como pedinte, mas também ressalta o fato de receber ajuda, como da senhora da biblioteca, segundo alguns estudos (BONATTO. *et al.* 2007) o ato de pedir ou dar esmolas têm muitos significados e o fato de dar roupas, alimento ou lanche pode não ser entendido como dar esmolas, mas como formas práticas de alternativas e também essa prática entre jovens pode se apresentar como um meio acessível de renda, uma vez que a possibilidade de conseguir uma renda por meios aceitos pela sociedade não seja possível, pois no seu caso, a mesma procura uma oportunidade de emprego e trabalho.

Quanto a expectativas de futuro, podemos observar que temos expectativas positivas relacionadas à mudança de vida, deixar o uso de crack e conseguir um emprego, como no primeiro caso e de alternativa para sair da situação de alcoolismo, como no segundo caso. Podemos ressaltar a saída da terra natal, identificada no primeiro caso, ligada a questões sociais importantes em que muitos deixam sua terra natal em busca de melhores condições de vida e trabalho ou mesmo para fugir da criminalidade ou situações de violência, no entanto, nem sempre há resultados positivos, como podemos perceber no primeiro estudo de caso e em outros estudos (BAGNO, *et al.* 2008). Ainda tem o fato de que a usuária não consegue emprego e isso faz com que a mesma fique frustrada e triste, daí decorre que há, além de questões sociais, também se destaca questões psicológicas que advêm dessa condição. À volta ao mercado de trabalho também significa um resgate de sua cidadania.

Nos dois casos, se ressalta o desejo em parar de beber, sendo verbalizado pelo usuário do segundo caso. Contudo, no segundo caso há uma resistência em aceitar as formas de tratamento sugeridas. Isso se deve ao fato de que ele não tem o apoio da família, uma vez que, ao conversar com sua irmã, ela o rotulou de “vagabundo”, “alcoólatra” e que,

segundo a mesma, o irmão não deixa a bebida porque não quer. Dessa forma, se percebe que nem sempre a família pode ser vista como um porto seguro. Ainda neste debate de afastamento do uso de drogas e álcool percebemos que ambos os usuários se afastaram por um tempo, mas acabaram voltando ao uso dos mesmos; no primeiro caso, a procura pelo crack resultou em violência chegando a ser encaminhada para o hospital bastante machucada; no segundo caso, o desejo de continuar bebendo tem levado a vários momentos de internação e afastamento do serviço Centro Pop.

Enfim, no trabalho de estudos de casos, podemos perceber que é possível descortinar várias situações sociais, econômicas, psicológicas, dentre outras. Todavia, ainda esbarramos em alguns limites de atuação advindas da própria receptividade dos usuários, mas, principalmente, pelas condições estruturais que não são geradas, ocasionando muitas vezes, um acompanhamento apenas verbal e burocrático sem uma efetiva ação prática na vida dos usuários.

Destacamos que para resolução do primeiro caso, poderia ser possível um encaminhamento a serviços de tratamento como o CAPS, algo que não se efetivou por parte da equipe técnica por falta de transporte próprio do serviço, quando há essa necessidade tem-se que enviar ofício solicitando; com relação a empregos ou cursos profissionalizantes, a prefeitura não tem uma forma de encaminhamento dos usuários que frequentam o serviço para órgãos que possibilite o acesso a cursos profissionalizantes ou ao mercado de trabalho e nem tampouco possibilidades de retirada de documentação como certidão de nascimento e registro de identificação.

Por fim, a Sociologia se debruça sobre importantes questões sociais, desenvolvendo uma visão de contexto e identificando como relevante diversos fatores que permitem a verificação de diferentes dimensões da vida coletiva em sociedade. Ao mesmo tempo, a Sociologia oferece categorias que funcionam como instrumentos de identificação de singularidades presentes em diversos setores sociais, distinguindo-se diversos termos, tais como: etnia, gênero, renda e emprego, relações sociais e institucionais, dentre vários outros.

Esses casos destacados acima apresentaram uma série de reflexões e debates, muitos deles não abordados nessa pesquisa, mas que podem servir de indicadores para o desenvolvimento de ações e decisões dos gestores e que tenham sua culminância em implementação de políticas públicas efetivas para promoção do bem-estar da população, especialmente aquela que está em situação de rua, que é o foco do nosso trabalho. Dessa maneira, podemos afirmar que a Sociologia é um dos campos científico-profissionais com

maio potencial para subsidiar as ações da Assistência Social como uma política pública de efetiva proteção social.

Neste sentido, a meu ver, a sociologia tem contribuído com o Serviço Centro Pop a partir da percepção mais aprofundada dos fatos e acontecimentos que cercam os usuários do Serviço Centro Pop. É nesta perspectiva que Berger (1986, p.26) afirma que “o sociólogo não examina fenômenos de que ninguém mais toma conhecimento. Entretanto, ele olha esses mesmos fenômenos de um modo diferente”, é este olhar diferenciado que tenho contribuído no serviço realizando atividades que se colocam como desafio e que são postas a mim, como profissional, e a sociologia, enquanto uma ciência social que tem como objetivo revelar as implicações dos variados contextos que permeiam as trajetórias dos que se utilizam do Serviço Centro Pop.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo tratou de analisar a atuação e o papel da Sociologia no Serviço do Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua da cidade de Santa Rita/PB buscando perceber como a Sociologia se apresenta num fazer profissional fora dos espaços acadêmicos. Destacando a importância dessa ciência para subsidiar as ações e atividades realizadas neste serviço, a partir da análise da atuação de uma profissional de Sociologia no Serviço Centro Pop no município de Santa Rita/PB.

Com este intuito o trabalho esboçou um rico panorama de debates acerca da Sociologia como uma ciência presente em variados espaços, com destaque para a Política Nacional de Assistência Social no âmbito do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Proporcionou um debate acerca dos principais eventos e acontecimentos históricos e sociais sobre a população em situação de rua, com destaque para as legislações, fruto de reivindicações e requisições dos grupos e movimentos sociais deste seguimento e que contribuíram na construção e elaboração da Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua; além disso, foi delineada uma caracterização dessa população, a partir da realização do I Censo Nacional de Contagem da População em Situação de Rua, se apresentando como importantes aspectos do panorama que trabalha o Serviço Centro Pop, de modo geral.

Nesta perspectiva, a problemática se desenhou a partir da inserção da sociologia em espaços não-acadêmicos e para que a Sociologia seja percebida como um campo de atuação profissional é preciso que este entendimento esteja presente ainda na formação inicial do curso de Bacharelado. Podemos identificar que há argumentos a favor (BALTAR & BALTAR, 2017) de que a profissão de sociólogo não pode ser separada da formação acadêmica de professor, pois a formação do sociólogo é uma incorporação dos três caminhos de formação, a saber, professor universitário, professor de ensino médio e sociólogo. Um dos caminhos para este reconhecimento é a aceitação de que o sociólogo atua em diversos espaços, inclusive, fora da academia. É uma atuação que se diferencia da atuação docente, porém é um campo em constante diálogo com outras ciências como a psicologia, a economia e o serviço social, dentre outras.

E acreditando que a Sociologia tenha, de fato, capacidade de refletir sobre questões pertinentes e que pode propor pontos que incidem em mudanças sociais, que este trabalho teve como enfoque a atuação deste profissional no espaço fora da academia, contribuindo para compreensão do um contexto social diversificado, como se destaca o trabalho que se

realiza no Centro Pop/Santa Rita. A atuação do Sociólogo em outros espaços levanta questões importantes, é um campo que suscita limites e possibilidades da mesma forma que um professor universitário enfrenta. Um exemplo disto está presente na realidade de precarização das condições de trabalho, seja em que âmbito estiver atuando, este profissional continua sujeito aos limites do mercado. Tendo em vista que o sociólogo é um trabalhador, não importam em que ambiente profissional se encontre, todos exercem o mesmo trabalho intelectual com as condições similares de criatividade, incentivo e também de desestímulo em condições de trabalho e possibilidades de melhores salários.

E, desta maneira, procuramos demonstrar que existe, sim, um mercado de trabalho para o sociólogo fora da academia e que se fundamenta por uma lei específica que descreve o serviço qualificado deste profissional, a exemplo das funções descritas no Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO) da profissão de sociólogo e se este profissional se ausentar desses espaços terão outros profissionais realizando as atividades que deveria ser de sua responsabilidade.

Neste trabalho procuramos focar a atuação do sociólogo junto à população em situação de rua, identificando a extrema condição de vulnerabilidade e risco que essa população vivencia. Esta vivência envolve uma série de situações de exclusão social, violação de direitos, de discriminação e expulsão de espaços públicos, precariedade de condições de higiene e saúde, como destacadas e apresentadas no Censo de Amostragem da População em Situação de Rua que nos apresentou um importante esboço a respeito das peculiaridades dessa população e que o Serviço Centro Pop precisa trabalhar com enfoque em mudanças de perspectivas e desejos contribuindo para construção de novos projetos de vida.

Apesar de haver uma série de marcos legais voltados para a proteção desta população, ainda flagramos uma profunda estigmatização e uma situação de semi-invisibilidade destas pessoas perante o poder público. Mesmo viabilizando espaços de acolhida e atendimento às pessoas, se destaca a precariedade das condições de trabalho dos técnicos que atuam nos serviços e programas, principalmente quando não há uma capacitação técnica para os profissionais que irão atuar nesses serviços. Daí assistirmos a um pessoal técnico com bastante resistência a atender esse público, cheios de preconceitos e ressalvas no atendimento realizado. Neste sentido, o poder público precisa se apresentar como o grande responsável por buscar oportunidades de construção de projetos de vida, no sentido de superação da situação em que se encontram. É preciso que os espaços institucionais que existem para atender este público, como os Centros Pop, Consultórios na

rua, Acolhimentos Institucionais prezem pelo bom acolhimento, pelo respeito as suas trajetórias e histórico de vidas, auxiliando a reconstituição de suas capacidades individuais e coletivas, direcionando-as ao mercado de trabalho, a cursos profissionalizantes, aos serviços públicos de modo geral, que os levem a percorrer um caminho de saída da situação de rua. As formas de atuações junto às pessoas em situação de rua precisam ser múltiplas e efetivas, mas, sobretudo, deve-se superar o estigma frente a essa população através de iniciativas de cidadania, respeitando suas condições e escolhas.

Embora a Constituição preconize os direitos de todas as pessoas (Art.6, Cap. II Dos direitos sociais), e também vários outros documentos legais e oficiais, como o SUAS, a PNAS e o Decreto que efetiva a Política Nacional para População em Situação de Rua, ainda testemunhamos cotidianamente a violação dos direitos da população em situação de rua que não usufruem do mínimo desses direitos, que seja o direito à moradia e/ou a um trabalho digno. Por meio deste trabalho identificamos os limites e possibilidades da política de assistência por meio dos serviços socioassistenciais no âmbito do Serviço Centro Pop/Santa Rita, devido, sobretudo, aos problemas decorrentes da diminuição de recursos humanos, físicos e materiais, sem esquecer a falta de qualificação técnica.

Ainda no último capítulo podemos perceber os limites e desafios enfrentados pelos profissionais do Serviço Centro Pop, principalmente no que concernem as atividades e ações realizadas por mim, no âmbito da Sociologia. Diante de tudo isto, os profissionais do serviço, especialmente da área de Sociologia que se inserem nas contradições existentes da relação entre capital e trabalho que é geradora da questão social, bem como o seu fazer profissional cotidiano deve se pautar e estar comprometido com nosso código de ética, que identifica como princípios: “a interpretação da realidade dos fatos e das relações sociais; a produção e divulgação de informações com base científica a respeito da realidade social; a luta pelo exercício da soberania nacional opondo-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem”. Neste sentido, os sociólogos têm uma participação e contribuição relevante em espaços diversos, com ênfase na assistência social, suscitando conhecimentos necessários para os poderes públicos implementarem políticas públicas emancipadoras, bem como, incentivando a participação social desta população na luta pela efetivação de seus direitos, trabalhando aspectos de sua autonomia na construção de projetos de vida de forma protagonista.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ricardo Antunes de; MATIAS FILHO, Manoel. Ofício 103/2010. **Conferência Nacional da Assistência Social**. Dirigida a Márcia Maria Biondi Pinheiro (MD Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social). Natal, 2010.

_____. Ofício nº 011/2011. **Estudo de Competências Básicas da Formação de profissionais que atuam na execução e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Dirigida ao Sr. Carlos Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS). São Paulo, 30 de novembro de 2011.

_____. VALASQUES, Tatiane Santos. Ofício nº 09/2012. **Atribuições dos Sociólogo(a)s para o serviço público**. Dirigido ao Sr. Luis Souza Amaral (Prefeito de Jequié – BA). Federação Nacional Dos Sociólogos. Guarulhos/SP, 2012.

AKERMAN, Marco. *et al.* **Intersetorialidade? IntersetorialidadeS!** Ciência & Saúde Coletiva, 19(11): 4291-4300, 2014.

ALMEIDA, Maria Suzana de. Serviço Social e Sociologia: relações mútuas **Revista Análise Social**, Vol. V, (n.º 17), pp. 104-107, 1967. Link de acesso: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224172796T7oMA3fh1Vx98UY3.pdf>. Acesso em: 10/09/2018.

ALT, Bruna dos Santos. **População em Situação de Rua: interferências do olhar da sociedade na forma como esse grupo enfrenta o mundo do trabalho**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas/ UCPEL, 2017.

BAGNO, Silvana; EWALD, Ariane P.; CAVALCANTE, Fátima G. A Trajetória De Severino: Migração E Pobreza No Brasil. **Revista Literatura em Debate**. v. 2, n. 2 (2008).

BALTAR, Ronaldo; BALTAR, Cláudia Siqueira. A Sociologia como profissão. **Revista Brasileira de Sociologia**, Vol. 05. Nº 10. Mai/Ago, 2017.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Petrópolis, Vozes, 1986.

BOLOGNINI, Luciana. **Atuação do Sociólogo/a na Política de Assistência Social**. Federação Nacional dos Sociólogos – FNS. Natal/RN, Novembro de 2011.

BONALUME, Cláudia Regina. **O Paradigma da Intersetorialidade nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer**. Revista Licere, Belo Horizonte/MG, v.14, n.1, mar/2011.

BONATTO, Francisco Rogerio de Oliveira. *et al.* Dar e receber esmolas e processo de subjetivação. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 339-362, dez. 2007

BRASIL. **Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980**. Dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo. Brasília, 1980.

_____. **Decreto nº 89.531, de 05 de abril de 1984.** Regulamenta a lei nº 6.888/1980 e dispõe sobre o exercício d profissão de Sociólogo. Brasília, 1984.

_____. **Constituição Federal do Brasil.** Brasília, 1988.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social Lei nº. 8.742.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União. 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social/PNAS.** Brasília: MDS, 2004.

_____. **Decreto Presidencial, de 25 de outubro de 2006.** Criou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), para abertura de processo de estudos e elaboração de propostas com participação social na definição do conteúdo da Política Nacional para População em Situação de Rua, Brasília, 2006.

_____. **Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006.** Regulamentou o co-financiamento de serviços continuados de acolhimento institucional para a população em situação de rua para municípios com mais de 250 mil habitantes, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua:** relatório. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília/DF: 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. **Sumário Executivo.** Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS, 2008a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua.** Brasília, 2008b.

_____. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004. Norma Operacional Básica NOB/SUAS.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Novembro 2005. Reimpresso em maio de 2009a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar.** Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília/DF: MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.

_____. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para População em Situação de Rua. Brasil, 2009.

_____. **Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009.** Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009.

_____. **Resolução da Comissão Intergestores Tripartite – CIT nº 7,** de 07 de junho de 2010 - pactuou critérios de partilha de recursos do co-financiamento federal para a Expansão dos Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2010.

_____. **Portaria Nº 139, de 28 de junho de 2012.** Dispõe sobre o co-financiamento de serviços ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP) e serviços de acolhimento para adultos e famílias em situação de rua. Brasília, 2010.

_____. **Instrução Operacional conjunta Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC Nº 07, de 22 de novembro de 2010** – que reúne orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília, 2010.

_____. **Portaria Nº 843, de 28 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre o co-financiamento de serviços ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP). Brasil, 2010.

_____. **Resolução n. 17/CNAS.** Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS e Reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, Brasília, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Perguntas e Respostas:** Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. SUAS e a População em Situação de Rua. Volume 02. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Departamento de Proteção Social Especial – DPSE, Brasília, Setembro de 2011a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Orientações sobre o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.** Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Departamento de Proteção Social Especial – DPSE, Setembro de 2011b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Secretaria Nacional de Assistência Social. Reimpressão, Brasília/DF, 2013.

_____. **Resolução do CNAS nº 09, de 15 de abril de 2014.** Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Consultório na Rua.** Portal do Departamento de Atenção Básica, 2007. Link de Acesso: http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_consultorio_rua.php Acesso 21/08/2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Reunião Técnica sobre o Centro Pop**: Atendimento à População em Situação de Rua. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Especial, 200?. Link de acesso: www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Capacitacao/centropop/01.ppt Acesso 21/08/2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Prática de Psicólogos(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS**. Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012

CONSELHO NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS. **Anais da VII Conferência Nacional da Assistência Social**. Participação e Controle Social no Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília/DF, 2009.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Guia de Atuação Ministerial**: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP, 2015.

COSTA, Alderon Pereira da. SILVA, Rosimeire Barboza da. **Direitos Humanos da População em Situação de Rua?** Paradoxos e Aproximações a uma Vida Digna. Revista Direitos Humanos e Democracia, ano 03, n. 6, jul./dez. Editora Unijuí 2015. Acesso em 17 de junho de 2017. Link de acesso: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia> Acesso 26/08/2018.

DONOSO, Miguir Terezinha Vieccelli. *et al.* Estudo etnográfico sobre pessoas em situação de rua em um grande centro urbano. **REME • Revista Min. Enfermagem**. out/dez; 17(4): 894-901, 2013.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SOCIÓLOGOS – FNS. **Código de Ética Profissional dos/as Sociólogos/as**. Aprovado no XIV Congresso Nacional de Sociólogos, Natal/RN, 16 de abril de 2008.

FERNANDES, Juliana. **SUAS e População em Situação de Rua**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, 200?. Acesso em 25 de julho de 2018. Link de Acesso: http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Capacitacao/material_apoio/julianafernandes.pdf Acesso em 26/08/2018.

OLIVEIRA, LUCIANO MÁRCIO FREITAS DE. População em Situação de Rua. In: FERNANDES, Rosa M. C.; HELLMANN, Aline. **Dicionário crítico**: política de assistência social no Brasil. (Org.). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

KLAUMANN, Alexandre da Rocha. **Moradores de Rua - Um Enfoque Histórico e Socioassistencial da População em Situação de Rua no Brasil**: A Realidade do Centro Pop de Rio do Sul/SC. UNIEDU, 2016. Link de Acesso: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Alexandre-da-Rocha-Klaumann.pdf> Acesso em 26/08/2018.

KOGA, Dirce. **Diagnóstico Socioterritorial entre o Chão e a Gestão**. In: Cadernos IHU ideias. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2016.

MAIOR, Heraldo Pessoa Souto. O ofício de Sociólogo. **Revista Brasileira de Sociologia**. Vol. 01. Nº 02. Jul/Dez, 2013.

MATIAS FILHO, Manoel. et al. **O Sociólogo e sua Contribuição na Implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. Federação Nacional dos Sociólogos – FNS. Belo Horizonte, setembro de 2009.

_____. et al. **A Atuação dos Sociólogos na Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Federação Nacional dos Sociólogos – FNS. Natal/RN, Março de 2011.

META Instituto de Pesquisa de Opinião. **Relatório Final do Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua**. Porto Alegre, 2008.

MNCR. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **História do MNCR**. 2011. Link de acesso: <http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/sua-historia>. Acesso em 05/10/2018.

MONNERAT, Giselle Lavinias; SOUZA, Rosimary Gonçalves de. **Da Seguridade Social à intersectorialidade**: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2011.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** – DUDH, 1948.

PALLEROSI, Guilherme G. **População de rua**: o censo nacional e reflexões para elaboração de políticas públicas. Analítica Territorial, Diagnóstico Socioterritorial, 2016. Link de acesso: <https://analiticaterritorial.wordpress.com/2016/03/23/populacao-de-rua-o-censo-nacional-e-reflexoes-para-elaboracao-de-politicas-publicas/> Acesso em 05/10/2018.

PEREIRA, Tatiana; SANTOS, Paula. **As normativas do SUAS e a população em situação de rua**. Suas e População em Situação de Rua. Acesso em 17 de junho de 2017. Link de acesso: http://portalsocial.sedsdh.pe.gov.br/sigas/suasrh/arquivos/2013/modulo08/recife3/as_normativas_do_SUAS_e_a_populacao_em_situacao_de_rua.pdf Acesso em 08/10/2018.

_____. **SUAS e a população em situação de rua**. Texto 02 da Educação à distância. Link de acesso: http://portalsocial.sedsdh.pe.gov.br/sigas/suasrh/arquivos/2013/modulo08/recife3/as_normativas_do_SUAS_e_a_populacao_em_situacao_de_rua.pdf Acesso em 21 de junho de 2018.

QUARESMA, Luís António C. Ser Sociólogo: A construção profissional de um *ethos*. Pistas para a profissionalização dos sociólogos em contexto não acadêmico. SOCIOLOGIA ON LINE: **Revista da Associação Portuguesa de Sociologia**, nº 09, Maio, 2015.

QUIROGA, Júnia. **1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua**. Seminário Nacional sobre Direitos e Garantias da População em Situação de Rua. Mesa: Perfil da População em Situação de Rua. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília, 30 de novembro de 2010.

RAUP, Luciane Marques; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Jovens em situação de rua e usos de crack: um estudo etnográfico em duas cidades. **Revista Brasileira de Adolescência e Conflitualidade**, (4): 52-67, 2011.

RESENDE, Viviane de Melo. Representação Discursiva de Pessoas em Situação de Rua no “Caderno Brasília”: Naturalização e Expurgo do Outro. **Revista Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, SC**, v. 12, n. 2, p. 439-465, maio/ago. 2012.

SAMPAIO, Ramani Rodrigues de Araújo; PAMPONET, Ana Maria Seixas. **População em situação de rua**: um estudo reflexivo sobre a permanência de viver sem ser visto pelo Estado. Artigo Jurídico, 2016. Link de acesso: <https://artigojuridico.com.br/2016/12/15/populacao-em-situacao-de-rua-um-estudo-reflexivo-sobre-permanencia-de-viver-sem-ser-visto-pelo-estado/> Acesso em 05/10/2018.

SERAFINO, Irene; LUZ, Lila Cristina Xavier. **Políticas para a população adulta em situação de rua**: questões para debate. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 74-85, jan./jun. 2015.

SILVA, Janaina Amorim de Melo. **População em situação de rua**: uma análise da implementação da Política Nacional de Assistência Social no âmbito do Centro Pop – Natal/RN. Monografia (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2012.

SILVA, Rosimeire Barboza da; COSTA, Alderon Pereira da. Direitos Humanos da População em Situação de Rua? **Revista Direitos Humanos e Democracia**. Ano 3 • n. 6 • jul./dez. • 2015.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. et al. Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 7, n. 21, pp. 556 a 605, dezembro de 2008.

VEIGA, Laura de. Trajetória de Construção do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar**. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília/DF: MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.